

ALEXANDRO BORGES BATISTA

CASERNA - LUGAR DE ‘HOMENS’:
UM OLHAR DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DO JOVEM MILITAR

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2005

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

B333c
2005

Batista, Alexandro Borges, 1979-

Caserna – lugar de ‘homens’: *um olhar de gênero na formação do jovem militar.* / Alexandro Borges Batista. – Viçosa: UFV, 2005.
ix 150f : il. ; 29cm.

Inclui apêndice

Orientador: Maria de Fátima Lopes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referência bibliográfica: f. 130-135

1. Masculinidade. 2. Relações homem-mulher. 3. Serviço militar obrigatório. 4. Papel social. I.Universidade Federal de Viçosa. II.Título.

CDD 22.ed. 305.31

ALEXANDRO BORGES BATISTA

CASERNA - LUGAR DE 'HOMENS':
UM OLHAR DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DO JOVEM MILITAR

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA em: 12 de abril de 2005

Prof^ª Alice Inês de O. e Silva
(Conselheira)

Prof^ª. Patrícia F. da G. da Silva
(Conselheira)

Prof^º Júlio Assis Simões

Prof^º. Fábio Faria Mendes

Prof^ª. Maria de Fátima Lopes
(Orientadora)

*Liberdade,
Palavra que o sonho humano alimenta.
Não há ninguém que explique
Não há ninguém que não entenda.
(Cecília Meireles)*

À
*Filomena Borges e Maria Cerqueira¹;
mulheres, mães, nordestinas,
guerreiras da vida e de sonhos, dedico.
O amor que sinto por vocês é
indescritível em palavras.*

¹ *Embora ela esteja transitando em outros planos celestiais, sua presença e seu exemplo de vida se fazem vivos dentro de mim.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho está marcado por muitas caras e diversas mãos, algumas conhecidas, outras nem tanto assim. Traz consigo amor, dedicação, realização, anseios, frustrações, sonhos e conquistas, sentimentos que concorreram para consolidá-lo. São os sabores e dissabores que perseguem e compreendem o sujeito em sua totalidade, algo diretamente relacionado às nossas escolhas, acadêmicas e pessoais, na forma de viver e está no mundo. Tenho convicção das ‘imperfeições’ desde trabalho, mas também a certeza que todos os esforços foram empenhados para que o melhor fosse feito e, por isso, tenho muito a agradecer explicitando minha gratidão.

Entre os muitos agradecimentos, quero fazê-lo primeiramente à Maria de Fátima Lopes, pela confiança depositada em mim e pela amizade que foi se consolidando no decorrer de todo o trabalho de orientação e produção do conhecimento. À Alice Inês, pelas tardes prazerosas de reflexão e lição de vida, regadas com suas águas mágicas, ajudando-me a clarear e ordenar as idéias. À Patrícia Gouveia, que além de referência intelectual, tornou-se uma referência de vida, à qual serei eternamente grato pelo carinho, amizade, dedicação e cumplicidade, com ela se aprende até andando pelas ruas.

Aos parceiros(as) do Núcleo Interdisciplinar de Gênero/NIEG, um fórum de formação acadêmica e de rede de sociabilidade onde fiz amigos, compartilhei ideais, amadureci, e que terá sempre um lugar especial no meu coração e nas minhas lembranças. Ao Instituto de Medicina Social/UERJ, pela oportunidade de ter participado do 11^o Curso Regionalizado de Introdução à Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva.

Sinceros agradecimentos aos professores: Júlio Simões (USP) pela solidariedade acadêmica e pelo diálogo estabelecido, sobretudo no ritual de defesa desta dissertação, contribuindo e enriquecendo minha reflexão. E a Fábio Mendes, pelo olhar atencioso e pela disponibilidade que muito contribuiu para realização deste trabalho.

À Marilda Ionta, Márcia Ludwig, Karla Damiano, quero agradece-lhes pela rentável discussão durante o processo de qualificação que culminou na realização deste trabalho. Aos meus ex-orientadores da graduação Marisa Barletto e Eduardo Simonini, ambos do Departamento de Educação, do qual fiz parte, deixo aqui registrado meu reconhecimento e minha gratidão pelos ensinamentos e pelas experiências compartilhadas.

À Graça Floresta, por tudo que fez por mim, pela presença carinhosa, pelo apoio e confiança no decorrer de minha trajetória acadêmica. A Jerônimo Rodrigues e à Tatiana Velloso, pessoas fundamentais e necessárias na minha vida, o meu carinho e a minha admiração.

Meu agradecimento aos Sargentos Jorge Augusto Guterres de Castro e Lismar José Puccinelli, por terem permitido e contribuído para que esta pesquisa fosse realizada no Tiro-de-Guerra de Viçosa - MG. E aos atiradores da turma de instrução de 2004, por terem disponibilizado seu tempo, suas histórias e suas particularidades, imprescindíveis para a concretização deste trabalho. Ao Capitão Mendes da Polícia Militar, pela amizade e atenção.

A minha mãe, às minhas irmãs: Joci, Nevinha e Lincha, ao meu irmão Bico e aos meus adorados sobrinhos Luizinho, Karol e Jonas. A Vade, Niu, Tita, Bebé, Mantonha, Ziza, enfim, à minha família sempre presente, acreditando nos meus sonhos e aderindo aos meus projetos de vida. Obrigado especialmente por entender a minha ausência freqüente, pelos momentos que não pude estar presente compartilhando de maior intimidade familiar, deixo registrado aqui o meu respeito e a minha admiração por cada um de vocês, que são pessoas especiais. A minha escolha não é melhor e nem pior do que a de vocês, apenas diferente.

A meu sobrinho Marcos Antônio que está preguiçosamente no ventre de minha irmã, que ele possa se constituir e vivenciar socialmente uma condição plena, plural e legítima de ser homem.

A todos os meus colegas de pós-graduação, Valeska, Didi, Sil, Dany, Bruno, Cris, Elô, Rita e Sérgio, alguns menos outros mais, pela dedicação e pelo companheirismo ao longo da jornada. Minha admiração especial por Silvane, que com seu exemplo de vida, nos ensinou a ter sempre fé na vida, apesar dos pesares.

A José Raimundo, uma figura nobre que tive o privilégio de ter como parceiro de república, interlocutor e amigo, com quem compartilhei histórias, angústias, frustração, medos, alegrias e cevadas. À Eliana Barbosa, Apolyane e Tatiana (Tery), por existirem.

A Marciano Fabiano, que tem se revelado uma pessoa muito especial na minha vida, principalmente nestes momentos finais de trabalho, serei eternamente grato por sua dedicação, lealdade, amizade e companheirismo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, a todos os professores que o compõe, e os demais funcionários (Aloísia, Lena, Efigênia, Toninho) que facilitam nossa vida enquanto mestrando.

A CAPES pelo suporte financeiro.

A todos que, de uma forma direta ou silenciosa, participaram da construção deste trabalho e da idealização de mais um projeto de minha vida; sintam-se agraciados(as) pelo meu carinho e pelos meus sinceros agradecimentos. Certamente outros virão.

BIOGRAFIA

Alexandro Borges Batista, natural de Jequié – Bahia, nascido a 09 de Julho de 1979. Filho de Filomena Borges da Silva e de Florisvaldo Silva Batista. Graduou-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Faz parte do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero - NIEG, desempenhando a função de coordenador de ‘campo’. Em março de 2003 iniciou o mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica desta universidade, concluindo-o em abril de 2005.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	7
1. UM CAMPO DE POSSIBILIDADE: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	7
1.1 IDÉIAS E IMPRESSÕES: A composição do ‘objeto’	7
1.2 CAMINHOS E ESCOLHAS: Os procedimentos metodológicos	15
CAPÍTULO 2	23
2. CATEGORIA X CAMPO: SEMPRE “BOM PARA PENSAR”	23
2.1 GÊNERO: Um olhar sobre o ‘natural’	23
2.2 MASCULINIDADE: O homem em processo	33
2.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: Instituição, Campo e Sujeitos	43
2.4 SERVIÇO MILITAR: Um ritual de, e, para homens.....	44
2.5 TIROS-DE-GUERRA: O que dele se conta	49
2.6 TIRO-DE-GUERRA 04-027: Tenente Kümmel	55
2.7 ATIRADORES: Apresentai-vos!	59
CAPÍTULO 3	67

3. DE PAISANO A MILITAR: UM RITUAL DE CONVERSÃO	67
3.1 A CAMINHO DA CASERNA: Uma vivência compartilhada.....	71
3.2 A ENTRADA NUMA VIVÊNCIA MILITAR: Uma obrigação de homens..	79
3.3 TIRO-DE-GUERRA: Escola de Cidadania e Civismo.....	83
3.4 O TG NA MIRA DO ATIRADOR: Um olhar sobre o vivido	87
3.5 A CONFIGURAÇÃO DE UM <i>ETHOS</i> MILITAR	91
3.6 A ‘CONSTRUÇÃO’ DO JOVEM MILITAR: Um processo de aprendizagem e socialização.....	100
3.7 O TFM - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR: Adestramento e Escape....	103
3.8 ENTRE O CIVIL E O MILITAR.....	109
CAPÍTULO 4	114
4. O JOVEM MILITAR EM QUATRO ATOS	114
4.1 O TABU DA AMIZADE: Uma masculinidade protegida.....	114
4.2 OS GRANDES HERÓIS: ‘Velhos’ conhecidos.....	119
4.3 A FORMATURA: O dever cumprido	124
4.4. O BAILE: Uma comemoração para ‘gente grande’	133
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
APÊNDICE	145
ANEXOS	154

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC - Curso de Formação de Cabos

CML – Comando Militar do Leste

COTER – Comando de Operação Terrestre

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

DSM – Diretoria do Serviço Militar

EMC – Educação Moral e Cívica

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

ESA – Escola de Formação de Sargentos

EsPECEX – Escola Preparatória de cadetes do Exército

JSM - Junta do Serviço Militar

LSM – Lei do Serviço Militar

NGA – Normas Gerais da Ação

OM – Organização Militar

Ordem Unida – Treinamento coletivo de marchas, continências e posturas militares

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PBCE – Posto de Bloqueio e Controle de Estradas

RSIG – Regulamento dos Serviços Internos Gerais

RLSM - Regulamento da Lei do Serviço Militar

RM – Regiões Militares

SM – Serviço Militar

SSMR – Seção do Serviço Militar Regional

STG - Seção do Tiro-de-Guerra

TFM – Treinamento Físico Militar

TG – Tiro-de-Guerra

TN – Tiro Nacional

RESUMO

BATISTA, Alexandro Borges M.S., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2005. **CASERNA- lugar de ‘homens’:** *um olhar de gênero na formação do jovem militar*. Orientadora: Maria de Fátima Lopes. Conselheiras: Alice Inês de Oliveira e Silva e Patrícia Fernanda Gouveia da Silva.

Esta dissertação teve como objetivo refletir a particularidade de um processo de construção e socialização de homens no contexto exclusivo de formação masculina: o Tiro-de-Guerra de Viçosa/MG. Deste modo, a reflexão centrou-se em duas premissas básicas: a primeira buscou interpretar o padrão que exalta e reforça essa instituição, caracterizando as ações formuladas e constitutivas de ‘ser masculino’ dada na experiência militar ali compartilhada. A segunda, como sendo um clássico rito de passagem, a partir da obrigatoriedade do Serviço Militar, como um meio de adentrar no mundo dos adultos, da ‘responsabilidade’, da maioridade. Sua fundamentação teórica recorreu-se às categorias como a de *gênero e masculinidade*, de estatutos diferenciados, mas afins entre si, problematizando formas de vivenciar a experiência masculina e algumas de suas representações num espaço social intensamente marcado por hierarquias, normas, tradições e convenções. Com base numa agenda institucional de pesquisa qualitativa, foram utilizadas técnicas de coleta e construção de dados: observação participante, entrevista aprofundada, questionários e outros; instrumentos rentáveis para se refletir a masculinidade no processo de socialização de ‘homens’. Em linhas gerais, as reflexões/discussões possibilitaram o desnudamento de uma vivência masculina no ambiente militar, se distanciando de um olhar naturalizado, explicitando suas particularidades, contradições e ações junto aos sujeitos e ao seu modo de estar e se sentir no mundo. Enfim, de estabelecer relações.

ABSTRACT

BATISTA, Alexandro Borges M.S., Universidade Federal de Viçosa, april 2005.
CASERNA - 'men's' place: a gender view in the military youth's formation.
Adviser: Maria de Fátima Lopes. Committee members: Alice Inês de Oliveira e Silva and Patrícia Fernanda Gouveia da Silva.

This dissertation had as objective to reflect the particularity of men's construction and socialization process in the masculine formation's exclusive context: the "Tiro-de-Guerra" of Viçosa/MG. In this manner, the reflection was centered in two basic premises. The first looked for interpreting the pattern which exalts and reinforces that institution, characterizing the formulated actions and constituent of 'masculine being' due to the military experience shared there. The second, as being a classic rite of passage, from the Military Service's compulsory nature, as a way of entering the adults', the 'responsibility's' and the majority's world. Its theoretical recital called forth categories as the gender and the masculinity ones, of differentiated statutes, but similar amongst themselves, problematizing forms of living the masculine experience and some of their representations in a social space intensely marked by hierarchies, norms, traditions and conventions. Based in a qualitative research's institutional calendar, collection techniques and data construction were used: participant observation, deepened interview, questionnaires and others; profitable instruments so to reflect the masculinity in 'men's' socialization process. In general lines, the reflections/discussions made possible the masculine existence's denudation in the military atmosphere, distancing a naturalized view, eliciting their particularities, contradictions and actions close to individuals and to his way of being and feeling in the world. That is, of establishing relationships.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é uma reflexão sobre o processo de construção de um modelo de vivência masculina próprio a um contexto singular: o ‘Tiro-de-Guerra’, do município de Viçosa -MG. Em linhas gerais, buscou-se interpretar o padrão que informa e que exalta essa instituição e sua ação diante de um corpo particular de sujeitos, identificando práticas formuladoras e constitutivas do ‘ser masculino’ naquele espaço. Em termos específicos, procurou-se refletir sobre a organização, as apropriações, reproduções e atualizações subjetivas de seus membros, tendo como referência um conjunto de intensas mudanças socialmente relevantes em domínios diferenciados da vida social (familiar, econômico, político, cultural e afetivo-sexual).

O problema investigado incide sobre uma vivência particular de jovens submetidos à obrigatoriedade do Serviço Militar. Nos termos deste trabalho, um momento entendido como um Rito de Passagem para a maioridade, representando um modo particular de se adentrar no mundo dos adultos (das ‘responsabilidades’) e evidenciando uma mudança de estatuto e de posição social por parte daqueles que se submetem a tal experiência².

No transcurso das mudanças do século XX, em que se sucedem rápidas transformações políticas, econômicas, existenciais e afetivas, e paralelamente o questionamento de velhos paradigmas, verdades estabelecidas e papéis

² Vale ressaltar que esses jovens possuem uma singularidade entre si, não só em questão de faixa etária, mas também de expectativa de vida, uma vez que, para os homens, o marco de 18 (dezoito) anos de idade se traduz como sendo algo significativo e constitutivo de um ideário masculino, sem dúvida um período de grandes impasses e indecisões, em que as mudanças e cobranças sociais se intensificam. Afinal, em certa medida, desloca-se da condição de ‘adolescente’ (‘irresponsável’, ‘rebelde’) para a de ‘jovem-homem. Portanto, pesquisei um grupo particular e bem demarcado socialmente.

supostamente cristalizados, torna-se pertinente refletir sobre um tipo determinado de vivência masculina na condição desses jovens inseridos no ambiente militar.

Em grande medida, esse espaço caracteriza-se, segundo Goffman (1974), como sendo uma instituição total que modela seus sujeitos, seus desejos e seus pensamentos. Pois é no Tiro-de-Guerra, ambiente institucional, que um grupo heterogêneo de jovens passa a ser temporariamente 'instruído' por um manual de normas, leis e hierarquias, que reforçam um imaginário social dominante. Esse processo de exaltação da masculinidade ocorre num momento específico de suas vidas, uma fase de reformulações e incertezas, própria da 'juventude'.

Nesse sentido, a discussão afina-se a uma área emergente, sobre subjetividades, articulando categorias analíticas que, mesmo em relação, têm estatuto e história diferenciada: *gênero* e *masculinidade*, problematizando-se formas de se viver a experiência masculina, ou seja, suas práticas e representações, num espaço social intensamente marcado por assimetrias, tradições e convenções. Assim, partiu-se do pressuposto de que a lógica de gênero é um dos fatores estruturantes da experiência e das relações sociais, em particular dos modos pelos quais as relações entre os sexos e suas implicações são apreendidas como mecanismos mais ou menos sutis de dominação e de poder.

Ao eleger o ambiente institucional do TG como matriz de investigação, buscou-se explorar um campo analítico, cada vez mais emergente, a partir de uma demarcação de gênero como forte potencial na constituição de um modelo de masculinidade. A própria nomenclatura da instituição (Tiro-de-Guerra) concorre para a reprodução desse modelo, quando nos remete à idéia de uma possível apologia à virilidade, à coragem, à intimidação, à violência, à agressividade e a outros atributos tidos como pertencentes à vivência masculina.

Embora o tratamento dedicado ao tema possa contemplar o que está posto pelas teorias feministas, tal abordagem não é baseada em análise das representações do masculino *vis-à-vis* o feminino. Trata-se de problematizar o lugar do masculino em um contexto particular de uma vivência disciplinadora dos quartéis onde os jovens estão inseridos, numa tentativa para compreender a

produção de saberes, dispositivos e expectativas em torno do papel social do homem e das exigências necessárias para que este seja socialmente legitimizado.

Ao longo da problematização das representações de gênero vigentes nesse universo, percebe-se uma série de interditos e normas que regulamentam o modo de ser e agir dos sujeitos que a compõem, sobre os quais incidem processos de diversas ordens: esfera familiar, domínio das condutas e aparências e campo interacional-afetivo. Este, particularmente, potencializa-se como algo, muitas vezes, fadado ao controle via silenciamento³, discriminação e clandestinidade.

Na tentativa de compreender, pelo menos, parte de um processo tão complexo, analisou-se de que forma um modelo de masculinidade vigente recorre aos artefatos e às ritualizações de práticas de sociabilidade que promovem um padrão hegemônico de ‘ser-homem’. Assim, no âmbito deste trabalho, discute-se, também, a aderência desses procedimentos na vida de seus membros, em suas redes de sociabilidade, no cumprimento de suas ‘obrigações militares’ e no seu universo de expectativas durante suas atividades civis.

Refletir sobre as representações de masculinidade exige adotar uma perspectiva analítica relacional, e não apenas identitária. Mais ainda, leva-nos a enfatizar a pluralidade dos sujeitos em questão, considerando as diferenças de classe social, geração, orientação sexual, dentre outras, que singularizam dada experiência social. Assim, torna-se possível questionar as representações masculinas compartilhadas pelos sujeitos no Tiro-de-Guerra e seu modo de pertencimento ao mundo social. É uma proposta reflexiva fundamentada em quatro argumentos centrais, que deram origem à estrutura da dissertação.

O primeiro capítulo apresenta o processo de construção e reestruturação do objeto estudado, seus impasses e suas delimitações. Refere-se aos procedimentos que foram sendo seguidos durante a pesquisa, dos questionamentos e dos *insights* que este processo proporcionou na compreensão do objeto; um exercício necessário à tentativa de buscar maior clareza e

³ Numa pesquisa preliminar sobre homossexualismo nos quartéis, Maria Celina D’Araújo (2003) sinaliza limites à construção de uma sólida tradição democrática que reconheça os direitos humanos e civis para as minorias sexuais.

elucidação da questão em foco. Neste processo, apresentam-se os instrumentos e procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa qualitativa, já que se trata de um campo subjetivo, marcado por vivências múltiplas de significados, aspirações, valores, enfim, de subjetividades. Assim, definem-se os métodos e as técnicas de coleta e construção de dados utilizados (observação participante e direta, entrevista aprofundada e questionário-aberto), instrumentos particularmente rentáveis para se refletir um processo singular de construção da masculinidade(s) e sua constituição na socialização de ‘homens-jovens’.

O segundo capítulo sintetiza um debate conceitual, indicando a perspectiva adotada na pesquisa e, conseqüentemente, o modo como os fenômenos sociais foram construídos e interpretados. Não se tem a pretensão de teorizar a respeito das categorias *Gênero* e *Masculinidade*, mas explicitar as diretrizes teóricas que serviram de alicerce para a interpretação e reflexão sobre uma determinada vivência de masculinidade, em um ambiente militar. Sabe-se que essas discussões não se esgotam em um trabalho acadêmico; elas estão sendo dinamicamente questionadas e novos saberes são incorporados, superados e, ou, revitalizados.

Definir essas demarcações é tornar explícito os meios utilizados para se tecer uma realidade particular, da qual fazemos parte e que nos constrói. Com o intuito de contextualizar a base empírica da pesquisa, recorreu-se a um breve histórico sobre a obrigatoriedade do Serviço Militar e o surgimento do Tiro-de-Guerra no Brasil, localizando a referida instituição no âmbito do Exército e dentro de uma conjuntura social maior. A crítica às fontes documentais foi um instrumento estratégico para evitar o risco de legitimar uma história contada por eles, uma vez que as fontes recorridas para tal propósito foram oferecidas no próprio TG e nas instituições afins. Trata-se de uma ‘história oficial’ cuja particularidade consiste no fato de ser reconhecida e divulgada por muitos que participam desse espaço institucional.

No terceiro capítulo é feita uma compreensão dos dados produzidos, relatando parte da experiência vivida através da observação direta, o momento da

entrada em campo, da ‘conversão’ submetida ao pesquisador, os impasses, os conflitos e as reformulações decorrentes deste processo. Momentos que foram centrais ao pensamento e à ação num campo institucional e hierárquico como o militar, em que estão implícitos a incorporação à rotina da caserna, o uso habitual da gramática militar e o controle de uma hierarquia a ser respeitada; uma experiência que permitiu evidenciar os limites e as possibilidades de minha atuação nesse universo, garantindo e perseguindo maior legitimidade aos dados.

Discutem-se os imperativos da constituição do jovem alistado/reservista, no qual o Serviço Militar manifesta-se com um dos primeiros chamados à vida adulta, consagrando o espaço militar, ainda, como um universo hegemonicamente de ‘autoridade’ e ‘vivência’ masculina. Apresenta ainda uma discussão do TG visto como uma escola de cidadania e civismo, promovendo um entendimento ‘nativo’ em volta desses conceitos estruturantes do espaço militar, bem como os procedimentos e as simbologias que concorrem para a constituição de um *ethos* militar, uma discussão que envolve aspectos como ‘adestramento’, subjetividade e *habitus*, que salienta e fundamenta um modo de ser homem e suas formas de experimentar determinado tipo de masculinidade, ou mesmo de masculinização do sujeito. E, por fim, aborda-se a dicotomia entre a vida civil e militar e algumas particularidades contidas nessas vivências.

O último capítulo interpreta o jovem militar em quatro atos. O primeiro deles corresponde à perspectiva relacional/afetiva dos atiradores: a amizade concebida não apenas como um sentimento nobre compartilhado mutuamente, uma forma de estabelecer relações, mas também como um valor, uma possível ‘proteção’ à vivência masculina no espaço especificamente de ‘homens’; aquilo que compreendo como ‘tabu da amizade’.

No segundo ato são apresentados os ‘heróis’ e as ‘heroínas’ que fazem parte do processo de socialização desses jovens, ou seja, sujeitos que se tornaram referências e modelos de vida para eles, cujos aspectos salientam a centralidade do ‘valor-família’ como um bem maior, trazendo à tona personagens nada desconhecidos: as mães, as avós e os pais.

No terceiro ato é abordado o ritual da formatura, um dever que foi cumprido perante a Pátria e a sociedade, uma obrigação que se traduz num rito de passagem à vida adulta, à maioridade.

O último ato diz respeito ao coroamento de todo o ritual: o baile. O momento da comemoração para ‘gente grande’, da apropriação de novos códigos sociais. É o experimento da maioridade, do não mais jovem ‘irresponsável’ e ‘rebelde’, mas do jovem seguro de si e responsável por sua conduta.

Finalmente o trabalho é concluído, sintetizando aspectos centrais do que foi discutido ao longo da pesquisa e ressaltando outros que emergiram no decorrer do percurso, e suscita questionamentos e reflexões futuras em torno da categoria masculinidade e suas representações e vivências. Afinal, sabe-se que ser homem, ser masculino, ser macho são representações que constroem e reproduzem sujeitos, que os classificam e os hierarquizam, formando e sendo formados por uma ordem social hegemonicamente dada, cujos pilares são legitimados pela cultura e vivenciados e ressignificados pelos próprios sujeitos.

Ao longo deste trabalho apresenta-se um modo particular de vivência masculina num universo militar e suas múltiplas, e mesmo ambivalentes, formas de pertencimento social. Um processo que implica necessária e inevitavelmente a interação entre sujeitos de pesquisa (pesquisador e pesquisados) e entre sujeitos entre si, em suas diferenças, identificações, conflitos, compartilhamentos e silenciamento. Enfim, aspectos que passo a narrar detidamente no dinâmico e sinuoso processo de construção dos dados e das questões próprias e nos moldes de uma monografia acadêmica.

CAPÍTULO 1

1. UM CAMPO DE POSSIBILIDADE: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 IDÉIAS E IMPRESSÕES: A composição do ‘objeto’

*“Quando tínhamos todas as repostas mudaram as perguntas”
(Eduardo Galeano)*

Diante de uma realidade a ser ‘desvelada’, ao adentrarmos em campo levamos conosco, para além de nossa subjetividade, um arsenal de referências teórico-metodológicas, composto por hipóteses e expectativas que serão testadas, refutadas e, ou, reforçadas na interação e no confronto entre sujeitos e contextos distintos.

Geralmente, as ‘respostas’ não condizem com as perguntas, as perguntas já não correspondem à ‘realidade’ e outras realidades se traduzem naquilo que até então não havia sido revelado. Esses impasses e conflitos são tipicamente característicos da dinâmica da pesquisa social, algo tão peculiar e instigante, em que as perguntas possuem múltiplas respostas; afinal, também são múltiplos os significados que permeiam uma determinada vivência social. Tendo em vista que a escolha e a construção de um objeto de estudo não são frutos de uma escolha

aleatória, pois, direta ou indiretamente, esses procedimentos estão imbricados com o mundo e a experiência do pesquisador como sujeito único, relacionado com suas vivências subjetivas que estruturam seu modo particular de estar, sentir e se ver no mundo, enfim, de estabelecer relações.

Nesses termos, a presente investigação está marcada por opções conceituais e reflexões que explicitam uma forma particular de se entender e qualificar os fenômenos sociais, a partir das reflexões propostas pelos estudos de gênero, diante das múltiplas realidades que estruturam a interação entre homens e mulheres e da própria assimetria hierárquica que compõe esses universos, as relações e os sujeitos.

Segundo Anthony Seeger, (1980:25), *“todo pesquisador tem, sem dúvida, em virtude de sua individualidade, uma diferente abordagem de seu objeto, e um estilo próprio de trabalho, que são aspectos ditados muitas vezes por circunstâncias particulares”*. Por isso, fazer pesquisa numa perspectiva antropológica é um privilégio para o pesquisador, por ter como contrapontos fundamentais a experiência e o conhecimento produzido no trabalho de campo, algo constitutivo da investigação. É no ‘confrontamento’ com o outro, com o ‘desconhecido’, que ‘as coisas’ se revelam, se explicitam, evidenciando uma ‘realidade’ menos aparente no plano da vida dinâmica e cotidiana. Principalmente uma realidade produzida na qual os atores vão sendo construídos, assim como sua significância e seu senso de mundo.

No âmbito do campo institucionalizado (universidades, faculdades, institutos e outros), tal produção é possível a partir de linguagens acadêmicas, traduzidas em trabalhos sobre os quais literalmente nos debruçamos a construir, buscando compreender uma realidade, muitas vezes, diferente da nossa, ou a própria noção do que seja realidade (sem falar aqui de uma vivência própria, feita no dia-a-dia por ‘pessoas comuns’).

A esse respeito, Eduardo Viveiro de Castro argumenta que *“o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma*

transformação) na constituição social de ambos” (2002:113). Portanto, é partindo dessa relação/transformação entre pesquisador e objeto que as matrizes desta pesquisa foram se constituindo e ‘consolidando’. Um encontro de subjetividades e interesses diversos, que evidencia a singularidade e a especificidade da pesquisa social, em sua tentativa de compreender os significados e os sentidos da vida do outro, do ‘desconhecido’, possibilitando assim interpretar a lógica organizativa que permeia e norteia seu viver, imerso em uma rede múltipla de relações e significados constituidos por afetos, simpatias, preconceitos, repúdio, enfim, sentimentos.

A definição do objeto desta investigação passou por inúmeras fases, e conseqüentes reformulações, um processo teoricamente importante para o seu amadurecimento, tanto da pesquisa quanto do pesquisador. A proposta inicial era investigar as representações dos homens sobre a masculinidade e suas ‘facetas’ na construção de uma identidade heterossexual particular, elegendo o espaço da academia de musculação. Seria privilegiada uma demarcação de gênero como estruturante deste universo, de corpos e mentes desses sujeitos.

Em princípio, estudar um homem ‘malhado’, submetido a um ‘pseudocontrole’ do corpo e, provavelmente, da mente, no exercício de determinada vivência masculina implicava problematizar duas questões centrais: a primeira, um conjunto de práticas e representações de jovens/rapazes que manifestavam determinado ‘estilo de ser jovem’, sustentado nesse universo dos ‘ferros’ e do espelho. A segunda, as suas redes e interações que marcavam a especificidade daquele lugar no referido ‘estilo’ na evocação de um ideal masculino em construção, recortado por outros marcadores como classe e geração, potencialmente referido num *ethos* masculino particular.

Nessa perspectiva, a academia de musculação apresentava-se como um espaço reforçador de um ideal de masculinidade hegemônico, postulado no trabalho de construção de um corpo forte e viril que exaltava representações de um ‘homem de verdade’, um corpo que materializasse um ‘discurso de macho’. Neste caso, um tipo de masculinidade construída e conquistada diariamente,

diante dos crescentes apelos do mundo midiático e do questionamento de alguns paradigmas sexuais e afetivos, principalmente pela militância feminista e *gay*.

Dessa forma, foi fundamental entender a categoria masculinidade e, nestes termos, o conceito de sexualidade como campos em construção. Isto possibilitou o distanciamento de uma visão essencialista e, portanto, naturalizadora de tal questão. Conforme enfatiza Elizabeth Badinter (1993), a masculinidade é algo que precisa ser construída e conquistada, adquirida à custa de grandes sacrifícios, que incluem ritos de passagem, que em sua maioria podem gerar dor e humilhação.

Esse argumento incisivo incitou-me a percorrer um caminho inverso, dimensionando e perseguindo uma visão pluralista de masculinidade. A partir daí, para além do espaço da academia de musculação (lugar legítimo de exercício de uma vivência masculina), desloquei meu olhar para outros ambientes que particularmente, além da família, mobilizassem determinado investimento na produção ‘inicial’ de um tipo de masculinidade; um ambiente que possibilitasse um investimento em um modo de masculinidade alicerçado em premissas como ‘tradicionalidade’ e ‘virilidade’.

À medida que tais reflexões iam ficando mais ‘amadurecidas’, minha iniciativa de pesquisar o universo da academia de musculação foi se tornando distante e menos estimulante. Simultaneamente, uma situação casual conduziu o desenvolvimento desta pesquisa para outra possibilidade reflexiva, que me pareceu mais instigante e desafiadora: eleger o universo militar como campo de investigação.

Assim, o contato com o 21^o Batalhão da Polícia da cidade de Ubá - MG, por intermédio de um seminário temático sobre ‘Gênero, Violência e Cotidiano’, promovido pelo NIEG (Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero)⁴, em junho de 2001, despertou-me para a busca de um ‘novo campo’. A observação

⁴ O NIEG é um Núcleo vinculado ao Centro de Ciências Humanas da UFV com função gerenciadora e executiva de estudos, pesquisas e trabalhos de extensão, desde a perspectiva de gênero, constituindo um fórum de discussão interdisciplinar que agrega diferentes ‘vozes e olhares’. Formado por professores(as), alunos(as) de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, abrange quatro linhas de pesquisa, entre elas Corpo, Saúde e Reprodução, da qual participo.

sistemática desse ambiente original e as discussões promovidas com o grupo de pesquisa no NIEG⁵ produziram alguns *insights* para se pensar o ambiente militar como espaço privilegiado de investigação.

Um acompanhamento sistemático da agenda de atividades desenvolvidas pelo Núcleo com o Batalhão (reuniões, cursos, diagnósticos, encontros de confraternização) despertou-me para pensar muitos aspectos e atributos particulares ao mesmo. De forma ainda impressionista, pude perceber a presença de um *ethos*⁶ militar, freqüente na Corporação (algo que parece concorrer tanto para unir seus membros, quanto para distingui-los), que me incitava a transformá-lo num objeto de reflexão.

De imediato, esse universo apresenta-se como um espaço reforçador de comportamentos tradicionalmente estereotipados e ‘viris’. Um possível modelo de controle exercido sobre as mentes e os corpos dos soldados/polícias que parecia se evidenciar em uma dimensão muito mais coletiva do que pessoal. Um processo de ‘achatamento’ do sujeito como ‘ser individual’, em prol de algo maior, uma exaltação do ‘ser coletivo’. Esse fato suscitou-me uma série de questionamentos no entendimento sobre a questão masculina e militar.

Devido a problemas operacionais da pesquisa e à minha inserção nesse universo, cuja identidade já havia sido construída a partir do meu trabalho no NIEG, abandonei a iniciativa de realizar a pesquisa no 21º Batalhão da Polícia Militar - Ubá, passando a identificar outro campo de investigação que atendesse às minhas aspirações e expectativas.

Envolvido em tal esforço e revendo anotações pessoais, recuperei uma inspiração anterior, uma idéia embrionária que era problematizar a instituição ‘Tiro-de-Guerra’, uma instituição atrelada ao Serviço Militar Obrigatório (um rito de passagem universal a todos homens brasileiros) que engloba jovens saindo

⁵ A partir de uma base empírica e das discussões travadas, produziu-se um artigo intitulado: ‘Em que espelho encontrei meu corpo?’: um estilo de ser jovem. Publicado na Revista OIKOS e apresentado no Fazendo Gênero 6/2004.

⁶ Este conceito é definido sociologicamente como sendo um conjunto culturalmente padronizado de produção e organização de emoções compartilhadas por um determinado grupo, suas particularidades e características.

da adolescência, correspondendo mais diretamente às minhas expectativas analíticas.

Assim, defini essa instituição como minha base empírica, meu *campo*, sem deslocar meus interesses teóricos e nem o foco de análise, buscando entender o processo de construção de uma masculinidade no espaço militar a partir da experiência vivida pelos jovens reservistas do TG, embasado pela perspectiva de gênero. Muitas foram as questões que vieram à mente, algumas relativas ao modelo de masculino ‘reforçado’ em um espaço da ordem, outras a respeito do processo de socialização ali compartilhado.

Se por um lado parecia ter resolvido um problema, por outro criava-se um segundo: a entrada em campo, cujo impasse fundamental era como me aproximar desse espaço, uma vez que eu não tinha nenhum contato com ele. De início, propus-me a problematizar uma série de aspectos que considerei importante na construção da pesquisa, num ambiente como o do TG. Destes, alguns serviram de norte à minha interação analítica e empírica com aquele campo de trabalho:

- As vivências do modelo de masculinidade presentes no ambiente militar promoveriam práticas discriminatórias nas relações que o sujeito estabelece consigo mesmo, com os colegas e com a família/sociedade.
- A hierarquia presente na Corporação talvez concorresse para reforçar práticas discriminatórias, no tocante à construção de um tipo de homem e do espírito de ‘ser militar’.
- A conexão masculino/heterossexual seria algo acionado no momento da seleção dos reservistas⁷ para a corporação e outras atividades, priorizando atributos masculinos marcadamente tradicionais.
- A farda militar e o seu valor simbólico na vida dos reservistas concorreriam para a construção de um modelo de subjetividade masculina.

⁷ É o jovem pertencente à reserva das Forças Armadas. Ao completar 18 anos, o Serviço Militar torna-se obrigatório apenas para os sujeitos do sexo masculino. De imediato, esse fato expõe uma demarcação explícita de gênero e o lugar de homens e mulheres nessa instituição total.

- As vivências e representações afetivo-sexuais representam tabus na Instituição, entre os reservistas/atiradores e os seus pares.

Tais questões foram se configurando mediante o contato com o pensamento de Michael Foucault (1984) e a literatura, sobre poder e sexualidade, principalmente as que tratavam de minorias sexuais. Posteriormente, tal incursão nessa literatura se apresentou como um possível empecilho, uma vez que me conduziria a refletir a construção de uma masculinidade dada num só pólo, o ‘não-gay’, correndo o risco de reduzir e empobrecer a discussão.

Nesse contexto, outro fator de ordem pessoal dificultava a fluência de minha inserção no campo, movida por uma ‘resistência’ à aproximação com uma instituição militar, distante do meu universo de vivência pessoal, uma vez que não havia prestado o Serviço Militar Obrigatório. Porém, tinha na minha trajetória pessoal a vivência no Escotismo, que compreendeu minha infância e parte da adolescência⁸, objetivando uma vivência significativa da minha experiência como homem.

Aqui vale destacar a significativa aproximação entre o Escotismo e o militarismo brasileiro. A criação do Movimento Escoteiro (*Scouting for Boys*), pelo general inglês Baden Powell, em 1907 na Inglaterra, coincidiu com a presença significativa de Oficiais e Praças da Marinha Brasileira que estavam em

⁸ O Escotismo, embora seja um movimento que não é ligado às Forças Armadas ou aos Órgãos de Formação de Oficiais, e nem tão pouco de Reserva, possui um caráter/pedagogia extremamente militar. Seu idealizador foi oficial do exército britânico, o Lord Baden Powell. A princípio, esse movimento tinha como função treinar meninos ‘nativos’ na atuação como estafetas para atravessarem as linhas inimigas, durante a Guerra dos Bôers, na África. Anos mais tarde é que ele assumiu outros contornos, tanto na Inglaterra quanto pelo mundo. Badinter (1993) argumenta que nos Estados Unidos, em plena expansão industrial, os homens americanos se inquietavam em relação à virilidades de seus filhos, apavorados, sobretudo, com os discursos feministas, com a feminização da educação familiar e escolar e com a ascendência da lei materna. Aspectos que eles julgavam retirar a oportunidade dos jovens de se tornarem ‘homens’ e, por isso, alguma providência deveria ser tomada. Segundo a autora, essas preocupações fazem parte da implementação do Escotismo nos EUA em 1910, no qual o grande objetivo declarado do movimento era “*fazer dos meninos pequenos grandes homens e lutar contra as forças da feminização*” (BADINTER, 1993:93). Assim, a vivência no escotismo deveria enfatizar/encorajar o espírito de equipe e a virilidade sobre todas as formas. Aqui, provas, desafios, disciplina e rigor moral vão ser exacerbados, permanecendo longe de qualquer ‘tendência’ efeminada. Neste contexto, o então presidente Theodore Roosevelt torna-se o modelo de ‘homem supremamente viril’ (sedutor, individualista, atlético, senhor de si e, se necessário, agressivo) e também é eleito como seu presidente honorário. Aos poucos, foi sendo proposto um ideal masculino, exaltando a auto-afirmação moral e física. Enfim, um espaço de doutrina e ‘adestramento’ de jovens na manutenção e reprodução de um ideal hegemônico masculino.

solo inglês com a finalidade de guarnecer seus novos navios que estavam em construção. De volta ao Brasil, um grupo de suboficiais entusiasmados com o que presenciaram trouxe em suas bagagens não só as idéias do movimento, mas também um dos seus símbolos de maior prestígio, os seus uniformes⁹.

Em 17 de abril de 1910, o Movimento Escoteiro chega ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro, e a partir daí espalha-se pelo País. Registra-se o fato de essas experiências serem realizadas dentro de ambientes militares e, muitas vezes, coordenadas por eles. Destaca-se a criação da Patrulha de Treinamento em 4 de julho de 1912, no Realengo, Rio de Janeiro, capital do País na época (onde se localizava a Escola Militar do Exército), sob os auspícios do Tiro-de-Guerra 112.

Em 1915, o mesmo se dá com a fundação do Grêmio de Bandeirantes de Juiz de Fora, que se reunia no Tiro-de-Guerra nº 17. Da mesma forma que o Escotismo chega ao solo brasileiro através de iniciativas de pessoas que tiveram contato com experiências no exterior, sobretudo na Europa, ocorre também com o Tiro-de-Guerra, disseminando seus ideais de instrução, disciplina e doutrina aos sujeitos.

Mais uma vez, atentando-me ao objeto desta pesquisa, o seu processo de ‘estranhamento’ inicial foi vivenciado e vivido, possibilitando um novo olhar diante de uma experiência empírica rica e instigante. Neste processo, tal objeto foi se transformando em algo apaixonante, suscitando, além das incertezas, dúvidas, medos e uma vontade particular de compreender aquele lugar no mundo, na constituição dos sujeitos, nas nossas vidas e, inevitavelmente, em meu universo íntimo de inquietações. Enfim, estava sendo composto meu objeto analítico, porém era preciso deter-me mais atentamente em ‘como’ realizar o trabalho investigativo.

⁹ Entre esses suboficiais estava Amélio Azevedo Marques, que fez com que seu filho Aurélio Azevedo Marques ingressasse em um dos Grupos Escoteiros locais e se tornasse o primeiro escoteiro brasileiro, mas precisamente o primeiro *Boy Scout* brasileiro.

1.2 CAMINHOS E ESCOLHAS: Os procedimentos metodológicos

Com os procedimentos metodológicos empreendidos neste trabalho buscou-se apreender os mecanismos de produção simbólica que fundamentam e estruturam determinados discursos em torno da construção de um modelo específico de masculinidade, tomando como referência um lugar particular: o universo militar do Tiro-de-Guerra. Num ambiente sociológico rico e instigante foi possível entrar em contato com experiências masculinas diversas, marcadas e recortadas por características próprias - idade, raça/cor, orientação sexual, origem e classe social. Essa riqueza e diversidade transformaram pessoas e ambientes em espaços prioritários à investigação.

Uma filiação teórica anterior e, especialmente, a particularidade e natureza do tema tratado (masculinidade) concorreram para a adoção de procedimentos de pesquisa de base qualitativa. Em vez de aplicar esquemas generalizantes, enfatiza-se a necessidade de reconhecer primeiramente uma dimensão singular dos atores sociais, seus comportamentos e suas redes de relação. Dentro de uma tradição compreensiva, entender o conjunto de significados atribuídos à ação por parte daqueles que a realizam, lembrando a sua dimensão contextual. Por isso, recorreu-se a um conhecimento clássico em pesquisa qualitativa que define a realidade empírica como sendo um fenômeno essencialmente significativo, tanto para o pesquisador, quanto para o pesquisado.

De forma crítica, a Sociologia Compreensiva concebe a subjetividade como “(...) o fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade em Ciências Sociais” (MINAYO, 1997:24), trabalhando com a vivência, a experiência e o cotidiano. Nessa perspectiva compreendem-se as estruturas e instituições como fruto da ação humana objetivada, afirmando como inseparáveis a linguagem, as práticas e o sentido.

Conforme muitos exaltam, essa abordagem enfrenta os excessos cometidos pela influência positivista nas Ciências Sociais, que tende a reduzir a compreensão da realidade a termos matemáticos. Numa perspectiva positivista, a

análise social assumiria um caráter objetivo desde que fosse realizada por instrumentos padronizados, considerados pretensamente como sendo ‘neutros’.

Nesse caso, ressalta Maria Cecília Minayo que “(...) *a linguagem das variáveis ofereceria a possibilidade de expressar generalizações com precisão e objetividade*” (MINAYO, 1997:23). Essa redução da objetividade não se consolida na tradição clássica em pesquisa qualitativa, marcada pelo debate epistemológico em torno da observação. Contudo, a relação entre o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não ocorre de forma opositiva, pelo contrário, esses indicadores se complementam, interagindo dinamicamente para superar as possíveis dicotomias. Segundo a autora, um procedimento que tem como consequência “(...) *a apropriação da linguagem de variáveis para especificar atributos e qualidades do objeto de investigação*” (*idem*).

A metodologia utilizada permite uma valorização dos atores em seu modo de se ver, estar e se sentir no mundo, respeitando suas individualidades, num compartilhar consciente e sistemático de aspectos subjetivos, tornando um quesito fundamental na compreensão da ação humana. Nesta perspectiva, o método torna-se um meio de instrumentalização do pesquisador em sua coleta e construção de dados. Esse abrange também o conhecimento da realidade social, dando suporte à construção de categorias analíticas e empíricas que compreendam os fenômenos sociais observados.

Mais uma vez recorro a Minayo, refletindo esse modo particular de se fazer pesquisa:

Ela [pesquisa qualitativa] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1997: 22).

Essa privilegiação tem como pressuposto a compreensão de que o sujeito é tanto agente da realidade social, como também é por ela moldado. Nesse processo de pesquisa um fator relevante é fazer o exercício de estranhar algo familiar e torná-lo exótico. Essa busca da instrumentalização e reflexão teórica é a base para uma possível problematização da realidade pesquisada.

A partir dessas referências, o trabalho empírico privilegia uma perspectiva etnográfica, realizado no ambiente militar do Tiro-de-Guerra da cidade de Viçosa. O processo de construção e de coleta de dados recorreu à observação direta, centrada no contato contínuo e sistemático do pesquisador com o fenômeno observado, visando apreender informações sobre a realidade dos sujeitos sociais em seus contextos, valorizando conjunturas imponderáveis¹⁰, suas perspectivas, circunstâncias particulares, outras perspectivas e pontos de vista dos sujeitos envolvidos em uma situação de interação.

Desse modo, uma agenda sistemática de atividades foi seguida, abrangendo a maioria das atividades do Tiro-de-Guerra. Algumas das atividades tinham um caráter mais formal, como a Parada de Sete de Setembro na cidade e fora dela, seção especial na Câmara Municipal em comemoração ao Dia do Soldado, a Formatura para mudança de categoria (de reservista para atirador), culto em ação de graças na Igreja Presbiteriana e inúmeras instruções diárias. Outras seriam atividades restritas ao ambiente do TG, como a feijoada, os bastidores das comemorações, visita de inspeção do TG pelo Major, a Formatura e seu baile.

Esse processo de ‘proximidade’ com o campo promoveu maior amplitude na compreensão dos fenômenos vividos pelos sujeitos em sua totalidade, suscitando novas questões e remodelando o próprio objeto de estudo, suas hipóteses e questões, auxiliando na própria identificação dos ‘informantes-chaves’. Certamente, é no trabalho de campo que a pesquisa toma corpo e estatuto, nas ações/decisões geralmente impensadas, perante situações adversas que exigem *feelling* do pesquisador e no defrontar com o outro.

O estabelecimento de uma relação mais próxima com o ‘objeto’ de estudo particulariza esse processo, uma situação de interação entre subjetividades distintas que simultaneamente o observador pode modificar e também ser modificado. De acordo com Touraine, “*a escolha de um método não depende de*

¹⁰ Segundo Malinowski, o contato com o objeto pesquisado e o pesquisador, no seu cotidiano, pode sinalizar elementos fundamentais de análise (olhares, gestos, silêncio etc.) que não são sujeitos ao registro objetivo. Trata-se da dimensão ordinária da vida social expressa em sua cotidianidade. Para melhor definição, ver MALINOWSKI, B. *Objetivo, método e alcance desta pesquisa*. In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, RJ, 1999.

considerações técnicas; cada método corresponde a um tipo de abordagem, a uma representação da realidade social e, por conseguinte, à escolha do pesquisador ao privilegiar um certo tipo de conduta” (1982:37, apud HAGUETTE, 1997:130).

Ao iniciar o trabalho de campo foram utilizados instrumentos clássicos de investigação social, como observação direta, manuseio de documentos de referência, questionário e entrevistas aprofundadas, visando identificar na singularidade dos sujeitos suas representações de masculinidade. Essa metodologia tornou-se necessária e fundamental por possibilitar maior exploração da subjetividade dos informantes da pesquisa, vistos como agentes potenciais em suas redes de relações e captando seus significados na dinâmica social. Afinal, *“as informações colhidas sobre fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar” (CHIZZOTTI, 1995:57).*

A relevância da Observação Participante (OP) na constituição da pesquisa há muito tem sido discutida na tradição de pesquisa clássica. Conforme muitos autores apontam, um longo processo disciplinar fez com que a OP adquirisse *status* científico, tornando-se um procedimento crescentemente adotado por cientistas sociais. Contudo, nas pesquisas realizadas evidenciaram-se não só os problemas na sua utilização, mas também suas vantagens como um instrumento de captação de certos tipos de informação, que se tornam fontes preciosas para o desafio do entendimento dos comportamentos sociais de dado sujeito e coletividade.

Uma das críticas a esse procedimento está no fato de ser considerado um processo investigativo menos estruturado nas Ciências Sociais, já que não pressupõe necessariamente nenhum instrumento específico *a priori* para direcionar a observação. Por isso mesmo, o sucesso de desenvolvimento na elaboração dos dados recai inteiramente sobre os ombros do observador, salvo um ou outro caso.

Essa tensão e ambigüidade, inerentes ao processo de pesquisa, foram apresentadas com por Tereza Maria Haguette ao argumentar:

O calcanhar de Aquiles da observação participante, entretanto, parece situar-se, principalmente: a) na relação observador/observadores e na ameaça constante de obliteração da percepção do primeiro em consequência do seu envolvimento na situação pesquisada, envolvimento este inerente à própria técnica; b)- na impossibilidade de generalizações dos resultados; por ser uma técnica que busca mais os sentidos do que a as aparências das ações humanas ela coloca seus próprios limites; por exemplo, não pode pretender a abrangência do “survery” embora supere em termos de profundidade dos dados. Sua força é, também, sua fraqueza (HAGUETTE, 1997:76).

Em relação à entrevista, como qualquer outro instrumento de coleta/construção de dados, ela é passível de procedimentos de objetivação. Segundo Haguette:

... Submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real origina (HAGUETTE, 1997:86).

Sabe-se que o diálogo interpessoal e a relação intersubjetiva têm de ser conduzidos atentamente para não se transformarem em embaraçoso conflito, levando-os a não atingir o objetivo esperado. Dito de outra forma, não realizando a construção de um *corpus* investigativo que tenha como característica e objetivo produzir um número significativo de depoimentos sobre a problemática investigada, com vista a construir uma legitimidade e representatividade dos dados. Para isso, é necessário garantir a perspicácia e a habilidade técnica do entrevistador, tanto na escolha de seus informantes, quanto no encaminhamento da entrevista.

Ao refletir sobre a questão de entrevistas, Cynthia Sarti argumenta que elas “*constituem, sobretudo, uma oportunidade singular nas vidas das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutados. São uma prova rara do reconhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo* (SARTI, 2003:24).

No desenvolvimento da entrevista é fundamental que o pesquisador permaneça atento às comunicações verbais e atitudinais (gesto, olhar etc.), que podem reportar a questões não-ditas verbalmente, informações de uma

preciosidade sem igual. Para tanto, é necessário não qualificar os atos dos informantes, desmerecê-los ou discordar das suas interpretações. De acordo com Chizzotti, *“o pesquisador, nas interações verbais e não verbais, e na compreensão do contexto das ações do informante, vai reconhecendo os dados que o conduzem à progressiva elucidação do problema, à formulação e à confirmação e suas hipóteses”* (CHIZZOTTI, 1995:93).

A partir dessa premissa, foram realizadas 18 entrevistas aprofundadas, sendo duas delas com os Sargentos do Tiro-de-Guerra e as demais com os atiradores, com duração aproximada de 1h20min cada uma, que foram gravadas com as devidas permissões.

A maioria das entrevistas foi realizada dentro do TG, num lugar reservado, o que garantiu uma relativa privacidade¹¹. Outras foram feitas fora dali, um procedimento consciente, pois proporcionaria a oportunidade de comparar as entrevistas em lugares diferenciados, rentabilizando os dados e dando maior legitimidade. Para as realizadas dentro do TG, os atiradores foram dispensados da instrução pelos sargentos. Embora todos os sujeitos no batalhão fossem voluntários potenciais do Serviço Militar, as entrevistas foram realizadas só com aqueles que se dispuseram a participar voluntariamente da pesquisa.

De modo geral, as entrevistas não apresentaram distinções em função de terem sido realizadas em lugares diferenciados, ou seja, dentro e fora da sede militar, o que evidencia uma certa autonomia do sujeito diante do processo o qual está submetido, uma possível garantia e preservação do seu eu civil. Segundo Evering Goffman (1974), a primeira mutilação sofrida pelo sujeito numa instituição de caráter total é a perda do seu eu civil, ocorrendo quando se coloca a barreira entre o mundo interno (o aqui dentro = instituição) e o externo (o lá fora = sociedade), partindo das proibições tanto no plano físico quanto do doutrinal, o que no TG apresenta de modo menos incisivo. Neste caso, a instituição TG não se apresenta extremamente como sendo ‘uma estufa de mudar pessoas’; mesmo pertencendo à esfera militar, há uma distância relativa de vivência de outros

¹¹ A maioria das entrevistas foi realizada no refeitório do TG, por ser um lugar ‘neutro’ dentro daquele espaço e um lugar onde era possível de ficar a sós. Algumas delas, foram realizadas fora da sede, umas em minha própria casa e outras em praça pública.

ambientes totais como os hospitais e os manicômios. Diante dessa premissa, Celso Castro argumenta que:

No entanto, creio que se perde mais do que se ganha ao classificar dessa forma as academias militares, pois as divergências com o modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais. Em primeiro lugar inexistem uma divisão rígida entre 'equipe dirigentes' e 'internados' como vimos ao examinar algumas características da hierarquia militar. Em segundo lugar Goffman deixa claro (cf. pp.23-4) que nas instituições não se busca uma 'vitória-cultural' sobre o internato, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucionalizado, para usar essa tensão persistente como 'uma força estratégica no controle de homens' (p.24) (CASTRO, 1990:33-34).

Segundo ele, na Academia Militar, e também no TG, não é diferente, busca-se o contrário das instituições totais, ou seja, a obtenção de uma 'vitória cultural' e não a criação de uma 'tensão persistente', já que estes espaços (Academia e TG) são vistos como sendo lugar de passagem, um estágio a ser superado; embora essa referência (instituição total) seja fundamental na medida que é uma organização militar (TG) que está sendo pesquisada, um ambiente de características e peculiaridades próprias.

O fato de este trabalho ter assumido o Tiro-de-Guerra como sendo uma instituição total foi extremamente rentável para a análise e as discussões dos dados, mas em alguns momentos essa definição foi abandonada por exigir uma complexidade maior de suas ações sobre suas práticas e sobre os sujeitos que a compõem.

Com o intuito de produzir e complementar informações e visando a elaboração de uma ficha sinóptica para caracterização dos sujeitos pesquisados, foi utilizada a técnica do questionário. Independentemente dos possíveis riscos que esse procedimento traz em sua realização, tornou-se um instrumento valioso na construção, sistematização e análise dos dados.

Conforme tem sido apontado pela crítica epistemológica contemporânea, todo processo de construção de dados, e conhecimento, assume dimensões que vão se delineando e confrontando dentro da própria estruturação da pesquisa. Esta, muitas vezes, termina reorganizada de acordo com as circunstâncias e as demandas que o campo vai produzindo. Aliás, um movimento e uma dinâmica

‘naturalmente’ próprios à reflexão e investigação no domínio das Ciências Sociais.

Enfim, uma vez composto o objeto era preciso investi-lo de densidade teórica. Aqui, *gênero e masculinidade* foram as categorias orientadoras para discutir o processo de construção de determinada vivência masculina, que concorre à formação de um jovem militar. Destaca-se a diversidade das configurações associadas a uma identidade pessoal e social do ‘ser homem’, abordando seus arranjos, suas configurações e suas implicações na vivência cotidiana de jovens submetidos à disciplina de quartel. O contato com uma vasta literatura de referência permitiu tornar esse campo bastante naturalizado do universo militar e a própria masculinidade um objeto analítico passível de problematização.

CAPÍTULO 2

2. CATEGORIA X CAMPO: SEMPRE “BOM PARA PENSAR”¹²

*"Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter"(Gilberto Gil).¹³*

2.1 GÊNERO: Um olhar sobre o ‘natural’

Os atributos relativos aos homens e às mulheres encontram-se marcados e revitalizados socialmente. Em geral, a simetria em volta desses dois modelos tende a positivar o pólo masculino como sendo a referência única no processo de socialização de homens e mulheres. Por isso, por muito tempo foi colocado numa situação ‘privilegiada’ na hierarquia social. A partir desses desdobramentos dos estudos acadêmicos e dos processos políticos esse ‘privilégio’ foi contestado e com ele o processo de construção e socialização subjetiva e a própria condição de ‘ser homem’ foram sendo problematizados, revistos e ressignificados, dentro e, distintamente, fora do ambiente acadêmico, por exemplo a partir da arte, da literatura, da moda e da música, como proposta pelo cantor Gilberto Gil, entre outros.

¹² Frase clássica nos estudos antropológicos de autoria do autor Lévi- Strauss, respondendo ao argumento de que as espécies naturais eram escolhidas para representar grupos/pessoas porque eram boas para serem comidas; segundo ele, ao contrário, estas seriam boas para comer porque seriam boas para pensar, defendendo uma antecedência lógica entre ambas experiências; uma supremacia/preeminência do plano simbólico sobre o pragmático.

¹³ ‘Super-homem’: canção de 1979, do cantor e compositor Gilberto Gil.

No âmbito desse trabalho de construção dos alicerces teóricos, a categoria gênero é compreendida a partir de dois eixos orientadores. De imediato, como um marcador à construção social das diferenças dos atributos tidos como masculino e feminino. Em seguida, como um indicativo que explicita a pertinência desses atributos na experiência de homens e mulheres, na sua produção, reprodução e manutenção de um sujeito e das relações socialmente hegemônicas.

Como ‘fatos’ da ordem da cultura, os princípios masculino e feminino concorrem para configurar uma ordem social hierárquica. As diferenças e assimetrias de gênero são construídas e reproduzidas com base em uma série de fatores, dentre os quais se destacam aspectos como a concepção de corpo, de natureza, da divisão sexual do trabalho, do sentido de família e dos atributos vinculados à identidade social dos sujeitos. Enfim, aquilo que se concebe como homem, mulher, marido, esposa, filho, hetero, homo, dentre tantos outros arranjos sociais possíveis.

Nesse sentido, o conceito de gênero é compreendido aqui a partir de sua dimensão relacional e histórica, recorrendo a um conjunto de autores(as) consagrados(as) nessa discussão (Joan Scott, Linda Nicholson, Donna Haraway, Maria Luiza Heilborn, Miguel Vale de Almeida, entre outros).

Tomando como tarefa intelectual definir a utilidade da categoria gênero, Joan Scott (1995), partindo de uma perspectiva histórica, define gênero como um marcador constitutivo de relações sociais. Algo que revela as diferenças socialmente estabelecidas em ambos os sexos e que manifesta uma forma primária de dar significações às relações de poder. Seu exercício de contextualização e relativização concorre para a crítica fundamentada sobre sistemas de poder e relações fortemente hierarquizadas, cristalizadas em polaridades (certo/errado, moral/imoral, verdade/mentira, bem/mal) que reproduzem uma ordem social marcada por assimetrias que geram desigualdades, discriminação e exclusão.

Para Adriana Piscitelli (2004), o conceito de gênero difundido rapidamente a partir da década de 1970 teve como parte significativa o fato de

proporcionar um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social. Segundo a autora, o gênero teve uma forte aderência entre os acadêmicos que dialogavam com as discussões/perspectivas feministas, por ter sido considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas até então oferecidas pela categoria mulher. Essa, por sua vez, tornou-se algo aversivo a uma geração na qual o binômio feminino/mulher parece ter saído de foco, tornando-se algo ultrapassado (PISCITELLI, 2004).

Em se tratando da dinamicidade da categoria gênero, Sônia de Matos argumenta que:

Na vivência do dia-a-dia, nas interações sociais e ideológicas, gênero nunca se reduz a caracteres sexuais, mas sim um conjunto de categorizações morais, a um conjunto de comportamentos socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados (MATOS, 1999: 21).

Segundo a autora, gênero representa, do ponto de vista empírico, aquilo que se processa em constante produção, e do ponto de vista analítico, o que não possui em si mesmo qualidades definicionais que possa servir como um operador de reconhecimento a um dado campo específico entre as categorias de diferenciação. Desse modo, gênero não estaria sendo referido/reduzido aos corpos de homens e mulheres, mas a toda uma teia de significados e arranjos convencionalmente estabelecidos entre eles.

Nesse sentido, a contribuição do Movimento Feminista, tanto no campo reflexivo quanto na agenda política, denunciando a idéia de uma subjetividade hegemônica concebida como natural, foi fundamental no debate progressivo sobre as transformações necessárias nas relações sociais. Os avanços dos estudos feministas vieram, portanto, desnaturalizar as dicotomias, pondo em cena uma lógica diferente de interpretação da realidade e dos fatos sociais. Segundo Pedro P. Oliveira (1998), o discurso feminista, aliado a outros fatores estruturais, suscitou a reflexão por parte de mulheres e, também, de homens sobre seus comportamentos e posicionamentos sociais, problematizando práticas, condutas e atributos tradicionais.

Esse movimento político e crítico-reflexivo explicitaria uma série de contradições, conflitos e limites vigentes na sociedade contemporânea ocidental, heterogênea e globalizada, criticando alguns arbitrários culturais na construção do que poderia conceber como sendo masculino e, ou, feminino na história das relações de gênero, dos sexos e da natureza. Para Miguel Vale de Almeida (1995), a distinção entre sexo e gênero é fundamental, constituindo-se em um ponto de partida para a investigação da masculinidade. A partir da distinção feita pela Antropologia entre a natureza e a cultura, e posteriormente, nos anos 1960, pelas teorias feministas, imprimisse-se a necessidade de uma separação conceitual entre sexo e gênero, afirmando-se o segundo como uma elaboração cultural do primeiro.

Nessa perspectiva, Linda Nicholson argumenta que *“o conceito de ‘gênero’ foi introduzido para superar o de ‘sexo’, não para substituí-lo. Mais do que isso, não só o ‘gênero’ não era visto como substituto de ‘sexo’ como também ‘sexo’ parecia essencial à elaboração do próprio conceito de ‘gênero’”* (NICHOLSON, 2000: 11). Sem querer enfrentar o longo debate construído em torno dessa problemática, cabe lembrar um aspecto simples, porém elementar: a diferença de estatuto das categorias sexo e gênero.

Conforme argumenta Scott, gênero é uma categoria analítica, própria ao universo acadêmico, rentável à reflexão em torno do processo de construção das diferenças e dos arbitrários sociais e, também, sobre o processo de legitimação de relações de poder. Já sexo é uma categoria empírica, pertinente ao vasto domínio do mundo social, notadamente o senso comum, representando uma forma ‘própria’ de classificação das diferenças sociais.

Maria Luiza Heilborn refinou o debate de gênero, construindo uma outra possibilidade analítica, tendo como referência um diálogo particular com a teoria dumontiana. Em seu trabalho de doutoramento sobre experiências conjugais modernas entre casais homoafetivos, a autora investiga o porquê de as representações de gênero comportarem assimetrias hieraquizantes, em a que a assimetria de gênero é pertinente a uma ordem lógica de passagem natureza/cultura.

Segundo a autora:

Não se trata apenas de afirmar que os gêneros possuem conteúdos contrastivos e complementares. Além de distintiva, a lógica interna ao domínio de gênero é hierárquica, fazendo com que vetores simbólicos relacionados qualifiquem-se pelas propriedades de englobante e englobado (HEILBORN, 2004:40-41).

Num campo etnográfico particular, quando se pretende investigar a potência das classificações de gênero num mundo informado e afirmado pelo ideário igualitarista moderno, Heilborn e Elaine Brandão alertam para os limites de uma dicotomia do sistema sexo e gênero, recolocando em novos termos a discussão sobre sexo e natureza. Elas argumentam que a sexualidade ora se restringe a um mecanismo fisiológico, a serviço da reprodução da espécie, ora como uma manifestação que precisa ser extravasada, uma pulsão, uma ordem psíquica. Problematizar a universalidade desse instinto sexual possibilita salientar as diferenças específicas da ação social sobre a sexualidade, bem como o olhar ocidental nas formas culturalmente singulares de se conceber a sexualidade:

... Uma categoria fundante no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos, na medida em que as trajetórias masculinas e femininas são radicalmente distintas, não exatamente pelas diferenças estampadas em seus respectivos corpos, mas sobretudo em função da maneira como as expectativas e as aspirações em relação à experimentação sexual são marcadas pelo gênero na tradição ocidental (HEILBORN & BRANDÃO, 1999:11-12).

Segundo as autoras, *“nas trincheiras do essencialismo viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos, na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz as ações”* (1999:09). Inspirada nessa reflexão sobre a dicotomia cultura e natureza, tão preciosa à tradição antropológica, Matos diz que:

Fazendo uso da distinção entre cultura e natureza é possível classificar, descrever e explicar a realidade, porque tal distinção não apenas estabelece diferenças entre acontecimentos e coisas situadas no campo da cultura – e que se refere a tudo que é “feito pelo homem” – e acontecimentos e coisas situadas no campo da natureza – e que se refere a tudo que é “dado ao homem” – mas, também, oferece uma detalhada explicação sobre as propriedades e as possibilidades das realidades naturais e culturais (MATOS, 1999:22).

Aqui, o conceito de natureza e cultura representa um par de opostos fundamentado em uma bipolaridade. Nessa discussão é pertinente retomar as reflexões de Laqueur (2001), em sua obra 'Inventando o Sexo'. O autor problematiza a noção de essencialismo, trazendo à tona um debate em torno da construção do sexo (a partir de seu modelo único de sexo – *one-sex model*) e a própria definição de natureza. Segundo ele, na Antigüidade Grega e meados do século XVIII o corpo feminino era visto como uma cópia imperfeita e investida do masculino, e, assim, gestadas suas dicotomias. Entre elas destaca a noção de corpo quente e expresso (masculino), em contraposição ao corpo frio e líquido (feminino), a questão da atividade x passividade, e a própria noção de natureza e cultura. Neste contexto, a mulher estaria para a natureza, pelo seu desenvolvimento 'rudimentar', 'sensível', 'frágil', e o homem para o universo social, dos prazeres e das conquistas.

Antes do século XVII, o sexo representava uma categoria sociológica, e não ontológica, indicando posições sociais de referência, e não um atributo construtor de subjetividades reflexivas. Neste sentido, Vale de Almeida afirma que:

Os isomorfismos de Galeno sobre os órgãos masculinos e femininos foram rearticulados no século XIX ao nível embriológico como homólogos: o pênis e o clitóris, bem como as outras homologias, passaram a ser vistas como tendo uma origem comum na fase fetal. Depois do século XVII o corpo já não era visto como um microcosmo de uma ordem maior e a ciência já não gerava a hierarquia das analogias (VALE DE ALMEIDA, 1995:79).

Cabe ressaltar que não é proposta deste trabalho teorizar a respeito da dicotomia natureza/cultura, uma dicotomia que fundamenta outras estruturas e que ganha novos contornos na atualidade. Privilegia-se aqui refletir e apontar alguns delineadores da construção do masculino, o seu papel na contemporaneidade e suas implicações na vivência de homens, e, mais incisivamente, demarcar os limites dessas perspectivas dicotômicas que podem substancializar formas de representação e manifestações sociais. Aliás, vale ressaltar que não existe 'uma natureza' ou mesmo 'uma cultura', trata-se de domínios distintos, porém ambos socialmente construídos (GOUVEIA, 2003).

Os contatos com esses campos analíticos me permitiram problematizar o significado de uma vivência particular masculina, os jovens atiradores do Tiro-de-Guerra de Viçosa - MG e o lugar que ocupam num entorno fortemente estruturante, no mundo e nas relações que estabelecem entre si, seus 'iguais', nesse ambiente institucional.

Conforme evoca o trabalho clássico de Simone de Beauvoir¹⁴, *'não se nasce mulher torna-se mulher'*. Essa afirmativa também recai sobre a experiência social do homem. Num processo de tornar-se sujeitos, os rituais, as provas de masculinidade, a dor e a humilhação, dentre outras, vão ser apropriados em diferentes e distintos contextos culturais. Neste sentido, apesar de inúmeras e decisivas diferenças, uma base comum parece perpassar o processo de construção do sujeito-homem. Acerca dessa 'universalidade', Vale de Almeida, afirma que:

... Ser homem, no dia-a-dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção (VALE DE ALMEIDA, 1995:128).

Diante desse contexto, justifica-se o uso da categoria gênero por se tratar de um conceito desenvolvido para contestar a naturalização das diferenças sexuais numa diversidade cultural. Segundo Donna Haraway, *"a teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais 'homens' e 'mulheres' são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquias e antagonismos"* (HARAWAY, 2004:7).

É especificamente nessa dimensão de experiência socialmente construída que o alistamento militar, via TG, assume a expressão de um rito de passagem que concorre para socializar futuros homens, munidos de responsabilidade e

¹⁴ Beauvoir, *Simone Lucie-Ernestine-Marie-Bertrand de*. Escritora francesa e feminista, nascida a 9/1/1908 e falecida a 14/4/1986, em Paris. Participante do grupo de escritores filósofos que deram uma transcrição literária dos temas do Existencialismo, ela é conhecida primeiramente por seu tratado *Le Deuxième Sexe* (1949 - O Segundo Sexo), um apelo intelectual e apaixonado pela abolição do que ela chamou o mito do "eterno feminino".

honra, duas evocações recorrentes da e na vida da caserna. De certa forma, o TG torna-se um lugar eleito pelos próprios sujeitos e, em grande parte, por suas famílias como um espaço de correção de condutas de jovens ‘rebeldes’, ‘irresponsáveis’, cujo grupo doméstico não consegue sozinho ‘administrar’. Um lugar eleito socialmente na ‘construção’ de verdadeiros homens, ‘honestos’ e ‘honrados’.

Assim, uma idéia de honra vinculada a valores morais que de forma menos instrumental perpassam a idéia de sustentação financeira e de construir uma ‘família honrada’. Assim, em face da dramaticidade social da experiência dos setores populares hoje, marcada por intensos processos de desfiliação e discriminação, garantir a honra torna-se um imperativo de valor e um capital simbólico entre os representantes desses segmentos (GOUVEIA, 2003).

A sociedade, ao longo do tempo, tende a naturalizar os papéis de homens e de mulheres e, assim, determinar seus espaços, referendado principalmente na divisão sexual do trabalho e no modo de vivenciar experiências afetivas-sexuais, promovendo uma complexa hierarquia e desigualdade de gênero. Ao se conceber homens e mulheres como constructos gestados no interior de uma cultura, compreende-se como foram sendo fabricadas as diferenças e a hierarquia entre os papéis sociais.

Nessa relativização é possível agir, pondo em xeque referências essencialistas, trazendo à tona a discussão em torno da construção do sexo e da própria definição de natureza. Refletir e problematizar questões acerca da perspectiva de gênero e, conseqüentemente, dos atributos masculinos e femininos, visando sua ‘desnaturalização’ e ‘desconstrução’, concorrem para colocar em suspenso preconceitos e discriminações, frutos de um ideário moral cristão, que essencializa modelos de: homem, mulher, criança, família e filho, e inevitavelmente controla afetividade, sexo e prazer.

Geralmente, refletir sobre gênero implica abordar outra categoria bastante abrangente, a *sexualidade*. Sua discussão oscila entre diferentes discursos, assumindo, portanto, diversos significados. Desde um conservadorismo ortodoxo, manifestado em documentos que condenam atos,

práticas, orientações, dispositivos e direitos sexuais, tão em voga no contexto atual, até a banalização e a constante incitação ao sexo como definidor de subjetividades. Mais do que negar a hipótese repressiva do sexo, preocupou-se em qualificar os termos dessa repressão/incitação, contribuindo enormemente para a construção de uma crítica epistemológica, e mesmo uma ação política, em torno de formas de saber e fazer hegemônicas (FOUCAULT, 1984).

Segundo o autor, a serviço de uma moral conservadora e de construção de corpos saudáveis, ao longo dos séculos, o sexo foi colocado em discurso. Ao invés da repressão/silenciamento, foi submetido a um mecanismo crescente de incitação, na qual a ‘repressão’ tornou-se um elo de ligação entre poder, saber e sexualidade, uma categoria cunhada no âmbito das Ciências Médicas. De acordo com suas palavras, “*não se fala menos de sexo, pelo contrário. Fale-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos*” (FOUCAULT, 1984:29).

Nesse debate, o argumento de Vale de Almeida é pontual. Segundo ele, “*as grandes mudanças que se verificaram com a sociedade moderna no campo da sexualidade e dos gêneros foram igualmente mudanças na interpretação do corpo, do sexo, da reprodução, da identidade individual, e das emoções*” (VALE DE ALMEIDA, 1995:73). Conforme diversos autores apontam, o gênero, a sexualidade e o comportamento sexual dos sujeitos articulam as esferas de produção e reprodução social. Quanto mais a sociedade se preocupou em normatizar a vida de seus membros, maiores foram os interesses em disciplinar os corpos e as práticas afetivas-sexuais. Dessa forma, no transcorrer dos séculos, a sociedade se beneficiou da ajuda da medicina, aliada aos sexólogos, na obtenção do controle e da regulamentação de nossas atividades corporais, “*num processo complexamente interconectado, pelo qual a definição precisa das ‘verdadeiras’ características femininas e masculinas está aliada a um novo zelo em definir, nos discursos judiciário, médico e político, o que é ‘normal’ ou ‘anormal’*” (WEEKS, 1999:150).

Logo após a 2^a Guerra Mundial, especialmente nas décadas de 1960, 70 e meados de 80, uma crítica política, social e cultural produziria um

‘afrouxamento’ dos tradicionais códigos sociais vigentes, incitando o questionamento de várias ordens, inclusive sobre os atributos socialmente designados a homens e mulheres. No bojo do movimento de contra-cultura, propagou-se uma liberdade de conduta e uma redefinição política da sexualidade, encabeçada por segmentos liberais da sociedade (como o movimento feminista, a militância *gay* e *lésbica* e outros). Assim, os discursos naturalizantes sobre o que estaria sendo definido como homem e mulher foram sendo cada vez mais postos em xeque.

Nesse contexto próprio, a condição masculina passa a ser investigada com um olhar mais atento, tanto no âmbito do próprio desenvolvimento e consolidação do campo dos estudos de gênero, quanto da própria sociedade civil organizada. Neste sentido, o Feminismo, ou os Feminismos, e outros movimentos ligados à discussão dos direitos sexuais e reprodutivos permanecem atentos a essas transformações, concorrendo para a crítica e resistência às diversas prescrições e definições a respeito dessas e, propriamente, da sexualidade. Esse fato parece evidente ao atentarmos para as manchetes nos jornais, nos meios de comunicação de massa, como um todo.

Enfim, privilegiar a investigação científica sobre as representações de masculinidade no âmbito das reflexões de gênero concorre para construir uma análise para além da questão identitária, de forma definitivamente relacional. Tal perspectiva enfatiza as pluralidades subjetivas, demarcando importantes indicadores, como as diferenças de classe social, idade, orientação sexual, dentre outras, que singularizam determinada forma de se experimentar o ‘ser homem’. Mediante tantas variáveis, torna-se mesmo impossível essencializar determinado processo de construção do masculino. Por isso, vale investir na leitura e sistematização de uma literatura que discute masculinidade.

2.2 MASCULINIDADE: O homem em processo

Nesta pesquisa, o entendimento em torno da categoria masculinidade está ancorado a partir das reflexões propostas por diversos autores(as), como Badinter (1998), Vale de Almeida (1995), Bourdieu (1999), Kimmel (1998), Nolasco (1995), dentre outros, que apesar de assumirem perspectivas diferenciadas têm em comum o fato de problematizar/refletir a cerca da masculinidade.

Conforme colocado, as conquistas do movimento feminista e o desenvolvimento de reflexões em torno do conceito de gênero conduziram muitos pesquisadores(as) a se debruçarem sobre a questão da construção social da masculinidade, sobretudo na década de 80, nos países saxões. Apesar de nos anos 70 já terem sido produzidos estudos internacionais contemplando a problemática da masculinidade, de certo modo esses foram ofuscados pela ênfase nos trabalhos sobre a questão das mulheres (*women's studies*).

A reflexão sobre os marcadores sociais de gênero no universo de homens, para além da explicitação de uma opressão em face da autoridade masculina sobre as mulheres, denunciada e combatida pelo Feminismo (em vários espaços sociais), desnudou uma outra realidade: a presença de uma 'sutil' opressão que incide sobre o universo masculino e na manutenção de um modelo hegemônico de ser homem.

Conforme argumenta Socrátes Nolasco:

Os esforços empreendidos pelos homens na busca de uma outra possibilidade de inserção na cultura contemporânea se concentram inicialmente na tentativa de compreender o significado que têm para suas vidas os adjetivos que os qualificam como homens na cultura do Ocidente, para a partir daí analisar os efeitos produzidos sobre eles (NOLASCO, 1995:21).

Na busca por esses significados emergiram questões em torno da idéia de que a masculinidade e o 'homem' moderno estariam vivendo realmente uma crise existencial e, ainda, construindo novas possibilidades de vivenciar essa condição masculina, ou mesmo ambas prerrogativas. Aqui é possível identificar

mecanismos de poder que exercem a vigilância sobre os tipos ideais de ser homem e de ser mulher, concorrendo para demarcar uma masculinidade hegemônica no plano social, afetivo e existencial.

De certa forma, isso parece particularmente intensificado nos ‘homens’ que ‘descendem’ de instituições normativas, como a ‘Igreja’, a ‘Família’, as ‘Forças Armadas’¹⁵. Nesta última, o atributo ‘militar’ encontra-se próximo de um modelo que se impõe pela força, pela disciplina, pelo adestramento e pela moral, que prescrevem deveres e obrigações do sujeito para consigo mesmo e para com a sociedade. Esses espaços acionam imagens que ganham estatuto emblemático, concorrendo para promover e exaltar moralidades estereotipadas e discriminatórias.

As novas reflexões de gênero sobre o masculino vêm distanciar o ser masculino de sua questão falocêntrica, ligado a atributos como ‘virilidade’, ‘dominação’ e ‘violência’, situando-o em um cenário onde as construções cotidianas dos seus desejos e sua satisfação tomam outras proporções e significados. Trata-se de uma explicitação do próprio desejo, do próprio modo de ser homem.

De acordo com Nolasco:

A construção de um cotidiano marcado pela explicitação das próprias necessidades, pela tolerância em vê-las atendidas e o comprometimento com a busca cada vez maior por satisfação emocional têm sido apresentado por alguns Grupos de Homens que desejam reconhecimento por sua autonomia emocional. **Com isto, o sexo deixa de ser o único operador em torno do qual se organiza a representação masculina** (NOLASCO, 1995:28 grifos meu).

Em geral, a masculinidade é concebida e legitimada com base na universal capacidade produtiva, em que se espera do homem a plena realização da função de provedor material e financeiro de seu grupo de referência. Junta-se a isto uma exigência moral que lhe é solicitada como uma força ordenadora do grupo doméstico.

As reflexões de um novo olhar sobre a masculinidade possibilitaram contrapor, em certa medida, discussões essencialistas, como a tese biológica da

¹⁵ As instituições citadas estão aspidas de modo a não absolutizá-las diante da dinâmica social.

posição do cromossomo Y, ou simplesmente a posse do órgão sexual masculino, como atributos suficientes para determinar o ‘verdadeiro homem’. De certa forma, a discussão em torno da masculinidade expressa mudanças em relação à aceitação social do arbitrário poder masculino e de sua hegemonia dentro da lógica de gênero vigente nas culturas contemporâneas ocidentais (OLIVEIRA, 2004:142).

A posse única e universal do órgão masculino, o pênis, não se configurava mais como sendo definitivo e determinante para se moldar o ‘homem’. Afinal, ‘ser homem’ ultrapassa uma pura e simples ordem biológica, sendo algo circunstancial em cada tempo e espaço, configurando conjuntos de regras, normas e símbolos sociais que serão acionados para definir formas e modelos em um modo particular de se investir os sujeitos. Neste sentido, a masculinidade é entendida como uma categoria analítica que representa algo plural e circunstancial (masculinidades), diretamente relacionada a questões relativas à subjetividade.

Ao se problematizar o arquétipo da masculinidade, o importante é perceber que não se pode falar de masculinidade, mas sim masculinidades, indicando uma categoria altamente fluída e por isso mesmo passível de transformação. Para Michel Kimmel:

Os significados de masculinidade variam de cultura a cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam entre homens em meio a uma só cultura e variam no curso de uma vida. Isto significa que não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência constante, e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluídos e em constante mudança. Neste sentido, devemos falar de masculinidades, reconhecendo as diferentes definições de hombridade que construímos (KIMMEL, 1998:106).

Segundo o autor, ao adotarmos o termo no plural (masculinidades) estamos contribuindo para um entendimento mais amplo e diferenciado dessa vivência diante dos próprios homens em seu momento histórico e social. Em suas palavras: “... masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos” (KIMMEL, 1998:106). Para além desse aspecto, ele chama a atenção para o fato de que, apesar disso, nem todas as

masculinidades são construídas de igual forma, muitas vezes são hierárquicas e construídas em relação a outras vivências, e num completo jogo de poder.

Nesse sentido, Peter Fry argumenta que “*sistemas de conhecimento só existem socialmente se reproduzidos pelos atores sociais, e a vitória de um ou outro sistema dependerá, em última instância, do relativo poder de seus proponentes*” (FRY, 1982:88). Uma das principais formas que o homem acionava para demonstrar uma eficiente aquisição de masculinidade era através da desvalorização de outras vivências de masculinidade, numa clara oposição entre o modelo hegemônico e o subalterno, favorecendo a construção de um outro (KIMMEL, 1998).

Nessa perspectiva, é importante salientar que uma situação particularmente importante nesse processo é o comportamento homossexual, e mesmo outras práticas homoafetivas, que são constitutivas da e na experiência masculina. Afinal, de certa forma, a homossexualidade representa um afronto ao ‘machismo’ e a uma posição ‘privilegiada’ de homem, colocando em jogo saberes e práticas hegemônicas. Destes cabe destacar: a não-obrigatoriedade da heterossexualidade, a explicitação de uma ‘nova’ forma de desejo/prazer entre ‘iguais’ e a transgressão nos códigos morais de conduta e religiosos, dentre outros.

Prescrevendo determinado modo de ser homem, a sociedade tende a utilizar vários artifícios, incluindo uma espécie de jogo e ritos de passagem, que vão variar segundo os distintos grupos sociais. Esses instrumentos, na sua maioria, manifestam formas particulares de exaltação de poder, confirmando uma proximidade histórica entre força, virilidade, poder e dominação.

Segundo Oliveira, numa perspectiva histórica, os estudos sobre a masculinidade entram em ascensão a partir da década de 1970, mas no Brasil isso se dá tardiamente, mas especificamente na década de 80 e início da de 90, deixando de ser uma temática secundária e passando a ocupar o centro de algumas preocupações.

Esse é um momento de crise social e epistemológica, na qual a hegemonia do funcionalismo passa a ser fortemente questionada. Essa guinada

está associada diretamente ao Movimento Feminista, que vivia um momento de efervescência, a partir do Pós-Guerra. No bojo das discussões em torno das ‘políticas de identidade’, em grande parte propostas pelo Feminismo e pelo movimento *gay*, assiste-se ao questionamento em torno da naturalização e hegemonia de identidades masculinas dominantes e dominadoras. A partir daí percebeu-se e divulgou-se a idéia de que não apenas as mulheres sofreriam com a representação hegemônica e convencional dos papéis de gênero. Destas, também sofreriam seus presumidos beneficiários os próprios homens (OLIVEIRA, 2004:146).

Além do Feminismo, o advento e a disseminação da infecção do HIV/Aids durante a década de 1980 elevaram a questão da masculinidade como objeto de reflexão e de ação social, suscitando debates sobre questões até então cristalizadas e tidas como tabu, como a relação extra-conjugal e homo-orientadas¹⁶. Neste contexto cresce o debate em torno do fato de que homens casados contraíam a doença, provavelmente em tais práticas, e contaminavam suas companheiras. A grande protagonista pela emergência desse tema foi a militância *gay*, buscando denunciar o estigma posto nesse grupo como principal responsável pelo crescimento da epidemia. Apesar da importância do debate, muitos trabalhos emergiram reféns de uma explícita questão política, em detrimento de uma correspondente visão analítica da questão em si (OLIVEIRA, 2004: 148).

No que compete à década de 1990, o autor argumenta que a discussão em torno da idéia de um índice de fertilidade masculina para os estudos demográficos promoveria o debate acerca da masculinidade, interesse historicamente voltado para a questão feminina. Assim, algumas agências internacionais de financiamento manifestaram certa preocupação com a temática, configurando-se como uma importante fonte de estímulo e recurso para pesquisa nesse campo. Neste contexto, três marcos se destacaram em nível nacional: o

¹⁶ Embora o autor tenha apenas ressaltado a questão das práticas homo-orientadas, outras práticas de sexo inseguro também contribuíram para ampliação desse quadro, como práticas sexuais com prostitutas, moradores(as) de rua, inconstância de parceiros(as) e outros.

Feminismo nos anos 1970, a epidemia do HIV/Aids e o Movimento *Gay* nos anos 1980, e as pesquisas demográficas nos anos 1990.

Além disso, outras razões estariam imbricadas na emergência e visibilidade pública sobre a masculinidade. Destas, destacam-se aspectos como a violência e criminalidade nos centros urbanos, a proliferação em massa de torcidas organizadas de futebol, a propagação da mídia e de outros setores interessados na flexibilização dos modelos comportamentais masculinos, visando um novo e promissor nicho de mercado (como o mercado de cosméticos e dos produtos da indústria *fitness* e da moda).

Nesse contexto, a vivência homoafetiva também passa a ser resignificada, dando impressão de uma aparente e pacífica ‘aceitação social’. Algo que ocultava e diluía a percepção de um objetivo muito maior, que é a incitação ao consumo. Assim, agências de turismo, hotéis, boates, restaurantes e outros setores vão se especializar para atender esse ‘público *gay*’. Consideram tal público como um potencial consumidor principalmente, pelo fato de não possuir gastos familiares¹⁷, sendo aptos e ávidos para consumir.

Por muito tempo a definição do que é ser ‘homem’ estava atrelada à sua condição sexual e a atributos que o classificava e o determinava como tal. Essas características traziam em si uma série de prescrições, como: capacidade produtiva e reprodutiva, falar grosso, não chorar, não ser frágil e, principalmente, não ser ‘*gay*’, distanciando-o do universo feminino e promovendo o domínio sobre tudo e todos; logo, o verbo dominar torna-se palavra de ordem no universo. Hoje, num contexto de crítica, crise e transformações, a vivência masculina passou a incorporar atributos até então representados como feminino, sem comprometer a sua masculinidade. Desse modo, chorar, mostrar-se ‘sensível’, ir ao salão de beleza, dentre outros, passaram também a fazer parte do universo masculino.

¹⁷ Essa idéia de ‘improdutividade’ do casal homoafetivo é reestruturada pelo fato da crescente procura de tais casais pela adoção ou reprodução assistida, principalmente pelas mulheres, para obtenção de sua família, mesmo que a lei brasileira não tenha regularizado ainda tal questão.

Em vista disso, o conceito de *habitus*¹⁸ proposto por Peirre Bourdieu torna-se imprescindível na reflexão sobre a socialização masculina. Segundo este autor, o homem é um ser social, competindo para tal a adoção de múltiplas aquisições que aparentemente são tidas como ‘normais’, inatas. Sua reflexão permite compreender a lógica dessas práticas tanto na sua esfera individual, quanto coletiva, como mecanismos aptos à reprodução social.

Para Bourdieu (1999), essa dominação comporta uma dimensão simbólica, na qual o dominador (homem) deve conseguir obter do dominado (a mulher) uma forma de adesão que não se baseia em uma decisão consciente. Trata-se de uma submissão imediata e pré-reflexiva dos corpos socializados, mais ainda, através desses corpos socializados e das práticas e rituais acionadas realiza-se um movimento no qual o passado se torna presente no imaginário coletivo, propagando e afirmando atitudes reacionárias, preconceituosas e tradicionais, no que se refere à conduta sexual e afetiva dos sujeitos socialmente diferenciados.

A partir da reflexão de Bourdieu, Vale de Almeida argumenta que:

É comum dizer-se que os homens (ou muitos homens) são vítimas da sua dominação. Bourdieu diz que isso é verdade, só que são dominados pela sua dominação, o que faz uma grande diferença. O *habitus* masculino constrói-se e cumpre-se em relação com o espaço reservado onde se jogam, entre homens, os jogos da competição, estabelecendo uma dissimetria entre homem e mulher nas trocas simbólicas, uma dissimetria de sujeito e objecto, de agente e instrumento (e da o exemplo do mercado matrimonial como realização paradigmática das relações de produção e reprodução do capital simbólico) (VALE DE ALMEIDA, 1995:27).

Investindo na definição da categoria, Robert Connel (1995) define a masculinidade como sendo uma posição nas relações de gênero, isto é, as práticas pelas quais os homens e as mulheres ocupam esse lugar no gênero e seus efeitos nas experiências físicas, pessoais e culturais. Para Badinter, ser homem

¹⁸ Sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo, sem supor a visada consciente de fins e o controle ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser em nada o produto da obediência a regras, e sendo tudo isso coletivamente orquestrada sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1997:76).

define-se principalmente a partir de condicionantes hegemônicos que indicam o padrão de masculinidade a partir de uma perspectiva fortemente contrastiva (e relacional) que revela tudo aquilo que ele (o homem) não dever ser:

Ser homem significa **não ser** feminino, **não ser** homossexual; **não ser** dócil, dependente ou submisso; **não ser** afeminado na aparência física ou nos gestos; **não ter** relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; **não ser** impotente com as mulheres (BADINTER, 1993:117) (grifos da autora).

Essa definição é incisiva e pragmática, não promovendo um entendimento mais amplo que concorra para a desnaturalização de uma representação universal de homem e de masculinidade. Em certa medida, neste argumento a autora não enfatiza outras vivências sexuais que permeiam o universo masculino, nem a dinâmica das interações e das diferenças de classe, etnia, raça/cor, nacionalidade, dentre outras que concorrem para forjá-las. Mesmo que de forma não consciente, estabelece uma junção entre homem-masculino, reforçando atributos que não necessariamente podem estar projetados em seu corpo, mas sim fora dele, encontrados em outros corpos, em outros sujeitos. A construção de uma dada masculinidade organiza-se sempre em relação a algo distinto, seja a figura de uma mulher, de um *gay*, da criança, do machão e outros. Segundo Kimmel, “*a masculinidade hegemônica é invisível àqueles que tentam obtê-las como um ideal de gênero, ela é especialmente visível precisamente àqueles que são mais afetados pela sua violência*” (KIMMEL,1997: 116).

Diante de um conjunto de atributos tidos como masculinos que precisa ser adquirido, o sujeito não está numa posição passiva na construção de dada realidade; este ‘negocia’ os códigos que lhes são impostos diariamente. Assim como as mulheres, os homens sofreram e ainda sofrem também determinado tipo de ‘opressão sexual’. Neste sentido, a forte coesão está presente não apenas nos homens que compartilham de uma masculinidade estigmatizada, mas também daqueles ‘enquadrados’ pela norma sexual e moral, em experimentam uma vivência povoada por sofrimentos e angústias. Em muitos desses sentimentos produzidos está a expectativa diante ao desempenho sexual e da conquista do

sexo oposto, mas também outras particularidades como: o tamanho do pênis, o desempenho sexual, a ejaculação precoce, a virgindade masculina, dentre outros.

Esses aspectos concorrem para a legitimação de um ideal de homem, marcadamente coercitivo, garantindo assim a produção e a reprodução na sociedade de um modelo heterossexual de ser. Neste contexto, constata-se uma forma sutil de ‘opressão’ de gênero do homem pelo próprio homem, em que aqueles que não apresentam os atributos masculinos socialmente esperados estão sujeitos a estigmas, estereótipos e preconceitos morais e sexuais, fundados num padrão hegemônico masculino.

De forma simplificada e generalizante, assumia-se, *a priori*, uma ‘identidade’¹⁹ masculina, na qual todos os ‘homens’ se sentiriam privilegiados por desempenhar funções que os colocam hierarquicamente numa posição ‘superior’ às mulheres. Nesta perspectiva, aqueles que não desempenham os atributos impostos por uma gramática masculina hegemônica estão sujeitos a estigmas, estereótipos e preconceitos sociais e morais. Tal aspecto suscitou problematizar a forma como alguns homens se percebem diante da realidade social, bem como o modo de os sujeitos se relacionarem consigo mesmo, com outros homens e com as mulheres, enfim, com a sociedade em geral.

Esses aspectos concorrem para construção de uma *nova* subjetividade, redefinindo o ser macho, masculino ou homem, onde repensar essas terminologias é particularmente importante. Em vista disto, as questões de gênero, os atributos tidos como masculinos e as práticas e representações sobre sexualidade estariam modificando-se sensivelmente, expressando mudanças que são tanto resultado de um processo de reestruturação da sociedade e de novas relações sociais de existência, quanto mudanças no espaço-tempo (por exemplo, na reorganização urbana, no surgimento de novas epidemias, nas vicissitudes do

¹⁹ A palavra identidade está aspada por entendê-la como sendo uma perspectiva polimorfa e mutável, em que o sujeito se configura e ao mesmo tempo reconfigura seu modo de ‘pertencer’ ao mundo e no mundo. “A discussão sobre as esferas subjetivas e identitárias caracteriza-se como um questionamento de ponta. É um tema privilegiado que muito tem contribuído, por um lado, para a formatação e consolidação de uma polêmica crucial à reflexão contemporânea, e, por outro, para a tentativa de caracterizar e diferenciar contextos sociais distintos, nos termos de uma ‘nova’ oposição analítica, de certa forma, encarada na dicotomia modernidade x pós-modernidade” (GOUVEIA, 2003:91).

mundo do trabalho), questões essas problematizadas exaustivamente por Giddens (1991)²⁰.

A masculinidade é algo que precisa ser construída e conquistada, mas é preciso salientar que essas conquistas são variantes e particulares a cada cultura, mesmo que esteja presente nesses procedimentos a busca pelo poder, cuja obtenção está quase sempre atrelada a sacrifícios que podem produzir um grande sofrimento, dor e humilhação. Em geral, estes procedimentos encontram-se, espetacularmente, manifestados através da virilidade, afirmando atributos como o uso da força física, da reprodução, do trabalho braçal e, até mesmo, da violência.

No âmbito da discussão deste trabalho, considero que as Forças Armadas, em especial o Exército, exaltam esses mecanismos principalmente em função de seu caráter disciplinar de controle de corpos, e de certa forma de mentes. A partir do Alistamento Militar, o Exército impõe um rito de passagem para todos os jovens quando atingem a idade de 18 anos, independentemente de classe social, crença, cor/raça; todos são convocados a deixar de ser ‘jovens’ para se tornar homens. Embora o sujeito não seja incorporado à vida militar, submetido a um período de recrutamento, sua apresentação formal torna-se obrigatória, submetendo-o a este rito de passagem, uma tarefa desafiadora e necessária. Enfim, um ambiente produtor de uma cultura institucional que contribui para a ‘fabricação de homens de verdade’, junto à família, à escola, ao Estado, dentre outras instituições centrais à construção social dos sujeitos.

O debate sobre a masculinidade contribui, tanto no plano acadêmico quanto na esfera político-social, para problematizar possibilidades de uma vivência afetivo-sexual particular para homens, mulheres e todos os ‘outros’, capazes de realizar plenamente suas orientações e opções existenciais, sexuais e afetivas. São raros os trabalhos que se propõem fazer uma reflexão a partir de uma perspectiva de gênero em ambiente militar, talvez isso seja o indicativo de como esse espaço ainda está arraigado por princípios conservadores e tradicionais.

²⁰ Anthony Giddens. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

No decorrer de todo o trabalho, as reflexões de gênero e de masculinidade foram de grande valia na identificação de aspectos e situações que potencializavam o modo de ser e se portar do ‘jovem-militar’, em suas experiências específicas em contextos internos e externos à experiência militar: no mundo do trabalho, da família, dos valores, dos sentimentos e das normas. Um conjunto de referências pertinentes no manejo do trabalho de campo, proporcionando um olhar atento às vivências masculinas ali compartilhadas, visando a interpretação dos códigos e sua forma de atuar no mundo. A partir dessas referências conduziu-se uma reflexão sobre formas de socialização de homens em um determinado ambiente militar, Tiro-de-Guerra, suas dinâmicas e estruturas que se manifestavam no plano pessoal e social.

Refletir sobre a vivência militar é defrontar-se com uma socialização de homens (embora a presença das mulheres seja cada vez mais representativa) num mundo das normas, hierarquias e disciplina, em que homens são socializados para a reprodução/manutenção de condutas hegemônicas e naturalizadas. Enfim, é uma dessas instituições militares ‘formadoras’ de homens, o TG, que se apresenta a seguir, contando uma história que se conta sobre ela.

2.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: Instituição, Campo e Sujeitos

Inicialmente, é importante frisar que este trabalho não se propõe criticar e construir um estudo histórico a respeito da origem, institucionalização e formação do Serviço Militar Brasileiro e, mais particularmente, do Tiro-de-Guerra no Brasil. Porém, considera-se pertinente contextualizar brevemente esse processo, partindo de documentos de referência veiculados e promovidos pelo próprio universo militar e pelas literaturas afins. O intuito é localizar essa instituição dentro do contexto maior do Exército e do Serviço Militar Obrigatório e, conseqüentemente, da sociedade brasileira. Ainda que se corra o risco de estar legitimando uma história contada pela própria instituição a respeito de si mesma,

ressalta a relevância de tratar-se de uma história que se conta e que se ‘oficializa’ interna e externamente.

A tentativa de evidenciar esse critério revela a preocupação de suscitar críticas ao texto apresentado, dando margem a questionamentos e à problematização em torno de alguns de seus pressupostos. Talvez isso ‘monitore’ o risco potencial e possibilite aproximar do ideal que é de se fazer ‘conhecer’ um pouco o campo institucional do Tiro-de-Guerra.

2.4 SERVIÇO MILITAR: Um ritual de, e, para homens

A formulação e a aplicação da Lei do Serviço Militar estão atreladas à própria história do Brasil. Seu surgimento é longínquo, desde a época que tínhamos como sistema administrativo as Capitânicas Hereditárias. Naquela época, o objetivo principal era a defesa do território contra os supostos inimigos estrangeiros e os índios ‘rebeldes’.

Em 9 de setembro de 1542, na Câmara de São Vicente, foi promulgado um ‘Termo’, organizando uma milícia formada por colonos e índios, reconhecida como sendo a primeira organização ‘militar’ brasileira. Mais tarde, em 1548, os proprietários de engenho e colonos receberam prerrogativas legais para possuírem armas para defesa, fato que só foi possível com a promulgação do regimento denominado de “Regulamento do El Rei”.

A promulgação do Termo junto ao referido Regulamento evidenciava o estabelecimento de uma organização militar, que segundo se conta tinha o objetivo de congregar os habitantes para defesa da terra. Em 1574, junto a este Regimento, segue-se a instituição da ‘Provisão das Ordenanças’. Um instrumento que teria assinalado o início da regulamentação sobre a prestação do Serviço Militar, no qual todos os cidadãos (homens), entre 14 e 60 anos, deveriam servir nas Companhias de Ordenanças.

No século XVII, devido ao interesse da coroa metropolitana em expulsar os ‘inimigos estrangeiros’ e manter a unidade do Brasil-colônia, pela primeira vez tinha-se notícia oficial de um movimento integrando brancos, negros e índios, cuja união forjaria o nascimento do Exército Brasileiro.

Em sua fase inicial o recrutamento militar era uma variável importante no estabelecimento de relações entre o Exército e a estrutura de classe da sociedade (CARVALHO, 1978). Segundo o autor, os exércitos latino-americanos foram os que mais reproduziram o modelo europeu, estruturado numa clara divisão de classe²¹. Neste sentido, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e os praças entre as classes baixas. Essa nítida desigualdade de classe e uma visível manutenção de um *status quo* vão percorrer uma boa história dessa instituição até aproximadamente a década de 1930, quando ocorre a ‘abertura’ do Exército à sociedade.

Em 1874 foi aprovada uma lei do recrutamento militar na tentativa de amenizar a desigualdade que se apresentava o Exército através de seu recrutamento militar, estabelecendo o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não-preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento. Por inúmeros motivos essa lei não ‘pegou’, resultando num grande fracasso. Diante disso, Carvalho argumenta que:

Certas disposições na lei fizeram, no entanto, que ela relutasse em completo fracasso. De um lado, permitia aos que não quisessem servir pagar certa quantia de dinheiro ou apresentar substitutos, e introduzir isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio etc. De outro lado, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo subdelegado (CARVALHO, 1978:190).

Desse modo, o serviço continuou sendo prestado por uma parte marginalizada socialmente, ou seja, os que não tinham recursos financeiros ou políticos, entre os quais estavam os nordestinos afugentados pela seca, os ‘desocupados’ dos grandes centros, que viam nesse tipo de serviço um emprego, os criminosos mandados pela polícia e os inaptos para o trabalho (Ibid. 1978).

²¹ Entre as inúmeras causas apontadas pelo autor na preservação de um modelo de estrutura do exército português, está o fenômeno do caudilhismo, ausente no Brasil.

Até em 1916, o Exército vivenciava uma dualidade. Por um lado, apresentava um recrutamento que marginalizava a si próprio, por outro lado, impedia que o mesmo se modernizasse devido às más condições em que se encontrava. Ainda assim, o sorteio universal apresentava-se como sendo a grande saída para amenizar as diferenças, e por isso torna-se presença notória na transição do Brasil Império à República.

A primeira tentativa de aproximação do Serviço Militar com a classe média dá-se em meados de 1826, com a criação da Confederação Brasileira do Tiro, que não apresentou sucesso, sendo reativada anos mais tarde pelo Marechal Hermes, em 1906. Com o apoio do Ministro da Guerra Afonso Pena, o marechal revitalizou o Exército e conseguiu, em 1908, passar a lei do sorteio, além de tornar obrigatório a instrução militar em unidades de ensino (colégios secundários). Essa lei não teve muito mais sorte que a anterior; foram necessários uma longa campanha e o advento da 1ª Guerra Mundial, para ela ter sido posto em prática.

A campanha pelo Serviço Militar foi encabeçada por um grupo de jovens oficiais, conhecidos como ‘jovens turcos’²², que tinha tido uma longa experiência no exército alemão. Em 1913 foi fundada uma revista denominada de “A Defesa Nacional” para propagar as idéias vinculadas ao grupo. De acordo com Carvalho, “no governo de Wenceslau Braz (1914-1918), o Ministro da Guerra José Caetano de Faria, simpático à campanha de renovação dos jovens turcos, chama um deles para oficial de gabinete e a luta pelo sorteio se intensifica, agora grandemente auxiliada pela eclosão da guerra” (CARVALHO, 1978: 193).

Em 1915, os jovens turcos recebem o apoio de Olavo Bilac²³, que além de ser filho de militar também era um poeta de renome na época. Neste contexto

²² O grupo recebeu essa denominação irônica por ser reformador militar de Mustafá Kemal.

²³ Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac foi uma das principais figuras da poesia parnasiana no Brasil, a ponto de ter sido cognominado Príncipe dos Poetas Brasileiros. A partir de sua obra ‘adulta’, dedicou-se a escrever para crianças, obras de cunho fortemente moral e patriótico – como o livro *Contos Pátrios* (escrito em parceria com Coelho Neto). Várias gerações de criança aprenderam na escola a dizer de cor sua poesia. A Pátria que se inicia com os versos: “*Ama com fé e orgulho a terra onde nasceste/ Criança não verás país nenhum como esse*” – o que parece exemplar a preocupação de ‘inculcar’ cedo nas crianças noções de civismo.

Bilac, tido como uma pessoa patriota, preocupada com questões de civismo, inicia uma campanha em prol da implementação do Serviço Militar Obrigatório no País. Segundo relatos oficiais, ‘tomado por esse ideal’ ele teria percorrido, de 1915 a 1916, todo o Brasil, propagando tal pensamento e angariando adeptos à causa²⁴. Sua campanha destinou-se a um público seletivo, os filhos das elites civis, por isso percorreu as faculdades de direito e medicina do centro e sul do País. Segundo Bilac, o sorteio seria capaz de formar um exército democrático, livre e civil, de defesa e coesão, feito com participação popular e se transformando na própria essência de nacionalidade. Além disso, sustentava ainda a idéia de que os quartéis eram autênticas escolas de civismo. Ao ser perguntado sobre o Serviço Militar Obrigatório, ele diz:

É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do Patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. **É a caserna, como filtro admirável, onde os homens se depuram e se apuram** (NOTÍCIAS DO EMFA, 1998:2 - grifos meus).

As Forças Armadas exaltam a pregação de Olavo Bilac como peça fundamental na implantação desse ideal. Por isso mesmo, outorgaram ao poeta o título de Patrono do Serviço Militar, sendo sua data de aniversário, 16 de dezembro, consagrada como o Dia do Reservista.

Em 1916 foi criada a Liga de Defesa Nacional, com o apoio de integrantes das elites civis, e foi realizado o primeiro sorteio, com base na lei de 1908, por Caetano de Farias na presença do presidente Wenceslau Brás, entre os brasileiros com 21 anos de idade, dando início ao Serviço Militar Obrigatório por um período de um ano (SENA, 2000). “*A partir daí iniciou-se o processo de mudança que, no entanto, só foi acelerado ao final da década de 30, em parte novamente sob o incentivo da proximidade de outra guerra mundial*” (CARVALHO, 1980: 123). Dois anos mais tarde (1918), tem-se a exigência da carteira de reservista para os candidatos a cargos públicos, e ocorre a

²⁴ É época em que se contavam, então, com o contingente de 55.000 atiradores distribuídos em 572 *Sociedades*.

reorganização da Confederação do Tiro-de-Guerra, sobre o controle do Exército²⁵, visando absorver os sujeitos alistados e não-incorporados (CARVALHO, 1978). Nesse momento, ocorre a extinção da Guarda Nacional; com essa medida pensou-se pretensamente ter resolvido o fim da dualidade do Serviço Militar, ou seja, um destinado às elites e o outro, às camadas baixas.

Em 1918, concomitantemente ao fim da 1ª Grande Guerra, o Serviço Militar torna-se obrigatório apenas para os homens, como até hoje se mantém, sem nunca ter sido estendido às mulheres, como em outras sociedades. Este fato reforça a imagem de uma época marcada pela desigualdade entre os sexos e pela ‘invisibilidade’ das mulheres na construção da vida pública social. Uma situação que reforça a dicotomia entre o público e o privado, alicerçada na díade: para os homens a rua, os negócios e a vida pública, entretanto para as mulheres a casa e os afazeres domésticos. Paradoxalmente, hoje quando vários setores da vida pública, incluindo as Forças Armadas, encontram-se cada vez mais pressionados a discutir suas premissas institucionais, o Serviço Militar continua sendo obrigatório apenas para o sexo masculino, mantendo-se como um lugar intocável, ‘sagrado’.

Em 1933, um decreto²⁶ exigia pela primeira vez o certificado de reservistas aos sujeitos que se candidatavam a cargo públicos. Ele foi incorporado à Constituição de 1934, por incentivo de Góis Monteiro. O que chama a atenção é que faziam parte do seu pedido, na subcomissão que elaborou a constituição, a extensão do Serviço Militar também para as mulheres e o certificado de reservista para o exercício do voto (CARVALHO, 1980). Segundo Carvalho (1978), a lei do sorteio e, provavelmente, seus desdobramentos até os dias atuais proporcionaram ao Exército o monopólio do serviço das armas e, conseqüentemente, aumentaram seu poderio político, algo que se mostrou bastante evidente, principalmente, a partir da instauração da Ditadura Militar.

²⁵ Vale ressaltar que antes desse período o alistamento militar estava sobre a responsabilidade das juntas locais coordenadas pelos presidentes das câmaras municipais, o que dava margem a se fazer dele um jogo político diante das lutas locais. Nesse contexto, em 1919 A Defesa Nacional chama para si o controle desse processo perante o Exército, algo que vai se dar posteriormente.

²⁶ Decreto nº 22. 885 de 1933.

A partir da institucionalização das leis, os sujeitos do sexo masculino devem se apresentar obrigatoriamente para o alistamento militar, feito dentro dos primeiros seis meses do ano em que o brasileiro completar 18 anos de idade. No caso daqueles que se candidatam como voluntários para a prestação do SM, poderá ser feita a partir da data em que ele completar 16 anos. Quanto aos brasileiros naturalizados ou por opção, deverá realizar-se dentro do prazo de 30 dias, a contar da data em que receberem o certificado de naturalização ou da assinatura do termo de opção.

Os órgãos responsáveis por tais procedimentos correspondem às Organizações Militares da Ativa ou aos Órgãos de Formação de Reserva (Tiros-de-Guerra). E é sobre essa instituição que se apresenta a seguir.

2.5 TIROS-DE-GUERRA: O que dele se conta

Os Tiros-de-Guerra, como são socialmente conhecidos e propagados, têm origem no desdobramento de uma organização militar específica denominada Tiro Nacional, que tinha como finalidade a implementação da prática do tiro ao alvo com armas portáteis do Exército, atividade essa subordinada a um Comando Militar. Caracterizava-se como um curso destinado aos militares e também aos civis que obtivessem licença de uma autoridade militar competente.

O Tiro Nacional foi criado no governo do então Presidente Campos Sales, pelo Decreto Presidencial nº 3.224, de 10 de março de 1899, mas a implementação dos Tiros-de-Guerra (TGs) só ocorreu alguns anos mais tarde, em 1902, tendo como seu principal criador e idealizador o Coronel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes²⁷ (1870-1931).

²⁷ Em 7 setembro 1902, no 80º aniversário da Proclamação da Independência, no Rio Grande do Sul, ele funda a Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro, que inspirou o Marechal Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, a criar por Lei de 5 setembro de 1906 a Confederação de Tiro Brasileira.

Segundo sua biografia, Antônio C. Lopes²⁸ era um homem obstinado no culto do civismo e, por isto, tratou de propagar sua idéia de construção de uma escola de civismo (TG), buscando estabelecer redes de contatos para a consolidação do seu ideário. Uma das principais parcerias estabelecidas ocorreu com as prefeituras municipais, que se tornaram responsáveis pela implementação dos TGs em suas cidades. Para isso passaram a receber diretrizes e normas para a efetivação dessa instituição militar, bem como os modelos de uniforme, legislação, instruções e exemplares do jornal ‘O Tiro’²⁹, direcionado às atividades sociais. “*Esses regulamentos e instruções referiam-se a assuntos relacionados com a arte da guerra, principalmente no que tange a evoluções de Infantaria, manobras, ginásticas, esgrima etc.*” (NOTÍCIAS DO EMFA,1998:2).

A idéia que permeava seus propósitos era a de criar uma organização militar bem-sucedida, que poderia se transformar no ‘gérmen’ da Reserva do Exército, assim como acontecia com o Tiro Nacional (TN). Seu pensamento era fortemente influenciado por procedimentos e modelos militares importados da Europa, especificamente da Suíça, onde a mobilização da Reserva de defesa militar se processava de forma rápida e ‘eficaz’. Uma outra influência importante era o ideário norte-americano acerca da prática da instrução militar em estabelecimentos de ensino superior e em sociedades civis de Tiro ao Alvo.

A rápida propagação dos ensinamentos básicos para instalação e funcionamento das sociedades de Tiro ao Alvo pelo Brasil contou com a propagação da obra de autoria do próprio Antônio Lopes, ‘O Tiro Brasileiro’, que foi aprovada e adotada pelo Estado-Maior do Exército. Tal obra, um verdadeiro manual de instrução, contava com mais de 200 gravuras, instruindo como construir um *stand* de tiro, o manejo e a nomenclatura das armas e como funcionar um Tiro-de-Guerra. Seu livro foi aprovado por ordem do Ministro da

²⁸ De volta ao Brasil, estimulado por tais experiências, Antônio C. Lopes cria em 7 de setembro de 1902, no Rio Grande do Sul, a *Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro*, que mais tarde seria denominada *Tiro-de-Guerra Brasileiro*. Em 1906, pelo Decreto nº 1.503 de 5 de setembro, é criada a *Confederação de Tiro Brasileiro*, congregando todas as Sociedades do Tiro, já disseminadas pelo território brasileiro, mas com sede no Rio Grande do Sul.

²⁹ Anos mais tarde, esse jornal se transformaria em seu órgão oficial, cuja publicação foi autorizada pela Imprensa Nacional.

Guerra Marechal Hermes da Fonseca (1906-1909, tido como o modernizador do Exército) e adotado por todos os Tiros-de-Guerra.

Durante a gestão do Marechal Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra, a sede da Confederação de Tiro foi transferida para o Rio de Janeiro, então capital do País, ocorrendo a mudança de seu presidente, cargo que passa a ser exercido por Elysio de Araújo, que defendia maior democratização da confederação para sociedade civil.

De acordo com a publicação Notícias do EMFA:

A mocidade brasileira, sem distinção de classe e de posição social, alistava-se nas linhas de tiro. Em 1910, a Confederação contava com 116 (cento e dezesseis) sociedades filiadas em todo o território brasileiro, representando um total de 20.252 (vinte mil duzentos e cinquenta e dois) atiradores (NOTÍCIAS DO EMFA, 1998:2).

Em 1917, a Confederação do Tiro Brasileiro foi absorvida pela Diretoria Geral de Tiros-de-Guerra, que passou por diversas alterações de nome, tornando-se precursora da atual Diretoria do Serviço Militar (DSM).

Embora a participação do Brasil tivesse sido relativamente pequena,³⁰ considerando a dimensão do conflito, após a 1ª Grande Guerra (1914-1918) as autoridades brasileiras sentiram necessidade de reformular o Exército, adequando-o aos desafios de um mundo que julgavam cada vez mais conflituoso. Assim, procuraram organizar a formação de uma reserva apta a ser prontamente mobilizada.

A obrigatoriedade do Serviço Militar trouxe nova visibilidade às *Sociedades*³¹ militares que haviam passado por uma espécie de abandono. Um ‘serviço’ que passa a ser para os jovens uma certeza de trabalho na cidade, ainda que por pouco tempo, e a possibilidade – ainda que para poucos – de fazer carreira militar.

³⁰ Resumindo-se ao envio de uma missão médica à França e a operações de patrulhamento da Marinha no Atlântico.

³¹ Será usada essa denominação as organizações militares instituídas, terminologia própria do universo militar.

Tais prerrogativas estimulavam a migração de jovens, que se deslocavam para outras localidades com esse propósito, fato que acabou gerando um grave problema social, pois os jovens não retornavam mais às suas cidades de origem, após prestar o Serviço Militar, seduzidos pela vida urbana e pelos salários maiores que recebiam.

Nessa época o Brasil era um país eminentemente agrário, o que explica a enorme preocupação dessas *Sociedades* e suas tentativas de evitar o êxodo rural. Uma preocupação pertinente incorporada às resoluções dos próprios Tiros-de-Guerra, que passaram a estimular um processo de interiorização. Conseqüentemente, até hoje os jovens do meio rural são dispensados de prestar o Serviço Militar, revelando menos a arbitrariedade de uma tradição, mas sim a permanência de dimensões estruturantes do problema: a evasão masculina do mundo rural.

Em 1926, com a criação do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), dá-se um claro esvaziamento dos TGs, ocorrendo modificações na sua estrutura, aspecto que talvez esteja ligado às reformulações políticas da época. Em 1934, ano político emblemático,³² dá-se a extinção da Diretoria Geral dos Tiros-de-Guerra e é criada a Diretoria do Serviço Militar da Reserva, que mais tarde seria denominada Diretoria de Recrutamento.

A 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945) exigia homens mais preparados e profissionalmente mais capacitados para a guerra, qualificação esta que os TGs não tinham estrutura para oferecer.³³ Aqui é pertinente destacar que mesmo não tendo condições de atender às demandas da guerra, os TGs continuam se perpetuando e não oferecendo uma instrução suficiente para formar esse corpo de ‘homens capacitados’.

Em 1945 o Ministro da Guerra baixa uma portaria que extinguiu os Tiros-de-Guerra sediados em localidades onde existiam Organizações Militares

³² Nesse ano foi promulgada uma nova Constituição Brasileira; Getúlio Vargas é eleito Presidente da República pela Constituinte, culminando um processo político que se iniciara em 1930 com a revolução contra a posse do paulista Júlio Prestes à Presidência da República.

³³ Mesmo assim, há relatos de participação de atiradores no serviço de patrulhamento do litoral brasileiro.

(OM), pois muitos deles funcionavam dentro delas, duplicando o trabalho que era prestado. Em 1946 é promulgada uma nova Constituição Federal, marcando o fim do Estado Novo, e nela são mantidos o Serviço Militar Obrigatório e, conseqüentemente, o funcionamento dos Tiros-de-Guerra. Indiscutivelmente, seu papel cresceria de importância a partir de 1964, com o início do período militar. Iniciou-se uma época em que o ‘patriotismo’ e o ‘amor’ à Pátria vão ser exacerbados e se tornarão pretextos para perseguições políticas, exílios e censuras à livre expressão.³⁴

Segundo a Lei nº de 17 de agosto de 1964³⁵, o Regulamento da Lei do Serviço Militar, em seus artigos 190 e 193, prevê a criação e o funcionamento dos Órgãos de Formação da Reserva³⁶, com seus regulamentos próprios, elaborados pelas respectivas Forças Armadas, obedecendo às normas gerais fixadas na LSM. Desse modo, esses órgãos poderiam funcionar em regime contínuo de instrução, cujos trabalhos não deviam durar mais de 12 meses, incluindo, se fosse o caso, o Estágio de Instrução. Permitia-se, também, funcionar em regime descontínuo de instrução, de modo a atender, tanto quanto possível, aos demais interesses dos convocados, conciliando seus horários de estudos e de seus trabalhos.

A criação e a localização dos Órgãos de Formação de Reserva obedecem, em princípio, à disponibilidade de convocados habilitados às diferentes necessidades de oficiais, graduados e soldados ou marinheiros e às disponibilidades de meios de cada Força Armada, bem como, se for o caso, de

³⁴ Simplificando a questão, o governo percebe que as escolas poderiam servir para desenvolver pensamentos críticos e contestatórios através do estudo de História e Geografia. Então, o ensino dessas disciplinas é extinto nos currículos do Ensino Médio (2º grau) e Superior (3º grau), sendo substituídas pela disciplina denominada Organização Social e Política do Brasil. Tornam-se obrigatórias também as aulas de Educação Moral e Cívica (EMC) para os estudantes em todos os níveis de ensino, do Primário à Pós-Graduação – para o nível superior, denominada Estudo de Problemas Brasileiros. Esse ‘adestramento’ era completado pelo trabalho de outras *sociedades*, como Grupo de Escoteiros, Tiros-de-Guerra e a própria Forças Armadas.

³⁵ Sendo reificada depois pela Lei nº 4.754 de 18 de agosto de 1965.

³⁶ Denominação genérica dada aos órgãos de formação de oficiais, graduados, soldados e marinheiros para a reserva. Os Órgãos de Formação de Reserva, em alguns casos, poderão ser também Organizações Militares da Ativa, desde que tenham as características dessas Organizações Militares e existência permanente. Existem Órgãos de Formação de Reserva das Forças Armadas que não são constituídos de militares, mas apenas são orientados, instruídos ou fiscalizados por elementos das citadas Forças.

entidades civis. Esses Órgãos de Formação³⁷, específicos de formação de praças, destinam-se também a atender à instrução e possibilitar a prestação do Serviço Militar dos convocados não-incorporados em Organizações Militares da Ativa das Forças Armadas³⁸.

O artigo 194 da LSM destina-se exclusivamente aos Tiros-de-Guerra e discorre acerca das disposições para sua implementação e seu funcionamento legal, satisfazendo às exigências dos planos militares e, sempre que possível, às conveniências dos municípios. Essas normas determinam a maneira como devem ser as instalações propriamente físicas (a sede, material, móveis, utensílios e polígono de tiro) sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. Além disso, detalham os meios necessários para a efetivação das instruções (instrutores, armamento, munição, fardamento e outros materiais julgados necessários) sob a responsabilidade dos Ministérios Militares interessados.

A execução do Serviço Militar, no Exército, fica a cargo das Regiões Militares (RM), tendo a Junta de Serviço Militar (JSM) como órgão auxiliador desse processo. Nos municípios, elas são presididas pelos prefeitos municipais, tendo como secretário um funcionário municipal, podendo ser designados outros funcionários municipais como seus auxiliares. Segundo a Lei do Serviço Militar, todo o pessoal da Junta deverá ter reconhecida sua idoneidade moral e profissional, sendo desconhecida a forma como esses dois critérios pessoais são avaliados para preenchimento desse cargo.³⁹

³⁷ São subunidades destinadas à formação de soldados e, ou, marinheiros/ graduados, Tiros-de-Guerra, destinados à formação de soldados ou marinheiros e cabos, além de outros.

³⁸ Segundo o artigo 17 inciso 2º da LSM, entende-se por Organização Militar da Ativa os Corpos de Tropa, Repartições, Estabelecimentos, Navios, Bases Navais ou Aéreas e qualquer outra unidade tática ou administrativa que faça parte do todo orgânico do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.

³⁹ As Seções do Serviço Militar Regional (SSMR) e as de Tiro-de-Guerra (STG) são órgãos regionais de planejamento, execução e coordenação do Serviço Militar, dependendo tecnicamente da Diretoria do Serviço Militar. Nos municípios que possuem Tiros-de-Guerra, geralmente seu diretor é também o presidente da JSM, que terá como secretário o instrutor mais antigo do TG. A responsabilidade pela instalação e manutenção adequadas das JSM (sede, pessoal e material), quer presididas pelo prefeito, quer pelo Diretor do Tiro-de-Guerra, é responsabilidade do Município Administrativo.

O Tiro-de-Guerra veicula como objetivo principal a formação de reservistas de 2ª categoria⁴⁰ aptos ao desempenho de tarefas no contexto da Defesa Territorial e Defesa Civil. Em sua operacionalidade, o TG busca conciliar a prestação do serviço militar obrigatório com as atividades civis dos jovens convocados. Faz parte de sua agenda institucional participar de ações comunitárias, como projetos com crianças e adolescentes, consideradas em situações de risco social; campanhas de vacinação e de prevenção de enfermidades; recuperação e conservação de escolas públicas, entre outras. Se não funcionar por um período de dois anos consecutivos, por problemas de qualquer natureza, os Tiros-de-Guerra são automaticamente extintos, por ato do Ministro Militar competente.

Enfim, retomando a questão anterior sobre a manutenção dos TGs, embora eles não instrumentalizem ‘homens capacitados’ para atender a um conflito maior, para além de um lugar de socialização masculina, eles concorrem para um intenso processo de adestramento de seus membros, de apreensão de uma gramática masculina, de ‘modos’ de homens, legitimando assim ações e práticas ligadas ao modelo sexual hegemônico. Esse é o espaço que se apresenta a seguir.

2.6 TIRO-DE-GUERRA 04-027: Tenente Kümme⁴¹

O Tiro-de-Guerra de Viçosa - 04-027 foi criado pela Portaria Ministerial nº 9.619 de 5 de setembro de 1946. Atualmente, matriculam-se cerca de 100 atiradores por ano, e desse número apenas 12% são promovidos à graduação de

⁴⁰ Entende-se como reservista de 2ª categoria aquele jovem que tenha recebido, no mínimo, a instrução militar suficiente para o exercício de função geral básica de caráter militar.

⁴¹ O Tenente Kümme era gaúcho e veio para Viçosa cursar o ensino superior no curso de Agronomia. Aqui assumiu o comando do Tiro-de-Guerra local. Essa informação é de fonte pessoal, uma vez que não há registros sobre sua biografia e de sua trajetória militar no TG, algo que me pareceu inquietante devido à tão propagada ‘importância’ desde para o desenvolvimento militar local.

Cabos Reservistas ao final do período⁴². Até a presente data, o TG de Viçosa conta com um montante de 6.000 reservistas formados.

Em 29 de setembro de 1995, o TG 04-027 passa a se chamar Tiro-de-Guerra Sargento Kümmel, em homenagem ao então Sargento Kümmel, antigo Instrutor da Escola Militar que funcionou nesta cidade no período de 1932 a 1946. Este, segundo documentos do TG, muito engrandeceu o nome do Exército Brasileiro junto à comunidade local.⁴³

No seu quadro organizacional, o TG conta com um chefe de instrução, cuja patente é 1^o Sargento de Artilharia, e também com um auxiliar, o 2^o Sargento da Engenharia. Além dos dois sargentos, os Tiros-de-Guerra possui um diretor central, que é sempre o prefeito municipal, e seu contrato é atualizado de quatro em quatro anos.

Durante a prestação do Serviço Militar, o atirador recebe instruções que visam a formação do combatente básico para atuar na Defesa Territorial Interna. Além de treinamento corporal, fazem parte de suas atividades palestras ilustrativas com intuito de abordar assuntos como saúde, doenças sexualmente transmissíveis DST/Aids, primeiros socorros⁴⁴, tóxicos, prevenção e combate a incêndios, defesa civil, entre outras.

A Norma Geral de Ação é o regimento que estabelece as atividades rotineiras do TG e seus serviços de escalas de trabalhos. Esta objetiva enquadrar o TG, com suas peculiaridades, à perfeita execução do Regulamento dos Serviços Internos Gerais, orientando os atiradores quanto ao desempenho das atividades naquele espaço. Tal documento tem caráter normativo, e por isso deve ser de conhecimento de todos.

⁴² Para se tornarem Cabos Reservistas todos os atiradores são convocados a fazer uma prova teórica não-obrigatória, que selecionará os 20 atiradores que formarão um pelotão dos chamados CFC (Curso de Formação de Cabos). O pelotão é composto de 20 CFCs, mas apenas 15 deles terão a possibilidade de se tornar cabos e assumirão o comando de um pelotão, auxiliando os sargentos. As provas realizadas pelos atiradores CFCs contam com uma parte teórica e outra prática, estando inserida aqui também a atividade física.

⁴³ Um desses aspectos salientados diz respeito à sua participação nas aulas de Educação Física, preparando os estudantes da Universidade Federal de Viçosa/UFV para representações internacionais em competições desportivas.

⁴⁴Tais palestras são ministradas, em sua maioria, por profissionais de saúde convidados pelos sargentos.

Numa relação mais próxima com a sociedade, os atiradores desenvolvem atividades ‘assistencialistas’ como: visitas às escolas públicas do município para a realização de momentos cívicos (hasteamento de bandeiras e canto do Hino Nacional); campanhas sociais de doação de sangue; campanha do agasalho, de remédios, de brinquedos, de livros e de alimentos, em conjunto com diversas entidades assistenciais e instituição de serviço voltada para as comunidades ‘carentes’; campanha de vacinação contra paralisia infantil e contra gripe para idosos; campanha em prol do meio ambiente, com o apoio do Departamento de Engenharia Florestal/UFV; campanha de combate à dengue, prevenção e combate às drogas e adesão a projetos de reciclagem; além de apoio nos casos de calamidade pública.

Segundo documentos avulsos do TG, um dos maiores objetivos dessa instituição é tornar o sujeito “*um munícipe esclarecido e comprometido com a sua comunidade, além de fortalecer os atributos fundamentais ao futuro cidadão e pai de família*”. Esse é um dos indícios de uma figura masculina hegemônica, cuja legitimação se dá com a constituição da família. De posse desse modelo, a instituição tenta moldar seus atiradores, como o que tudo indica ter ocorrido com seus sargentos⁴⁵.

As instruções acontecem de terça a sexta-feira, a partir de 7h45min da manhã, e tem uma duração de duas horas por dia, e geralmente também ocorrem nos fins de semana. Além dessa atividade, os atiradores são submetidos diariamente a uma escalação de vigília do quartel, que abrange os três turnos (manhã, tarde e noite) e compreende uma vigilância integral, estando eles devidamente armados. Essas escalas são flexíveis, de modo que os atiradores têm a liberdade de trocar de horários com os colegas.

O Tiro-de-Guerra de Viçosa possui um programa na rádio AM da cidade⁴⁶, uma vez por semana: ‘A Voz do Atirador’, no qual relata à comunidade suas atividades cívicas cotidianas e salda as datas comemorativas do calendário

⁴⁵ Os dois sargentos são casados. Cada um tem um casal de filhos. Para o modelo institucional militar, eles estão dentro do modelo-padrão, um exemplo a seguir.

⁴⁶ Segundo pesquisas especulativas, ela é uma das estações de rádio mais ouvida da cidade.

militar e as pessoais. Os apresentadores (locutores) são normalmente escolhidos pelo 1º Sargento e a elaboração da programação fica a cargo dos atiradores.

É comum nos encontros de confraternização do TG a presença dos pais do atiradores, estabelecendo uma parceria que é bastante valorizada para a manutenção da instituição, aspecto corriqueiramente salientado pelo 1º Sargento. Este entrosamento faz com que as duas instituições, TG e famílias, assumam, num determinado momento, o mesmo estatuto de relevância na condução de uma ‘boa’ educação para a sua prole. Aqui, a idéia de filhos está atrelada ao ideal de Pátria como mãe de todos.

Em se tratando das cerimônias e dos encontros de confraternização, os espaços são bem demarcados, confirmando a forma hierárquica de os atiradores se situarem naquele espaço. Mesmo em momentos aparentemente de descontração, não há, naquele lugar, mobilidade de disposições, ainda que seja fora da rotina de instrução.

O Tiro-de-Guerra está permeado por duas dimensões complementares. A primeira, ligada extremamente ao universo militar, com suas normas e hierarquias; a segunda, comprometida com o mundo social, o mundo das relações, o mundo civil, as interações externas. Afinal, o TG não se encontra fechado em si mesmo, trata-se de uma instituição ‘da’ e ‘em relação à’ sociedade. Atualmente Minas Gerais conta com um total de 32 Tiros-de-Guerra em funcionamento.

Para além de um espaço reconhecidamente como sendo da ordem, da moral e do respeito, é também um ambiente constituidor de referências e de redes de socialização masculina, instruindo homens em seus modos particulares de se inserir e estar no mundo. Por isso mesmo, torna-se imprescindível apresentar os atiradores como uma parte singular do campo institucional do Tiro-de-Guerra.

2.7 ATIRADORES: Apresentai-vos!

Os atiradores que participaram do TG na turma de 2004 foram os sujeitos investigados nesta pesquisa, correspondendo a um total de 100 jovens, que em sua maioria já tinha completado 19 anos de idade, com raras exceções. a maior parte era de jovens que concluíram ou estavam concluindo o ensino médio, momento este que se caracteriza como um marco culturalmente definido ao ‘chamado’ à responsabilidade e às grandes decisões, tanto na esfera pessoal quanto profissional, numa evidente aquisição da maioridade.

Percebe-se que essa conquista é vivenciada pelos jovens de vários modos, sendo também referendada pelos grupos aos quais pertencem, mais particularmente às suas famílias. O chamado ao trabalho assume um eixo central em suas tomadas de decisão, o que na maioria das vezes concorre para a sobrevivência pessoal e do seu grupo doméstico, onde o trabalho sobrepõe o estudo em prioridade, traduzindo a necessidade do grupo de reproduzir-se e estruturar-se como tal. A ênfase no estudo, na busca de uma profissionalização mais qualificada através do ensino superior, muitas vezes do secundário, é até mesmo inatingível.

Levando em consideração as características socioeconômicas do grupo investigado no contexto específico da cidade de Viçosa, seu poder aquisitivo de compra e consumo, bem como a trajetória familiar: o não-acesso ao ensino superior, a origem e a descontinuidade escolar, os códigos lingüísticos sustentados e as estratégias de ascensão social, dentre outros, permite-nos posicioná-los como sendo jovens oriundos de segmentos menos abastados socialmente. Esses jovens são filhos de funcionários públicos, geralmente servidores(as) da UFV (motorista, vigilante, auxiliar de escritório ou servente), outros cozinheiros(as), faxineiras, diaristas, auxiliar de escritório, professor(a) de ensino fundamental e médio, profissionais liberais e aposentados(as).

Apesar de este trabalho não ter privilegiado a problematização de classe, ela emergiu na situação etnográfica e tornou-se analítica e empiricamente

relevante no processo de construção e análise dos dados, mas pouco explorada⁴⁷. Sem ater a um debate teórico sobre classe social, evidencia-se apenas tal aspecto como uma das vertentes importantes para compreender esse universo. Há uma vasta literatura e intensos debates e reflexões de autores que se propõem problematizar tal questão, que pesquisam e refletem sobre as vicissitudes e possibilidades de classificação e autoclassificação de segmentos que se encontram na base da pirâmide social, desde os estudos clássicos (Karl Marx - Marxismo), com a definição de classe operária e exército de reserva, até os autores contemporâneos com suas definições de classe trabalhadora, classes populares e outras.

Ao se referir a tal temática, Luiz Fernando Duarte argumenta que:

Sob tal categoria jaz toda uma literatura e intenso debate, não sendo absolutamente unívoca a relação entre rótulo e um determinado recorte morfológico específico. Na verdade move-se aí em torno uma grande dança de nomes, qualidades e fronteiras que não é fácil de ser explicitada (DUARTE, 1986:6).

Em seu trabalho intitulado “Da Vida Nervosa” (1986), o autor reflete sobre alguns conceitos de classe, em que um dos seus objetivos é justificar a sua própria opção ao adotar a terminologia classes trabalhadoras. Seu argumento apóia-se na forma de como os sujeitos se auto-representam. A partir desse argumento é que classifico meu universo de pesquisa, não como classes trabalhadoras como sugere Duarte em seu trabalho, mas como provenientes de grupos populares, numa denominação nativa ‘pobre’.

De posse desse conceito, aproprio-me da definição da autora Patrícia Gouveia (2003) ao estudar um grupo de mulheres de comunidade (favelas) no Rio de Janeiro, atento a devidas proporções (Rio de Janeiro/Viçosa), em que produz um argumento-síntese sobre o porquê de recorrer ao termo ‘grupos populares’ para definir o conjunto particular de suas informantes.

A autora argumenta que:

⁴⁷ Foram muitos os motivos que me levaram a não explorar essa categoria no meu trabalho, entre eles está o fato da pouca familiaridade com a temática, exigindo uma dedicação e um tempo maior para tal investimento, coisa que no momento não possuía mais, mas ela foi fundamental para entender aquele universo e os significados ali presentes.

Ao utilizar tal denominação não estou negando a relevância de uma 'condição de classe' em seus membros e, tampouco, desconsiderando a força estruturante desta representação no referido contexto cultural. Ao contrário, considero que as marcações de classe continuam referenciando corpos e definindo as posições dos mesmos no mundo social. Simplesmente, tento, por um lado, dar contornos mais definidos a uma 'formação de classe', cuja manifestação implica em uma série de aspectos e arranjos correlacionados, e não numa mecânica transposição de categorias abstratas a condições empíricas. Por outro, procuro chamar atenção e valorizar a importância que uma identidade 'popular' (tanto quanto a de classe) assume no contexto atual; ou melhor, no processo geral de representação e de autodenominação destes setores sociais (GOUVEIA, 2003: 143).

Assumi-se um posicionamento mais crítico-reflexivo diante da realidade, potencializando a vivência dos atores pesquisados, com suas singularidades e especificidades, que os colocam (ou não) dentro de um determinado quadro classificatório, uma vez que os indicadores sociais construídos ultrapassam a simples questão econômica, envolvendo outros aspectos, diretamente ligado ao capital simbólico.

Em Viçosa, essas questões tornam-se mais explícitas e complexas no momento que a Universidade se impõe como um importante marcador e delineador dessas diferenciações, caracterizando um contexto muito particular e situacional. Representá-los como oriundos dos Grupos Populares é enfatizar a pluralidade e a riqueza das correlações objetivas e subjetivas que compreendem e delimitam tal segmento de classe.

A fim de ilustração, foi elaborada uma ficha sinóptica contendo os principais indicadores sociais, numa tentativa de maior caracterização dos informantes deste trabalho. Obviamente, essa ficha não é capaz de 'retratar' fielmente os atores (informantes-chaves), mas explicita alguns indicadores importantes que serão integrados de forma articulada do corpo de análise dos dois capítulos posteriores.

As características socioeconômicas descritas de cada atirador estão apoiadas no modo como tais sujeitos se autoclassificam, com o seu modo de ver e estar inserido no mundo, como segue:

- 1) **Atirador B** - branco, 19 anos, solteiro, possui o ensino médio concluído em escola pública, trabalha formalmente com carteira assinada como balconista numa farmácia, ganhando um salário mínimo. Sua mãe é dona de casa, sua escolaridade corresponde ao ensino médio incompleto, e seu pai é engenheiro. Moram em casa própria, localizada no Bairro de Silvestre (afastado do centro da cidade e tido como popular); seu principal meio de transporte para ir ao TG é a bicicleta. Como diversão gosta de assistir à televisão, locar vídeos, DVDs e freqüentar os bares de Viçosa, porta um telefone móvel. A renda familiar mensal está situada entre cinco e dez salários mínimos.
- 2) **Atirador C** – pardo, 19 anos, solteiro, cursa o ensino médio em escola pública, trabalha informalmente como professor de informática, é de religião evangélica. Sua mãe é vendedora numa loja de artigos importados (R\$ 1,99) e sua escolaridade corresponde ao ensino médio completo, e seu pai é falecido (não havendo maiores comentários sobre ele). Moram em casa própria, localizada no Bairro Santo Antônio (tido de origem popular). Não disponibilizava de meios de transporte para chegar ao TG, pega carona com amigos ou caminha até a sede. Como diversão gosta de freqüentar o culto na igreja e de assistir à televisão; embora seja professor de informática, não possui computador. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.
- 3) **Atirador D** – moreno, 18 anos, solteiro, possui o ensino médio concluído em escola pública. Sua mãe é dona de casa e sua escolaridade corresponde ao ensino médio completo, e seu pai é motorista, possuindo o ensino fundamental completo. Moram em casa própria, localizada no Bairro Bom Jesus (tido de origem popular). Para chegar ao TG utiliza-se de bicicleta. Como diversão gosta de sair com os amigos para as festas e ver televisão. Sua renda familiar mensal está situada entre cinco e dez salários mínimos.
- 4) **Atirador E** – branco, 19 anos, solteiro, cursa o ensino fundamental em escola pública. Sua mãe é dona de casa e sua escolaridade corresponde ao ensino fundamental completo; seu pai é um pequeno comerciante e sua

escolaridade corresponde ao ensino fundamental completo. Moram em casa própria no Bairro Nova Era (tido de origem popular). Utiliza a bicicleta para chegar ao TG, e como diversão gosta de sair para beber com os amigos nos bares da cidade e de andar de *skate*. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.

- 5) **Atirador F** – branco, 19 anos, solteiro, possui o ensino médio concluído em escola pública. Sua mãe é dona de casa e sua escolaridade corresponde ao ensino fundamental incompleto, e seu pai é motorista aposentado. Moram em casa própria, localizada no Bairro João Braz (tido de origem popular). Para chegar ao TG utiliza a bicicleta. Como diversão gosta de assistir à televisão, de locar filmes e de ir ao clube do qual é associado. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.
- 6) **Atirador K** - branco, 18 anos, solteiro, cursa o ensino médio em uma escola pública, trabalha eventualmente como pintor. Sua mãe é dona de casa e possui o ensino fundamental completo; seu pai é metalúrgico aposentado e também possui o ensino fundamental completo. Seus pais são separados e ele mora com o pai em uma casa própria, localizada no Bairro Santo Antônio (tido de origem popular). Utiliza-se da bicicleta para chegar ao TG, e sua diversão é sair com os amigos pelos bares da cidade e outras cidades vizinhas. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.
- 7) **Atirador L** - branco, 18 anos, solteiro, cursa o ensino médio em uma escola pública. Sua mãe possui o ensino superior incompleto, é professora do ensino fundamental (1^a a 4^a) da rede pública, e seu pai é formado em Matemática e professor do ensino fundamental e médio de escolas públicas. Moram em casa própria, localizada no Bairro Nossa Senhora de Fátima (tido de origem popular). Utiliza-se da bicicleta para chegar ao TG. Como diversão gosta de assistir à televisão, utilizar o computador, assistir a filmes, locar vídeos e ir ao clube o qual é associado. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.

- 8) Atirador M** - branco, 19 anos, solteiro, cursa o ensino superior (Agronomia) na UFV, trabalha informalmente com a família. Sua mãe possui o ensino médio completo, é dona de casa e pequena produtora rural; seu pai possui o ensino superior incompleto e é também pequeno produtor rural. Moram em casa própria no centro, utiliza o carro da família para ir ao TG, levando com frequência seus colegas de carona. Como diversão gosta de assistir à televisão, sair com os amigos, utilizar o computador (internet), assistir a filmes e locar vídeos, DVDs. Porta telefone móvel. Sua renda familiar mensal é variável e está diretamente ligada à produção agrícola familiar, situada entre dez a quinze salários mínimos.
- 9) Atirador N** – negro, 19 anos, solteiro, cursa o ensino médio em escola pública. Sua mãe possui o ensino fundamental completo, é instrutora escolar de uma escola particular; seu pai possui o ensino fundamental incompleto e trabalha como contínuo num escritório. Residem em casa própria, localizada no Bairro Santo Antônio (tido de origem popular). Utiliza-se da bicicleta para chegar ao TG. Como diversão gosta de assistir à televisão e sair com os amigos. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.
- 10) Atirador P** - pardo, 19 anos, solteiro, possui o ensino médio concluído em escola pública. Tem quatro irmãos, sua mãe possui o ensino fundamental incompleto e trabalha como diarista; seu pai possui o ensino fundamental incompleto e é ferroviário aposentado. Residem em casa própria, localizada no Bairro João Braz (tido de origem popular). Utiliza-se da bicicleta para ir ao TG. Como diversão gosta de assistir à televisão e ver filmes e de sair com os amigos. É portador de telefone móvel. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.
- 11) Atirador Q** - pardo, 18 anos, solteiro, cursa o ensino fundamental em escola pública, trabalha eventualmente como vaqueiro. Tem uma irmã. Sua mãe possui o ensino fundamental incompleto e trabalha como auxiliar de embalagem numa fábrica de gêneros alimentícios; não fez referência ao

seu pai sua representação está na pessoa da mãe. Reside em casa de aluguel no Bairro Vale do Sol (tido de origem popular), não possui meios de transportes para ir ao TG. Como diversão gosta de sair com os amigos nos bares da cidade e em cidades vizinhas, de dançar e de beber. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.

12) Atirador R – moreno, 20 anos, solteiro, ensino médio concluído em escola pública, trabalha formalmente (carteira assinada) como pintor lanterneiro. Sua mãe possui o ensino médio completo e é dona de casa; e seu pai possui o ensino fundamental completo e trabalha como motorista. Moram em casa de aluguel, localizada no Bairro João Braz (tido de origem popular). Utiliza a bicicleta para chegar ao TG. Como diversão gosta de sair para festas com os amigos e ir ao clube do qual é associado. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.

13) Atirador X - branco, 18 anos, solteiro, concluiu o ensino médio em escola pública, trabalha esporadicamente. Sua mãe possui o ensino fundamental incompleto e é dona de casa; e seu pai está desempregado (não mencionando sua profissão) e possui o ensino fundamental incompleto. Moram em casa própria no centro da cidade, utiliza-se da bicicleta como meio para ir ao TG. Gosta de praticar esportes, manusear o computador, assistir à filmes e sair para as festas com os amigos. Sua renda familiar mensal está situada entre dois e cinco salários mínimos.

14) Atirador Y – moreno, 18 anos, solteiro, cursa o ensino superior (Gestão de Cooperativas) na UFV. Mora em república, e sua cidade de origem é Carangola. Está em Viçosa para estudar. Sua mãe possui o ensino fundamental completo e é dona de casa; seu pai é engenheiro florestal e trabalha em um órgão público. A família possui casa própria, além de outros bens como: carro, moto, computador e outros. Para se divertir gosta de ir ao cinema e sair com os amigos. Sua renda familiar mensal está entre cinco e dez salários mínimos.

15) Atirador Z – branco, 18 anos, solteiro, cursa o ensino médio em escola pública. Sua mãe possui o ensino médio completo e é dona de casa; seu

pai concluiu o ensino fundamental, e trabalhou como motorista, hoje está aposentado. A família possui casa própria, além de outros bens, como: carro, moto, DVD e outros. Para se divertir gosta de ir ao clube do qual é associado, de assistir à tv e a filmes, além de sair com os amigos. A renda familiar mensal está situada entre dez e quinze salários mínimos.

Para além dessa ficha sinóptica, segue o quadro classificatório (Anexo IV), com intuito de melhor visualizar as informações descritas. O próximo capítulo traz a imersão no campo, os conflitos e as superações que caracterizam todo o processo desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

3. DE PAISANO A MILITAR: UM RITUAL DE CONVERSÃO

A entrada em campo de uma pesquisa é um processo delicado, que exige cuidado especial, pois dela vai depender boa parte de seu sucesso. O campo é muito mais que um espaço geográfico, pois se trata de um campo de possibilidades composto de um conjunto de práticas discursivas, e produz uma retórica disciplinar, a partir de habilidades interativas e comunicativas promovidas pelo pesquisador(a) (Glifford, apud em GOUVEIA, 2003). Assim como muitos, a minha inserção no ambiente militar exigiu um cuidado redobrado, realizando um diálogo entre dois universos distintos. De um lado, o Tiro-de-Guerra, uma instituição tradicional e militar, até então desconhecida do meu universo⁴⁸. De outro, a Universidade, uma instituição civil e ‘liberal’, promotora de um tipo de saber hegemônico, do qual eu era mais familiar⁴⁹.

Realizar o campo significa se confrontar com uma relação de ‘amor’ e ‘ódio’, revelando uma grande ambivalência sentimental, um ambíguo *anthropological blues* (DAMATTA, 1986). Em relação ao ‘ódio’, uma das principais razões para o seu afloramento diz respeito às mudanças pelas quais o

⁴⁸ Neste momento, tive que realizar uma preparação pessoal para ‘entrar em campo’. Retirei o brinco que usava, os colares e pulseiras que fazem parte do meu cotidiano, além de cortar o cabelo de uma forma mais ‘apresentável’ e de escolher as roupas que condiziam com aquele ambiente institucional.

⁴⁹ Sendo um ‘estrangeiro’ naquele universo, acionei como estratégia um antigo contato: um Capitão da Polícia Militar da cidade (Viçosa), com quem havia trabalhado num convênio entre a Universidade/NIEG e o 21º Batalhão da Polícia de Ubá. Por essa via, fui apresentado ao 1º Sargento, responsável pelo TG. Aparentemente receptivo à proposta de pesquisa, exigiu apenas uma carta de apresentação para formalização das relações que ali começavam a se construir. Feito o que me foi solicitado, esperei alguns dias por uma liberação por uma autoridade superior ao 1º Sargento, cuja patente desconheço, e assim pude ir a campo, liberado para acompanhar as atividades integrais do TG.

pesquisador é submetido ao entrar em contato com o campo. Em certa medida, essa situação leva a assumir um estatuto de ‘não-pessoa’, na tentativa de exorcizar as diferenças e as impossibilidades no encontro de razões subjetivas que separam pesquisador e ‘objeto’, delimitando as fronteiras e demarcando seus espaços. As mudanças não se restringem apenas a aspectos materiais, em face da natureza da pesquisa, mas à elaboração de questões objetivas e subjetivas que permeiam todo o processo reflexivo.

Ainda são raros os trabalhos que problematizam o ambiente militar numa perspectiva de gênero. Este fato é revelador por explicitar a idéia de ‘intocável’, de ‘consagração masculina’, e se aproxima da idéia de instituição total, modeladora de sujeitos, desejos e pensamentos. Problematizar a vivência de homens e ainda, indiretamente, a de mulheres nesse universo faz emergir uma série de interditos, normas e hierarquias que regulamentam o modo de ser e agir dos sujeitos, principalmente quando se pretende refletir sobre problemas ligados à prática e às representações sobre sexo, prazer, afeto, dentre outros, evidenciados na forma menos ou mais demarcada na minha própria vivência em campo. Aqui, se ‘comportar’, se ‘locomover’ em espaços nitidamente delimitados e se apropriar de uma gramática militar foram decisivos para ser aceito e se ‘enquadrar’ naquele campo institucional.

Em particular, incorporar-se a uma rotina militar totalmente diferente da vivência acadêmica, pedir autorização para as ações, além do pseudocontrole fora e dentro do TG, não foram tarefas fáceis de se cumprir. Contudo, tornaram-se fundamentais e, de certa forma, decisivas no desenvolvimento da pesquisa, sem minimizar as dificuldades inerentes. Um elemento complicador compete ao agendamento dos horários com os reservistas/atiradores para realização das entrevistas, principalmente porque que se pretendia fazer algumas delas dentro e outras fora do TG. As dificuldades giraram em torno tanto da rotina militar do quartel, quanto da pouca disponibilidade da maioria dos sujeitos, uma vez que ao sair do TG desenvolviam outras atividades.

Agendar horários, locomover e se postar ali dentro a cada dia tornava-se cada vez mais difícil, por certo por gerar um certo ‘desconforto’ naquele espaço

tão hierarquizado, onde minha presença ali indicava uma quebra nessa ordem, fugindo, de algum modo, à ‘disciplina’ e ao ‘controle’ daquele espaço, principalmente do que pensava e escrevia. Um fato inusitado mudaria o rumo dessa relação: certo dia ocorreu o ‘esquecimento’ de meu diário de campo na sede do TG e, conseqüentemente, fui enquadrado numa ordem mais rígida do que até então enfrentava. De imediato, houve uma breve interrupção da pesquisa, pois à noite o Sargento telefonou-me avisando da inviabilidade de dar continuidade aos trabalhos, argumentando que os Tiros-de-Guerra estavam passando por reformulações internas e um dos principais motivos era a questão da segurança de modo geral. Este acontecimento tornou-se crucial dentro e fora do campo, levando-me a enfrentar uma série de indagações sobre as perspectivas e condições de empreender tal trabalho.

Após algumas negociações, e de posse desse diário, fui ‘liberado’ a continuar com a pesquisa, porém todos os procedimentos de investigação tiveram que ser agendados com antecedência e estar de acordo com a exigência da instância superior. Tais imprevistos recolocou-me em uma nova situação dentro daquele ambiente. Apesar de ser submetido, literalmente, a uma hierarquia e ao controle, ainda sim não teria me livrado da ‘paranóica suspeita’ que incide sobre qualquer desconhecido/*outsider*.

Esse incidente representou meu ‘batizado’ de campo, submetendo-me a uma ordem latente que precisava tornar-se visível e respeitada. Conforme muitos autores têm argumentado, a hierarquia nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, seus ‘pares’ e os ‘outros’, traduz-se também na forma de ocupação do espaço e da própria disposição das pessoas nos mesmos, que tende a se intensificar quando se tem o ambiente militar com foco de investigação.

Se por um lado estar submetido a um ‘controle’ do espaço, das normas e de uma hierarquia conduziu-me a uma ‘normatização’ e delimitação do espaço, por outro contribuiu para a maior aproximação com os atiradores, amenizando a minha situação de estrangeiro naquele lugar; de certa forma passei a ser considerado como ‘um deles’. Era comum ouvir enunciados do tipo: “*Chega aí*

Alex, você já é um dos nossos... falta pôr só a farda”⁵⁰, “Você vai tirar guarda conosco também?”⁵¹, “Pedi autorização ao sargento também?”, “Você também tá fazendo TG né? Todo dia está aqui com nós”.

Esses comportamentos pareciam ambíguos, tanto assumiam um caráter de ‘investigação’, por causa da minha presença naquele espaço, como também manifestavam uma forma de aproximação entre nós, que renderia longas conversas indiretas, dentro e fora do TG. Uma informalidade que garantiu maior fidedignidade nos momentos das entrevistas e nas demais situações que compartilhamos juntos. Assim, o referido ‘ódio’ pertinente à relação pesquisador X campo X ‘objeto’ foi se dissolvendo e cedendo lugar a uma relação mais próxima, de companheirismo e simpatia, uma relação afetivamente positiva, de entender aquele ambiente e o lugar dos sujeitos naquela rede social.

A relação de amor iniciada entre pesquisador e campo é o momento em que se tem a possibilidade de traduzir e tecer uma rede de significados na construção e interpretação de uma dada ‘realidade’, como se fôssemos portavozes de um lugar, de pessoas e de seu processo naturalizado pelo convívio social, com seus comportamentos, artefatos, particularidades e crenças. Algo fortemente referido numa dimensão fictícia, comunicativa e interativa, pertinente ao processo de construção e de realização do trabalho etnográfico (CLIFFORD, 1998). Um processo que possibilita ao pesquisador, através de sua escrita (projeto, dissertação, tese etc.), a elucidação ficcional de ‘um outro’, um não-igual que efetivamente muda de *status*: de objeto estranhado passa a ser sujeito próximo (GOUVEIA, 2003).

Sem dúvida é no campo que a pesquisa se corporifica e vai tomando formas. Na maioria das vezes os objetivos mudam, intensificam-se, são reelaborados diante da riqueza da realidade empírica. O campo ‘falava’ coisas que não compreendia, porque meu olhar e a minha escuta estavam centrados num

⁵⁰ Atirador X, branco, 19 anos. Optei por não fazer o batismo antropológico, devido ao fato de a corporação contar com um total de 100 atiradores e receando que alguns nomes fictícios pudessem coincidir com os dos atiradores e gerasse possíveis confusões e constrangimentos equivocados. Assim, recorri às letras alfabéticas como mecanismo de identificação.

⁵¹ Atirador Y, moreno, 18 anos, universitário.

só ponto. Ao fazer um exercício de reflexão sobre isso, visualizei um leque de aspectos a serem pesquisados para além da questão da masculinidade via sexualidade e os discursos sobre ela. Desde então, começou-se a vislumbrar um caminho mais sinuoso na tentativa de compreender a construção/socialização do jovem militar como um todo, como um processo de socialização masculina.

Entende-se que o exercício de reflexão é algo constante, onde os sentidos e as representações são dinamicamente revitalizados pelo momento histórico, político e socioeconômico e pelos próprios sujeitos em suas situações e interações. Por isso, repensar o lugar de algumas instituições num mundo cada vez mais complexo concorre para se pensar a própria vivência do sujeito como modelador e construtor de relações e de possibilidades de vida. Mais ainda, possibilita refletir sobre o desconhecido, sobre o 'outro', que em parte nos revela aquilo que somos ou aquilo que deixamos de ser. Enfim, no debate que se segue procura-se elucidar a dinâmica e intensidade deste exercício reflexivo.

3.1 A CAMINHO DA CASERNA: Uma vivência compartilhada

A caserna apresenta-se como o reduto exclusivo da vivência militar, um espaço fortemente demarcado por traços físicos e institucionais que o torna distinto da vida civil. Aspectos mais ou menos típicos de instituições totais, em que arames, muros altos, grades e portões de ferro competem para acentuar uma demarcação entre esses dois universos. Além de um reduto de recrutas, a caserna traz em si um ideário de confinamento, perigo, vigília, enclausuramento, tensão, não só de corpos, mas também de condutas e desejos. Uma demarcação que ultrapassa os limites geográficos, atingindo a própria vivência do sujeito, seu corpo e suas disposições na escala social.

Sem dúvida, a caserna é um espaço de homens. Embora a emergência das mulheres seja algo significativo neste universo, ainda assim seus pressupostos vigoram numa perspectiva masculina. Nele, força, resistência,

sacrifício, superação, competitividade, dentre outros, são tidos como referências diretamente remetidas a uma prática masculina. Por isso mesmo, por ser eminentemente um universo de socialização de homens, é que título meu trabalho como sendo: **CASERNA- lugar de ‘homens’**; uma metáfora explicativa do ambiente do TG.

Adentrar na caserna significa disposição para submeter-se às normas e às hierarquias que fazem parte da rotina deste universo militar, algo que não pode ser ignorado por quem se propõe a pesquisá-lo. Assim, é partindo de uma vivência compartilhada rumo à caserna do Tiro-de-Guerra que busco socializar a dinâmica particular desse processo.

Nas caminhadas diárias rumo ao TG, encontro com meus ‘companheiros’ atiradores que compartilham comigo desta rotina ‘árdua’. São 5 horas da manhã e o céu ainda está escuro. É inverno e o clima está frio, e a neblina cerra nossos olhos. Vamos andando e conversando; eles devidamente agasalhados com seus ‘mosquetões’⁵², eu, cheio de blusas de lã e cachecol.

Eram manhãs frias, com os termômetros marcando em média 8° C. Nossos passos, ora rápidos ora lentos, eram acompanhados de conversas. Eles contavam as aventuras da noite anterior, as festas, as ‘bagunças’, enfatizando no discurso muita fartura de álcool (cerveja), mulher e gargalhadas; elementos constitutivos daquele ambiente de jovens que descobrem e ‘ultrapassam’ seus limites, como demonstração pública de ter conquistado a sua ‘maioridade’.

Recorriam às descrições precisas e muitas vezes exacerbadas dos acontecimentos e das conquistas noturnas, suscitando-me algumas diante da ‘veracidade’ dos episódios ocorridos. Revelavam a conquista de um mundo até então desconhecido, ‘marginalizado’, pois parecia que transitar por esses ambientes afirmaria certo ar de liberdade e de ousadia; um modo de ser homem, destemido e desbravador. Sabe-se que pouco importa a ‘verdade’ sobre os fatos ocorridos, pois o mais significativo e revelador são as representações que

⁵² Na gramática militar, mosquetão corresponde ao nome de uma arma de guerra (um pequeno fuzil). Na denominação nativa, ele também é utilizado para as jaquetas de frio usadas pelos atiradores.

anunciam essas ‘verdades’. Afinal, como diz a metáfora: “*a mentira é uma mentira, pois tem sempre algo a revelar*”⁵³.

Nesses relatos freqüentes e incansavelmente viris, o momento de relativa ‘fraqueza’ se evidenciava quando se reportavam ao ato de acordar cedo, após uma longa noite de ‘aventuras’ e ‘glórias’. O sol era talvez a prova mais dura e temida a ser enfrentada, pois com ele vinham a instrução, as marchas, a doutrina do Serviço Militar e, o que é pior, tanto esforço sem ganhar nenhum tostão por ele, conforme colocaram. Gradualmente, a jornada ia sendo aliviada pelo encontro com seus companheiros, que enfrentavam também a rotina e as aventuras.

Ao chegar no quartel do TG, os portões já se encontravam abertos, indicando o início de mais um dia de atividades militares. Aos poucos os atiradores, ainda sonolentos, iam surgindo, rompendo a cerração e formando pequenos grupos, dentro e fora da sede. Alguns sentados, outros em pé, ou junto aos bancos localizados na frente do prédio. Todos devidamente fardados, barbas feitas, coturnos brilhando e cabelos cortados.

A grande maioria chega a pé, outros de bicicleta, poucos de motocicleta e carro. Assim, todos se cumprimentam, seja com o olhar, com um ‘palavrão’, ou com um aperto de mão, e ficam de conversa, esperando o tocar da sirene para ‘entrar em forma’. Sem dúvida um momento de troca de informações, ‘zoações’, de relatos dos feitos diários. Enfim, uma sociabilidade de ‘homens cordiais’, em princípio. Logo depois, os atiradores vão formar as filas dos seus respectivos pelotões, por ordem decrescente, em posição de sentido. Neste momento são feitas a chamada e a computação dos faltosos pelos monitores de seus respectivos pelotões, que posteriormente repassam o comando aos sargentos. Depois de ‘bater’ continência, o monitor dá um passo em forma de marcha e assume seu posto. Ao mesmo tempo, ocorre também a inspeção da farda como um todo.

Observando atentamente essas condutas entre os jovens, percebe-se que ali estava para além de uma cordialidade, uma explicitação clara de se tratar de

⁵³ Essa metáfora foi proferida pela professora Patrícia Gouveia em uma de suas aulas na disciplina de metodologia de pesquisa, da qual cursei.

uma disputa, seja através dos seus feitos de ‘homens’ ou pelo fato de estabelecer a camaradagem; requisito importante nesse ambiente, com direito a homenagem especial ao término do Serviço Militar. Entretanto, esse também é o momento das disposições hierárquicas, cada um assumindo seu lugar naquele espaço e seus papéis preestabelecidos: monitores, atiradores e sargentos. Tal critério organizativo promove uma hierarquia das relações sociais que pode ser traduzida também na forma de ocupação e circulação do espaço e na própria disposição das pessoas.

Antes do tocar da sirene, os soldados que ficaram de vigília durante a noite anterior (cabo da guarda) passam o comando para o sargento, num ritual conhecido como ‘passar a guarda’. Em forma de posição de sentido, o monitor, o maior responsável (comandante da guarda), ‘bate’ continência ao sargento, identifica-se com seu código numérico e faz o relato da vigília. Em seguida, o sargento faz algumas perguntas sobre possíveis alterações da rotina. Não havendo nada além do esperado, o sargento dispensa os atiradores, que guardam suas armas na sala destinada para esse fim (REST ADMT), e ele assume o comando. Tudo que ocorrer de ‘errado’ no período de vigília é de responsabilidade do monitor que estiver no comando. Este, portanto, deve zelar pela segurança e integridade do TG, pela conduta de seus colegas de guarda, além de resguardar o aspecto físico da sede. Caso isso não aconteça, são aplicadas punições, que variam desde a perda de pontos, suspensão, até a expulsão do atirador do Batalhão.

Ao mesmo tempo em que há uma evocação do trabalho coletivo, uma vez que a guarda é realizada por um número de seis atiradores, há a individualização das punições, recaindo sobre seu comandante tal responsabilidade. Essa prerrogativa conduz a uma maior exigência e controle por parte do comandante da guarda junto a seus companheiros, fato que concorre para a emergência de atritos e dissabores que comprometem a tão propagada, e sempre lembrada pelos atiradores, amizade na caserna. Faz parte da disciplina local conciliar esses atritos, e é uma maneira de exercer a autoridade, calcada numa hierarquia de comando e obediência

Esses conflitos não podem e não devem exceder a ‘camaradagem’ cultivada na caserna, uma vez que ela faz parte de umas das virtudes que os atiradores devem cultivar. Sabe-se que no espaço militar não há lugar para ‘desordem’ e ‘discordância’; todos têm de obedecer, mesmo que as exigências não atendam às necessidades pessoais. Talvez, isso se traduza como sendo uma das mais significativas características que tal vivência exige. A condição de subserviente a uma ordem compete não só ao fato de obedecer, mas também de pedir autorização para todas as suas ações. Para Goffman (1974), pedir permissão para realização das atividades secundárias, que no mundo externo o sujeito pode realizar sozinho, se traduz como sendo uma das mais eficientes formas de perturbar a sua autonomia de ação, garantindo seu controle.

Após prestar contas ao sargento, os atiradores responsáveis pela guarda se juntam aos demais colegas que já estão no pátio, em seus respectivos pelotões. Com frequência eles realizam a ordem unida, uma espécie de treinamento coletivo de marchas, continências, canto e posturas militares, e cotidianamente assiste-se ao hasteamento da bandeira nacional, com toda as honras militares. Em seguida, vão para a sala de instrução. Neste momento, a entrada dos sujeitos pelas portas laterais da sede, em vez de usar a porta principal, sinaliza uma posição de baixo *status* que é vivida naquele ambiente, pois só depois de graduados em atiradores poderão usar a porta principal da instituição. Finalmente, sentam-se nas cadeiras correspondentes ao seu número.

As instruções são realizadas diariamente, com exceção de segunda-feira e, às vezes, nos fins de semana, com o auxílio de uma apostila que contém todas as instruções militares (armas, treinamentos, hinos e símbolos nacionais), um verdadeiro manual a ser seguido. Percebe-se o caráter ‘tradicional’ e ‘doutrinário’ do conteúdo programático das aulas que são ministradas pelos sargentos: Um só fala e os outros ouvem ‘atentamente’. Em dado momento solicita-se que os atiradores leiam o texto do dia trabalhado, com o intuito maior de manter o controle e a atenção deles, evitando sua desatenção. Não há tentativas de problematizar as questões. Aliás, não se trata de questões, mas de normas, instrução. Esta característica é um aspecto vital das corporações

militares; em geral, elas estão sempre certas, não há o que perguntar, questionar, apenas obedecer.

Nesse momento são passados inúmeros vídeos sobre as atividades das Forças Armadas, mais particularmente do Exército. Uma maneira de inculcar nos jovens uma outra forma de encarar a vida em sociedade a partir do universo militar. A didática aplicada tem ressonância diversa, chamando mais a atenção de alguns poucos do que da maioria. Mas ao passar os vídeos que correspondem às cerimônias do TG, a empolgação é grande. Há certa espetacularização de um até então desconhecido que se faz ali se reconhecer. A turma fica agitada, mostrando-se uns aos outros na filmagem, onde os comentários e sorrisos são diversos.

O tratamento dispensado pelos atiradores à autoridade maior é marcado pelo pronome de tratamento senhor. Neste sentido, o ‘sim, senhor’ e o ‘não, senhor’ simbolizam respeito e submissão. Muitas vezes, se essa deferência não ocorre, a correção é imediata: *“Já falei rapaz que deve falar sim, senhor, sou eu que mando aqui”* (1^o Sargento da instrução). Aqui, mandar impõe acima de tudo um chamativo à submissão/obediência. Essa perspectiva relacional da submissão é um dos condicionantes da vida militar, possibilitando a manutenção de uma ordem institucionalizada vivida naquele ambiente e a legitimação de uma autoridade-mor: os sargentos.

Ao levantar o braço para se pronunciar, os atiradores assim o fazem sempre com o punho fechado, abandonando o hábito civil de levantar a mão para pedir a palavra. Um gesto que aparentemente exprime força e garra, já que definitivamente ali não é o lugar para gestos tidos como delicados e frágeis. Percebe-se constantemente uma explicitação de demarcadores de gênero no modo de se portar naquela situação, quanto às disposições hierárquicas: quem manda e quem obedece.

É comum no Batalhão a prática do Treinamento Físico Militar, duas ou três vezes na semana. Na maioria das vezes os atiradores usam o uniforme próprio para tal atividade. Outras vezes, ficam apenas de coturno e calça camuflada, pertencente ao uniforme. As atividades correspondem a uma série de

alongamentos, comandados ora pelos próprios atiradores, ora pelos sargentos. Ao terminar essas atividades, é comum saírem em fila, correndo pelas ruas da cidade. Nesse momento, a resistência física dos sujeitos é testada tanto pelos sargentos quanto pelos próprios colegas.

A prática desses exercícios evidencia não apenas uma preparação para o bem-estar físico dos atiradores, mas uma prova de superação de seus limites. Embora pareça algo monótono e repetitivo para alguns, outros se divertem com a situação, principalmente quando tal atividade se estende para os espaços públicos da cidade; em fila e cantando eles exibem todo um fervor e contentamento. Um momento que conseguem chamar atenção, tanto pela quantidade de ‘iguais’ num mesmo passo, quanto pelos cantos ecoados em voz alta. *“É bom correr pela cidade, melhor do que pela estrada de Paula Cândido. A gente se diverte pra caramba, as pessoas passam e mexem com nós e a gente também mexe com elas, sem o sargento vê... se não ferra nós!”* (Atirador Z ,branco, 18 anos). Ser visto, paquerar e mostrar-se fazem parte dessa atividade, como se tratasse para além de um treinamento do corpo, uma massagem para o ego masculino; um ego menos marcado pela estética corporal, mas sim pelo lugar social que está ocupando naquele momento e naquela instituição.

A conservação/manutenção do armamento é prática obrigatória nesse espaço, inspecionada pelos sargentos. Os pelotões pegam suas caixas de manutenção, levando-as para o pátio, colocando-as em posições preestabelecidas condizentes com as posições de cada um. Em grupo, os atiradores desmontam as armas (fuzil), lubrificam as peças e montam novamente as armas. Os sargentos protagonizam a cena para pôr em prática o que ensinaram teoricamente aos seus atiradores, tanto a identificação quanto o manuseio das armas.

Esse é também um outro momento de socialização das ‘aventuras’ diárias, das conquistas da noite de cerveja, mulher e sexo, em um fórum mais íntimo (entre seus colegas do pelotão), favorecendo a elaboração de uma ‘identidade’ naquele grupo. As conversas remetem a um universo considerado hegemonicamente masculino. Relatos sobre sexualidade e condutas estigmatizadas não são evidenciados, permanecendo como uma questão em

silêncio, um silenciamento que é muito significativo do ponto de vista da reflexão.

A figura do ‘gay’, ‘viado’, ‘boiola’ só aparece neste contexto de forma pejorativa ou jocosa, com o intuito de denegrir a masculinidade do outro: “*E aí sua bicha, você vai hoje lá no Fundão não?*” (Atirador R, CFC, moreno, 20 anos). O mesmo tom está presente nas ordens dos sargentos: “*Atenção! Cantem direito, parece um monte de bichas. Mais alto*”, ou, “*marchem direito, tá parecendo um monte de bicha*”. Uma representação ancorada numa idéia de fragilidade e passividade.

De volta à sala de instrução, os atiradores ouvem as últimas recomendações do 1º Sargento, que enfatiza freqüentemente a boa conduta dos atiradores dentro e fora do TG, utilizando para isso a coerção, através do argumento da perda de pontos e até o possível desligamento do Batalhão. Programam as próximas atividades e exigem apresentação de ‘voluntários’, desde a doação de sangue semanalmente até as atividades cívicas em escolas públicas.

Cumprindo, rigorosamente, o horário, característico da ordem militar, os atiradores são dispensados, saindo pelas portas laterais. Antes da saída arrumam seus uniformes, trocam o gorro pela boina e seguem seu destino, pois também é dever do atirador zelar pela imagem da instituição dentro e fora dela. Alguns retornam às casas, outros vão para o trabalho e há os que vão para o calçadão da cidade; embora seja proibido que o atirador permaneça fardado pelas ruas da cidade após o término das atividades no TG, eles assim o fazem, desobedecendo à ordem, e ficam a se ‘mostrar’ no calçadão junto a seus ‘amigos’ e ‘amigas’ civis. Esse comportamento possibilita muitas interpretações, entre elas está a questão da conquista do ‘outro’, acionando o fetiche da farda militar como estratégia para isso e também utilizada como signo de distinção social e pertencimento institucional.

Enfim, ao finalizar mais uma manhã de instrução, os atiradores voltam ao mundo civil, alguns pegam carona com os colegas, de carro ou moto, outros

saem em suas bicicletas e, finalmente, há aqueles que vão embora a pé, prontos para no dia seguinte começar tudo mais uma vez.

3.2 A ENTRADA NUMA VIVÊNCIA MILITAR: Uma obrigação de homens

Tanto em uma perspectiva acadêmica, quanto no senso comum, o universo militar continua sendo, socialmente, um espaço hegemonicamente de ‘autoridade’ e de ‘vivência’ masculina. Embora tenha havido significativa ocupação das mulheres em alguns setores das Forças Armadas, ainda assim há redutos cuja supremacia masculina prevalece. Muitos são os imperativos e as representações que sustentam esse *status* do homem militar, ancorados em discursos essencialistas e discriminatórios, remetidos a uma naturalização dos marcadores de gênero.

A entrada do ‘jovem homem’ nesse ambiente institucional ocorre com o alistamento militar obrigatório; a partir de 1^o de janeiro quando ele completar 18 anos de idade, em tempos de paz, e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos. Em tempos de guerra, esse período poderá ser ampliado, de acordo com os interesses da defesa nacional. Este é um dos primeiros chamados à entrada na vida adulta, do cumprimento legal de suas obrigações e seus desafios. É um momento de assumir uma responsabilidade e começar a decidir os rumos e as atitudes que vão nortear toda a sua vivência, pelo menos no plano ideal. Entretanto, as cobranças sociais tornam-se presentes bem antes, principalmente as relativas à conduta afetiva-sexual; de certa forma é a partir da maioridade que elas se intensificam.

Conforme apresentado na discussão sobre a história e memória do TG, nos grandes centros urbanos o Serviço Militar pode ser prestado nos quartéis das próprias Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Em lugares que não possuem a sede dessas Armas, geralmente municípios menores, são os Tiros-de-

Guerra, pertencentes à Arma do Exército, os encarregados dessa missão militar, como é o caso de Viçosa - MG.

Referente ao processo de seleção, ele se inicia, primeiramente, com apresentação do jovem reservista na junta militar local, que os encaminha para a sede do Tiro-de-Guerra, onde passarão pelo processo de seleção. As provas versam sobre questões ligadas à motricidade e à atenção e sobre testes psicotécnicos e exames médicos, em que o profissional de saúde atesta se os jovens estão aptos fisicamente, ou não, para prestar o serviço. Como última etapa são realizadas entrevistas pelos sargentos do TG.

Segundo dados do próprio Tiro-de-Guerra de Viçosa, ele recebe anualmente cerca de 500 jovens para realização do alistamento militar; destes, 100 são convocados para prestar o serviço, em sua maioria são voluntariados. Este fato é justificado pelo interesse de jovens que consideram essa experiência militar como algo importante para a sua formação como cidadão e como homem, argumento que posteriormente vai ser parcialmente desconstruído.

No que diz respeito às entrevistas, há dois pontos relevantes: primeiro, o discurso da instituição, apontando esse momento como o da triagem dos recrutas, ou seja, aqueles que são aptos potenciais para ser atiradores. De acordo com os sargentos, os critérios de seleção apóiam-se primeiramente na disponibilidade de tempo dos jovens, uma vez que é intuito do TG conciliar as atividades militares e as civis. Assumem um discurso legalista e de comprometimento com a pátria. Porém, é interessante notar o silenciamento em torno das questões da sexualidade como sendo um dos critérios de seleção; mas ao perguntar sobre a homofetividade, eles dizem não acionar esse critério, uma vez os próprios candidatos se auto-excluem durante o processo, argumentando não suportar conviver entre os 'homens de verdade'.

O argumento assumido pela instituição de auto-exclusão dos candidatos parte do pressuposto de uma 'identidade' *gay* presa a uma série de estereótipos, que provocaria sua inadequação ao regime militar, além de ser um detentor de uma pulsão sexual descontrolada que colocaria em situação constrangedora os outros colegas. Baseado neste argumento, não seria a instituição que exclui, mas

a própria vivência militar que os impõe limites. Pelo visto, ele contradiz a realidade, sendo freqüentes as notícias na mídia de práticas homo-eróticas, abusos e atentados ao pudor praticado por membros desses segmentos.

O segundo ponto é o discurso apresentado pelos atiradores de que os critérios de seleção não são tão claros assim, que de fato é a instituição (sargentos) que decide quem é apto ou não a fazer o treinamento, acionando outros critérios não-mencionados, como: quem sabe tocar instrumentos (para compor a fanfarra), quem é forte, quem se enquadra dentro da farda, uma vez que elas são reaproveitadas pela turma seguinte, passando também pelo critério da sexualidade. Mesmo os que não são voluntários são obrigados a prestar o serviço, como assim comenta o atirador:

O **TG é gostoso, eu gosto de fazer**, no começo eu não queria fazer, não fui voluntário, achava assim... Não, que vai me atrapalhar muito e tal... Às vezes me atrapalhou mesmo em alguma coisa e tal..., Mas **no começo eu não queria de jeito nenhum, no começo eu estava vindo obrigado para cá**, levantar cedo, minha mãe estava me levantando todo dia, tá na hora! tá na hora! (Atirador B, CFC, branco, 19 anos-grifos meu).

Desse modo, tal processo não leva em consideração exclusivamente a vontade dos jovens e nem tão pouco apenas sua disponibilidade de tempo, mas os interesses do próprio TG, apresentando um contingente de reservistas ‘bons’, ‘sadios’, ‘disciplinados’. A fala destaca para além de um espaço da norma, a elucidação que também se trata de uma experiência prazerosa, um compartilhar de vida e experiências, dúvidas e incertezas e, ou, certezas. Aspecto significativo nessa passagem de condição jovem (‘rebelde’, ‘indeciso’, ‘irresponsável’) à de homem (disciplinado, responsável e senhor de si).

Sendo voluntários ou não, os jovens são submetidos a uma nova rotina diferenciada da que estavam acostumados. Por isso, tendem a separar os espaços transitados por eles em dois mundos distintos: aqui dentro (remetendo o quartel e suas normas, com um estilo próprio, padronizado e disciplinador) e lá fora (um lugar mais liberalizante e menos normativo).

Essa dicotomia vai permear toda a vivência desses jovens na construção de um homem militar, incidindo sobre seu comportamento e suas atitudes. De

forma ideal típica, contribui tanto para formação de um *ethos* quanto de uma *hexis* corporal. O *ethos* representado pela interiorização não-consciente de uma moral a partir de princípios e valores militares que regulam a conduta cotidiana. E a *hexis corporal*, como uma inscrição externa na qual o vínculo institucional extravasa seus limites, expressa-se principalmente no corpo, por exemplo: no corte do cabelo que o faz identificável e na sua própria postura na vida diária (BOURDIEU, 1997).

Nota-se que há uma constante vigília e controle dos atiradores dentro e fora da sede do TG. Muitas vezes esses procedimentos são evidenciados não apenas pelos atiradores e seus dirigentes, mas também por aqueles que um dia já passaram pela caserna e por seus familiares. Por um lado, isso evidencia um elo de pertencimento ao TG, mesmo com o encerramento do Serviço Militar, pois a preservação da ‘honra’ e da integridade do TG transcende esse tempo.

É comum haver queixas sobre as más condutas dos atiradores na comunidade; tais delatores são, em sua maioria, os ex-atiradores, os familiares e as pessoas que se identificam com aquela instituição, de alguma forma. Uma situação que consagra as palavras do sargento: “*uma vez atirador, sempre atirador*”. Em se tratando da questão da honra, ela permeia a maior parte dos argumentos dos atiradores e da própria administração do TG; uma idéia de honra, vinculada aos valores morais, principalmente a responsabilidade, que vai se estender desde a idéia da própria sustentação financeira até a constituição de família, algo normatizante à medida que se torna significativa dessa categoria.

Por outro lado, a vigília nesses mundos dentro e fora do TG, apontada inúmeras vezes nas entrevistas com os atiradores, é proporcionada também pelo aspecto geográfico da cidade e pela relação de pessoalidade estabelecida, influenciando suas redes de sociabilidade como um todo. Conforme já dito, Viçosa é uma cidade do interior, relativamente pequena, onde todos se ‘conhecem’, e esse se ‘conhecer’ impõe controle e restrições. Em qualquer ‘falha’ cometida, os tais ‘conhecidos’ sentem-se à vontade para ligar para o TG, delatando os atiradores. Aqui, os olhares alheios regulam comportamentos e

promovem a configuração de múltiplas identidades; é nesta ‘tensão’ que os jovens aprendem a conviver.

A questão da denúncia é muito interessante ao analisar os relacionamentos e os lugares das pessoas. Nos relatos pode-se constatar que os ‘delatores’ possuíam, ou tinha possuído, algum tipo de vínculo com a instituição, partindo de algum membro da família (mãe, avô, pai, tio) ou de vizinhos. No entanto, não se trata de uma atitude tão inesperada, devido ao grau de proximidade entre famílias e TG. Mas o que é significativo é que a maioria das denúncias partiu de ex-atiradores, uma delas acarretando desligamento do Batalhão. De certo modo, isso legitima a interação entre família, TG e comunidade na regulação moral de seus membros. Para os próprios atiradores ‘desviantes’, esse aspecto está diretamente relacionado à sustentabilidade da ‘honra’ do TG diante da comunidade.

Tudo leva a crer que essa atitude é um reforçador de um determinado vínculo de pertencimento desses sujeitos com o TG, entre muitas razões, por ser o lugar que o delegou uma ‘identidade’ respeitável e promoveu uma visibilidade pública. Uma vez beneficiado por ele, o sujeito tende a fazer com que tal estágio se prolongue e se cristalice; ‘honrar’ o nome da instituição parece ser um deles. Tal sentimento torna-se possível à medida que os procedimentos adotados pela instituição passam a ter aderência no campo de possibilidade de seus atiradores e, assim, sendo ressignificado por eles. Uma escola na qual o que se aprende e como se aprende vão além das regras que lhe são impostas para a vida dentro da caserna.

3.3 TIRO-DE-GUERRA: Escola de Cidadania e Civismo

Essa frase título escrita em uma das paredes do lado de fora da sede do TG foi algo instigante. Em certa medida, a sentença anunciava o sentido daquela instituição, suas intenções, seus interesses e objetivos junto aos jovens reservistas. Assim, uma vez dada a sentença, era preciso buscar compreender o

significado de ‘cidadania’ e também de ‘civismo’ para aquele grupo investigado e, particularmente, identificar quais os procedimentos adotados de apreensão e consolidação dos mesmos. Obviamente, não se trata de teorizar a respeito desses conceitos, mas elucidar as formas como eles são concebidos e legitimados na instituição e por parte daqueles que nela atuam, aspecto que nos possibilita refletir e analisar o contexto estudado em si, as disposições dos sujeitos e os sentidos e as práticas.

Partindo do pressuposto que a cidadania é um processo de construção social e passível de múltiplos significados, no TG esta idéia é concebida como um princípio de emancipação do sujeito a partir, principalmente, da ajuda ao próximo e do cumprimento das *obrigações* civis. Em relação ao primeiro aspecto, a instituição adota atividades com uma regular sistematicidade, podendo ser enquadrada como ‘assistencialistas’: as chamadas atividades de apoio; além do caráter de ‘ajudar’ ao próximo, essas atividades servem também de estratégias para a integração comunitária de modo geral.

Nesse sentido, o TG estabelece parcerias com diversas entidades assistenciais de Viçosa e instituições de serviço, participando de arrecadação em campanhas de agasalhos, de alimentos, de brinquedos, de livros e de sucatas; atuando em campanhas de vacinação tanto infantil quanto de idosos, entre outros. Aos participantes das atividades são conferidas bonificações que podem corresponder à dispensa do serviço, ao abono das faltas cometidas e, conseqüentemente, à redução dos pontos perdidos e às dispensas de fazer a guarda, além do elogio registrado em sua ficha individual, atrativos que motivam os atiradores a se dedicarem a essas atividades.

No TG, o incentivo ao voluntariado está fortemente reforçado pela gratificação; uma troca de ‘favores’ negociada a serviço dos interesses de cada um, tornando-se uma das principais bandeiras da instituição. Para além da questão do voluntariado, essas ações apontam para questões maiores, desempenhando a função de legitimar aquele espaço e sua própria função de existir tanto dentro do quadro das Forças Armadas quanto no âmbito municipal. Afinal, consta no artigo 194, inciso 7º do regulamento da Lei do Serviço Militar

que: “quando, por qualquer motivo, não funcionar durante 02 (dois) anos consecutivos, o Tiro-de-Guerra será extinto, por ato do Ministro Militar competente”.

Talvez essa prerrogativa tende a explicitar o quadro de honra ao TG, pregado na sala de entrada da sede, oferecido pelo Hemominas - MG, devido à ação voluntária de doação de sangue. Vale lembrar que o processo de cortes de gastos e a redução orçamentária vivida tanto pelas Forças Armadas, como pelas administrações públicas municipais, têm exigido cautela. Isso significa priorizar apenas atividades fundamentais e necessárias ao bem-estar público. Portanto, o TG precisa mostrar-se como um desses espaços produtivos, evidenciar sua importância para cada um deles e justificar seus gastos no orçamento público.

Essa necessidade de auto-afirmação para além da referida questão de se mostrar útil revela uma outra tentativa, que é de engrandecer a instituição e, de certa forma, ressignificar um espaço que ainda apresenta resquícios de uma história estigmatizada herdada da Ditadura Militar e dos processos políticos e sociais decorrentes dessa época, que arbitrariamente, fomos submetidos.

A tentativa de construção de uma outra imagem socialmente mais positiva leva a justificar as constantes Paradas Militares (por exemplo, a ordem unida), as instruções e os vídeos comumente apresentados sobre a vida militar; seus ganhos e retornos financeiros e sociais, as formaturas⁵⁴ no decorrer do ano, com e sem a participação da família/comunidade, e as avaliações que periodicamente os TGs são submetidos junto a um superior, geralmente, um Tenente-coronel. Não há dúvidas de que se trata de “*uma história que eles contam a eles próprios sobre eles mesmos*” (GEERTZ, 1978:278), com o intuito de transmitir e garantir novas mensagens e sentidos a essa instituição. Trata-se de uma tentativa de escrever uma outra história, referendada e legitimada pela valorização e pelo reconhecimento público.

O entendimento do civismo tem como marca o culto e o respeito aos Símbolos Nacionais, principalmente à Bandeira Nacional, que diariamente é

⁵⁴ Concentração de todo o Batalhão, ou parte dele, destinado a conferir o efetivo (faltas), inspeção do fardamento e dos aspectos pessoais (cabelo, barba e outros).

hasteada no TG, com todas as honras militares. Aqui, o civismo reproduzido está fortemente associado ao ideal de cidadania eleito pelas instituições militares de modo geral, onde o cultivo do amor à Pátria é venerado e se sobrepõe à própria vida do sujeito, uma questão de ordem moral. Porém, no TG não há uma delimitação clara das fronteiras entre os espaços civil e militar diante da à cidadania e sua vivência, tornando algo indissociável.

Em termos propriamente pedagógicos o ensino do civismo, principalmente no ambiente militar, reporta-se a um contexto histórico no qual o Exército incorpora para si a obrigação de ‘ensinar’ e ‘instruir’ os sujeitos que nele se inserem, partindo de pedagogia militar e do seu modo de conceber o mundo e as relações.

Segundo Juliana Mendes:

Um exemplo da civilização desempenhada nos quartéis vem da França, no período da segunda metade do Século XIX. Foi uma época em que o Exército realizou uma importante obra de alfabetização da população masculina, afinal, muitos jovens vestiam a farda sem nunca ter freqüentado a escola. Esta experiência culminou na construção - em 1816 - das primeiras escolas nos quartéis, sendo que quinze anos mais tarde ou cursos para analfabetos (principalmente soldados) passaram a ser obrigatórios. Neste período, as possibilidades educativas do Exército não se restringiam a alfabetização, ‘a reflexão sobre a educação militar sublinhava a função nacional educativa e involuntária (MENDES, 2004: 39).

A autora argumenta que na França, em 1891, o oficial era visto como um professor nas Artes Militares, na Higiene e na Economia, no qual o Exército desempenhava a função educativa e involuntária aos seus membros (MENDES, 2004:39). Embora o Tiro-de-Guerra não desempenhe função educativa extensiva às esferas da educação formal, ele atua em nível mais específico, de acordo com seus interesses. Geralmente, compete-lhe a instrução militar para a formação de 2ª categoria da reserva e a sua instrumentalização para garantir a continuidade da carreira militar pelos jovens, oferecendo um trabalho de reforço escolar para as provas que fazem parte do processo de seleção, principalmente de EsPECEX e a ESA. Além disso, contribuem nas despesas para a participação das provas, que normalmente são realizadas em município.

Tais atitudes podem ser caracterizadas como algo ‘paternalista’, que acentua ainda mais a proximidade entre o TG e as famílias, possibilitando uma busca por um futuro ‘promissor’ à sua prole, a ao seu rebento. Neste sentido, o caminho promissor é a possibilidade de seguir carreira militar, ainda vista como uma estratégia possível e promissora de ascensão social. É o olhar do atirador sobre esse lugar institucional e sua vivência particular que será abordado a seguir.

3.4 O TG NA MIRA DO ATIRADOR: Um olhar sobre o vivido

No imaginário coletivo dos atiradores, o TG, para além de um lugar institucionalizado referendado pelo Exército, é representado com um espaço legítimo de ‘correção moral’, das ‘más’ condutas e de comportamentos tidos como ‘desviantes’. Uma idéia que também é compartilhada pelos sargentos que o dirigem. Um espaço eleito como norteador de condutas para formação de ‘verdadeiros homens’, de reeducação social baseada em princípios morais como a idéia de ‘honra’, ‘camaradagem’ e ‘civismo’, competindo na construção/reprodução de um modelo de comportamento socialmente aceitável.

Em nível de discurso, o TG torna-se uma extensão da família do atirador, oferecendo-lhe identificação, pertencimento, mas também obrigações, algo visto como um trampolim para uma vida de responsabilidade e decisão de futuro como homem e profissional. Neste universo pesquisado, a família se apresenta como eixo moral, tanto pelos sujeitos quanto pela própria instituição.

Nesse ambiente militar, o valor-família se mostra como um precioso e fundamental instrumento formador de identidades e modelador de condutas, nos quais os princípios referentes a honestidade, honra, vergonha e moral vão ser gestados e salientados diariamente, permitindo a construção de ‘homens de verdade’, aspecto referendado nas palavras do 1^o Sargento: “*a palavra convence, o exemplo arrebat*”. Aqui o sujeito transforma-se num espelho moral de correção de si e do outro.

Segundo uma ampla literatura, a centralidade do valor-família como uma ordem moral e a valorização das condutas tidas como de ‘bem’ estão muito ligadas à questão de classe, e neste sentido é nos grupos populares que esses princípios vão ser exacerbados, entre muitas razões, pelo fato de serem excluídos/destituídos socialmente, restando-lhes apenas a integridade moral como provedor de uma possível dignidade social. Algumas dessas noções podem ser percebidas no relato do atirador:

Acho uma coisa muito boa [TG], que você leva para a vida inteira o que você aprende aqui dentro. **Às vezes você aprende a ter atitudes, você melhora suas atitudes, com a educação que você aprende aqui dentro, você pode ganhar muita coisa boa...** Acho que educação é respeito e moral se relacionado a isso aí, sua forma de ser na sociedade, **não o meu caso**, mas vamos supor, mais de um colega que vejo aqui dentro, **um colega bagunceiro na sociedade**, um cara que faz bagunça, um cara assim que faz coisas erradas então aqui ajuda muito a ter **uma educação moral** que a pessoa adquire e no final **sai daqui diferente, bem diferente** e vendo as coisas de **outra maneira** (Atirador B, branco, 19 anos, CFC – grifos meu).

É interessante notar que, apesar de referendar o TG como um espaço de correção de condutas, tal correção é sempre destinada para o outro, nunca a si próprio. Neste sentido, é o outro que precisa ser ‘corrigido’, ‘educado’, ‘disciplinado’. Talvez seja uma tentativa de valorização perante o outro, daquilo que se é, ou que se pretende ser. Muitos desses comportamentos considerados ‘desviantes’, mencionados nos relatos e nas entrevistas pelos atiradores, são recortados por questões de gênero. Em suas falas apreendem-se algumas dicotomias elaboradas a partir do padrão ideal de ser homem e, ou, mulher, mais do que com qualquer outro delito, por exemplo, a prática de furtos, drogas, que são tidos como atos desviantes. Assim:

Ah! tem que ser um rapaz assim mais honesto[um atirador], não tem muito jeito de malandro, assim sabe?... Chegar de **brinco, cabelo grande**, falar muito palavrão, isso aí não é ter cara de atirador... Mas mesmo assim, se pegam uns caras malandros para servi, aqui bobo ensina, aqui é bem disciplinador... Ensina ser um rapaz mais sério... (Atirador C, pardo, 19 anos, evangélico, membro da fanfarra – grifos meu).

Eu usava brinco, mas se o sargento pegar manda embora na hora e toma suspensão, ele viu um dos nossos na igreja de brinco tomou suspensão (Atirador K, 18 anos, branco).

Uma visão tradicional e ‘conservadora’ permeia esse universo, em especial no que diz respeito à apresentação dos seus membros. Embora alguns aspectos tenham sido alvo de questionamentos sociais, eles ainda perduram no imaginário coletivo dos sujeitos. Um masculino que se encontra longe de tudo que possa lembrar o universo feminino, associado aos signos de fraqueza, feminilidade e sensualidade passiva (brinco, cabelos longos etc.). Em uma outra perspectiva, percebe-se também a existência de aspectos que se aproximam de uma idéia de higienização e disciplina do corpo, um cuidado de si, com a farda, com a barba, com o cabelo, mostrando-se sempre ‘limpo’, enfim, uma preocupação com a aparência.

De certa forma, essa nova ordem a que os jovens são submetidos configura-se como sendo um possível prolongamento da família, cujos reflexos serão percebidos pelos próprios atiradores no tocante a seu modo de agir e se comportar, principalmente em seu ambiente doméstico. Percebendo então essa projeção, eles avaliam que a contribuição é positiva para o bom relacionamento entre eles. Entretanto, nesta relação está implícita certa reificação do lugar de pais e filhos numa escala de organização social e suas pretensas obrigações, e vice-versa, deixando explícito quem manda e quem obedece, e como obedece.

Pô! cara, eu fico pensando assim... Eu venho para cá, recebo ordens de gente que nem conheço e faço tudo, já em casa não sou assim com meus pais, então a gente muda né? E começa a tratar melhor eles... Por exemplo, eu não chamo eles de senhor, igual faço aqui, agora me pego falando em casa, eu falo com eles também sim senhor, são coisas pequenas assim sabe? (Atirador M, 19 anos, branco).

De acordo com os informantes, eles não percebem as alterações bruscas em sua rotina na vivência do Tiro-de-Guerra, porém o depoimento anterior revela sua contradição. Segundo eles, em níveis práticos, tal experiência tinha acrescentado apenas uma nova atividade, principalmente a obrigação de acordar cedo, além do ‘cuidado’ com seu comportamento diariamente, uma vez que agora passaram a ter um vigilante permanente de suas condutas, o TG.

Em princípio, tudo indica que a prestação do Serviço Militar não se apresenta como um transtorno para a vida dos atiradores, pois após um período de acomodação o TG acaba tornando-se uma experiência prazerosa.

Segundo meus informantes:

No primeiro mês eu pouco gostava, mas depois eu comecei a gostar mesmo sabe? Hoje, como eu estava te falando, está acabando, falta um mês só, hoje bate até saudade e pensar assim que foi o ano inteiro né! o tanto que a gente passou, até as raivas, é engraçado né? Os momentos de raivas e tal, eu não me arrependo... **Mas se eu voltasse de novo, se pudesse voltar no tempo assim, desde que me alistei, eu seria apto sinceramente, eu falo com toda sinceridade, eu serei apto, eu queria fazer** (Atirador B, branco, 19 anos, CFC – grifos meu).

Tem gente que fala que não compensa você fazer TG, você não ganha nada fazendo isso, você vai lá faz tudo e nem recebe nada para fazer isso, às vezes, você até pensa isso, porque você não conhece né? Depois que eu fiz, que tô fazendo, que tá acabando, **é bem gostoso mesmo, uma experiência muito boa, acho que todos... Devia até ser diferente, todos os jovens de 18 anos tinha, nem precisava ter essa seleção, era colocar todo mundo para fazer mesmo. Acho uma coisa muito boa.** Porque você leva para a vida inteira o que você aprende aqui dentro (Atirador D, moreno, 19 anos – grifos meu).

Embora haja, num primeiro momento, todo um discurso formado sobre as vantagens e contribuições oferecidas pelo TG, num segundo momento, ao ser perguntado sobre a possibilidade de seguirem carreira militar, a grande maioria dos atiradores apresenta uma recusa categórica. Os seus argumentos versam sobre as mais variadas razões, desde a rigidez da disciplina por um longo período de sua vida, até a ‘perda’ da liberdade como homem civil, vivendo uma vida regrada em diversos aspectos. De certo modo, isso se contrapõe aos aspectos que foram tão referenciados anteriormente pelos próprios jovens, mostrando uma ambivalência situacional entre o plano vivido e a ordem enunciada.

Enfim, é a partir de uma parceria virtual entre família e TG que os jovens vão sendo preparados no período de 12 meses para assumirem funções preestabelecidas socialmente, e uma delas é a constituição da família. Certamente há uma espécie de engendramento de papéis, em que algumas instituições (Família, Igreja, Escola, e outras) vão qualificando e desqualificando vivências e, de certa forma, orientando o sujeito num modo de ser e estar no mundo de regras e normas. Essas incorporações das vivências institucionais ocorrem no próprio

corpo, fora dele ou a partir do modo de agir e se comportar socialmente. É exatamente a respeito dessas incorporações que abordaremos a seguir.

3.5 A CONFIGURAÇÃO DE UM *ETHOS* MILITAR

Para além de uma simbologia representada pela barreira física entre mundo interno e externo (algumas delas dadas no próprio corpo), as instituições totais se caracterizam pelo estabelecimento de uma maior identificação do sujeito com o campo institucional através do porte de elementos característicos e representativos daquele universo de trânsito e pertencimento, principalmente através de roupas, gestos e comportamentos. Uma regulação da conduta e da aparência que ocorre cotidianamente, pelas quais são constantemente analisados e julgados. Esse processo de inculcação, introjeção e mesmo de auto-regulação contribui, sobretudo, para promover a configuração de um *ethos* que legitime seus membros, dando-lhes uma ‘identidade’ que os une, que os identifique, mas também que os regula, através de constrangimentos e sanções inerentes à experiência societária.

Ao se referir ao universo militar, muitos são os contextos, os objetos e as situações que competem para tal procedimento: a disciplina dos corpos, a farda militar, as posturas e paradas militares, o corte do cabelo e da barba, entre outros; ‘cuidados’ que buscam uniformizar os sujeitos e ‘homogenializá-los’. Neste sentido, um paradoxo da experiência corporativa é que ela promove também signos de distinção, portadores de positividade àqueles que estão ‘em regiões de fronteiras’ (GOUVEIA, 2003). Tal argumento da autora corrobora com a realidade empírica investigada e a identificação de seus sujeitos.

Nessa perspectiva, também é possível problematizar o vestuário militar como um dos mecanismos que contribuem para a constituição desse *ethos*. Conforme vários autores argumentam, a simbologia das roupas representa algo variável e de múltiplos significados tanto para o sujeito que as usa, quanto para

com quem elas interagem, principalmente se levar em consideração aspectos como épocas, cultura, moda e modernização. Cada vez mais a vestimenta manifesta uma representação de e para si e para o outro. Como algo simbólico e valorativo, pode representar prestígio e *status*, profissão e, mesmo, o grau de importância do sujeito em determinada hierarquia social.

Nessa discussão em torno do vestuário como símbolo de distinção social, o autor Gilson Monteiro argumenta que:

De uma forma geral, a roupa sempre representou algo de mitológico e uma marca da separação da sociedade em castas e classes. A roupa, tanto modernamente quanto antigamente, serve para distinguir a classe social a qual o indivíduo pertence. Carrega todo o significado do papel que o indivíduo representa dentro da sociedade. Modernamente, não representa tanto uma classe social, mas, é uma forma de distinguir o grupo ao qual o indivíduo pertence (MONTEIRO, 1997:1).

Logo, percebe-se que uma infinidade de linguagens foi se constituindo e solidificando como verdadeiros códigos lingüísticos que permeiam relações e atribuem significados às coisas e aos sujeitos, e a linguagem das roupas é só mais uma delas. Especificamente no universo militar e seu vestuário, esta linguagem pode ser traduzida através dos uniformes elegidos pelo TG: as fardas como são comumente chamadas. A elas são atribuídos diversos significados, que vão desde a esfera propriamente formal à conotação erótico-sexual.

Contextualizando a questão, Alison Lurie (1997) toma como base as idéias de James Laver, argumentando que os uniformes militares em meados do século XVI na Inglaterra:

Pretendiam originalmente ‘impressionar e até mesmo aterrorizar o inimigo’ no combate corpo a corpo (exatamente como os gritos de guerra que os acompanhavam), e os guerreiros, conseqüentemente, disfarçavam-se de demônios, esqueletos e animais selvagens. Mesmo que a pólvora tornou esse estilo mais raro, o desejo de aterrorizar ‘sobreviveu na era moderna em formas rudimentares como a cabeça da morte no capacete do hussardo e as costelas do esqueleto pintadas originalmente nos corpos do guerreiro e mais tarde transformadas nos alamares de sua túnica (LURIE, 1997:35).

Nesse contexto, o uniforme assumia uma posição mais de intimidação, de que de apresentação ou distinção de um grupo. Atualmente, este acessório foi reconfigurado, mediante circunstâncias específicas, objetivando simplesmente

não ‘aterrorizar’ o inimigo, mas principalmente implementar uniformidade, organização e precisão. Além disso, o uso da farda adotado pelas instituições totais, como a militar, busca atingir a maior uniformização do grupo, mesmo composto por sujeitos e situações heterogêneas, perseguindo um ideal pretensioso de construção de um ‘modelo-padrão’⁵⁵.

Essa tentativa de construção de um modelo-padrão concorre para a subsunção de uma liberdade individual, em prol de uma instância maior, o coletivo; aspecto característico das instituições normativas, principalmente as militares, que não poupam esforços para que tal objetivo/meta aconteça. Aliado a isso está implícita a disciplina que incide sobre os corpos e também sobre a subjetividade do sujeito, condicionando seu modo de ser e sentir no mundo, aquilo que segundo Goffman (1974) promoveria uma completa *mortificação do eu*.

Desse modo, segundo o autor, o sujeito abandonaria seu eu civil (seus hábitos, sua forma de falar, cortar o cabelo, se vestir e interagir socialmente), tudo o que lhe é mais singular, em favor de um outro eu, agora um eu institucionalizado, neste caso representado pela instituição militar Tiro-de-Guerra.

Tal reflexão é extremamente significativa na reconfiguração do grupo pesquisado. Aparentemente, o que mais indica ameaçar o eu particular, pessoal, civil, dos atiradores não é o fato de incorporar a gramática militar do ‘sim, senhor’ e ‘não, senhor’, mas a questão do corte do cabelo, uma questão de fórum subjetiva. Uma obrigação que revelava o aprisionamento das possibilidades do sujeito nas suas diversas formas de expressão, seus gestos, seus estilos, suas preferências, enfim, sua subjetividade:

Eu não gosto de cabelo baixo... Ah! eu sinto falta do meu cabelo, eu sinto. “Era maior seu cabelo?” Grandão. Não era comprido, mas era bem maior do que agora. Mesmo baixinho tem como usar gel, até que dá para usar fazendo um topetinho...(risos!) fora daqui, aqui dentro não. (Atirador L, branco, 18 anos).

⁵⁵ Podemos nos reportar aos campos de concentração da 2ª Guerra Mundial, aos pelotões nazistas, às prisões norte-americanas, aos manicômios, conventos e internatos, entre outros.

Eu tinha o cabelo grande, cortei aqui. Eu tinha cabelo grande, eu gostava de ter cabelo grande, mas aqui não dá. Aqui tem um rapaz próprio para cortar nosso cabelo, já para não ter desculpas (Atirador Q, 19 anos, negro, membro da fanfarra).

Naquela experiência o corte do cabelo torna-se emblemático, podendo evidenciar a existência de autoridade e disciplinamento, uma autoridade a ser seguida e um novo ‘mundo’ a ser incorporado no período de 12 meses. Ao argumentar sobre as possibilidades de expressão subjetiva, Anne Hollander diz que “*o cabelo é apropriado para qualquer tipo de expressão rebelde; cortá-lo pode ser um ato agressivo ou de renúncia, e da mesma forma deixá-lo crescer*” (HOLLANDER, 1996:226). No caso do TG, ou de qualquer instituição militar, cortar o cabelo se traduz numa forma de submissão e, ao mesmo tempo, uma adesão a uma nova ordem, uma nova vivência a uma incorporação de hierarquias e deveres. Neste sentido, a ‘boa’ aparência vai ser um indicativo de conduta exemplar, disciplinamento e submissão.

A preocupação com a boa aparência dos atiradores vai ser alvo de constante vigília por parte dos sargentos, não apenas o corte do cabelo⁵⁶, mas também a barba e o cuidado e uso do uniforme. A instauração de um eu militar, que aqui poderíamos traduzir como sendo um *ethos* militar, parece estar potencializada por procedimentos padronizados e contínuos de corporificação de um modelo de socialização militar.

No trabalho recente que discute um conjunto de reflexões em torno de certas práticas e representações de jovens/rapazes que manifestam um determinado ‘estilo de ser jovem’, Gouveia et al. argumentam que:

De forma dinâmica, de um *ethos* nascem estilos que concorrem para a integração, participação, críticas aos usos e abusos do corpo e o significado disso em sua vida. Sabemos que roupas, acessórios, adereços são formas de revelar maneiras de pensar e de estar no mundo, marcadores potentes que revelam identificações, papéis e posições sociais que muitas vezes parecem ambivalentes e contraditórias (GOUVEIA, 2004:7).

Talvez, tal aspecto justifique os ‘cuidados’ com a aparência dos atiradores, as rotineiras inspeções do fardamento, a manutenção das armas, a

⁵⁶ Como ressaltou o atirador, há uma pessoa específica para executar tal função de forma gratuita.

entonação diária do Hino do Soldado, do Hino Nacional e do grito de guerra. Aspectos que competem para desenvolver, junto a uma *hexis corporal*, sentimentos que aflorem em cada sujeito o ‘espírito militar’ e, conseqüentemente, sua adesão à instituição e ao modo de ser nela proposto. Assim, honra, camaradagem, patriotismo, cooperação e disciplina tornam-se elementos constituidores desse espírito, enfim deste *ethos*. Certamente, identifica-se uma correlação significativa entre patriotismo e virilidade, que pode ser exemplificada tanto a partir da vivência dos sujeitos nesse universo militar e seu modelo normativo, quanto submetido a seus inúmeros juramentos em que se tem a vida como moeda de troca, compromisso e aposta, somente possível entre verdadeiros ‘homens’, ‘guerreiros’ e ‘heróis’.

Em se tratando das diferenças vividas no TG, marcadas tanto no sujeito quanto fora dele, os atiradores vão se apoiar no discurso da ‘uniformidade’, sobretudo no uso da farda, como um modo de ‘nivelamento’ do grupo. Tal prerrogativa pressupõe uma forma sutil de padronizar suas diferenças, principalmente relativas à cor/raça e à posição social. Eles julgam que o simples porte da farda seja capaz de minimizar as diferenças, passando todos a compartilharem de uma mesma liberdade e oportunidades dentro do TG:

Para mim, de farda todo mundo é igual, todos me tratam bem, né? Não tem diferença de cor e nem de classe social. Aqui se convive com pessoas de todos os tipos, eu já esperava, como, por exemplo, pessoal que não tem o estudo completo, ensino médio, terceiro ano que para mim só convivia, se fosse da minha idade assim, geralmente com quem estava completando ou coisa assim, pessoas com renda inferior, que mora em todo lugar da cidade, nos bairros que geralmente nem vou, como lhe disse, conhecia no máximo cinco e o resto foi tudo conhecido aqui, achei bem interessante, isso vai me marcar aqui dentro (Atirador M, branco, 19 anos, monitor, universitário).

Num outro relato, o atirador argumenta que “*ninguém aqui é melhor que ninguém... quando estou com a turma, todo mundo fardado, eu não sinto diferença nenhuma... todo mundo junto, dar mais volume, tipo assim, marcaria a todos*” (Atirador L, branco, 19 anos). Discurso que se aproxima da autora Hollander, quanto, diante dos uniformes, argumenta que “*de fato, é claro que o ‘uniforme’, tão vigorosamente escarnecido pela atual retórica sobre as roupas, é*

realmente o que as pessoas preferem usar, roupas com as quais elas se sentem seguras e iguais aos companheiros” (1996: 229). Esse tipo de procedimento indica, entre outros aspectos, a criação no plano do discurso de um grupo aparentemente ‘homogêneo’ de atiradores, sem alto e nem baixo *status*, tão explícito na vivência do eu civil, o de lá de fora. O modo de se vivenciar/compartilhar desse *ethos* parece ter a pretensão de contornar as diferenças de origem e de trajetórias particularidades de cada um, como posição de classe, cor, religiosidade, escolaridade, dentre outros.

Observando atentamente a rotina na caserna, nota-se que essa situação não é tão ‘harmônica’ quanto se apresenta nos discursos. Em primeiro lugar, porque o sujeito não é passivo aos fenômenos sociais como se pensava numa tradição realista, afinal o sujeito não é ‘achatado’ por completo pela sociedade a ponto de se tornar inerte diante da dinâmica social. Segundo, porque as relações são dinâmicas, constituídas por micropoderes e possuem um caráter polimorfo e assimétrico presente nas esferas e periferias dessas relações (FOUCAULT, 1984). Essa dinâmica parece presente no seguinte relato do Atirador M que diz:

Olha, eu não recrimino não, mas tem muita gente que recrimina aqui dentro... Fica zuando... Igual o cara é sem estudo, sei lá, meio ignorante, fica brincando, falando coisas que o cara não entende, muitas vezes não sabe nem o que é, não entendem a piada, mas esses caras não têm maldade, entendeu? Então existem as diferenças, mas são muito poucas... Comigo, eu nunca tive problema não (19 anos, branco, monitor, universitário, CFC).

As diferenças não se apresentam apenas nas atitudes e práticas desses jovens entre si, mas também em outras esferas, como na própria sustentação do símbolo do TG/Exército presente numa logística militar (agasalhos de frio, mochilas, bolsas, carteiras).

Esses objetos, embora ostentem o brasão do Exército, não são oferecidos gratuitamente, e sim comprados pelos próprios atiradores. Como os preços não são relativamente baixos, e a renda da maioria não é elevada, muitos acabam por não adquiri-los por completo. Optam com frequência por um deles, pelo mais barato, geralmente a carteira, um símbolo que salienta, além da identificação pelo

seu porte, o seu pertencimento a um lugar determinado socialmente visível e legítimo.

Convém mencionar que, ao participar de alguma cerimônia e, ou, ato público, o Batalhão aleatoriamente escala seus atiradores para ocupar determinadas posições dentro dos pelotões, seja carregando fuzil, camuflando-se ou apresentando-se para uma excursão, postando seus acessórios (mochila, cantil e outros). Nessa última escala (excursão), os atiradores que não possuem esses acessórios tomam emprestado dos colegas, comprometendo-se a zelar pelo objeto emprestado. Esta troca também é constitutiva de *ethos* militar. Não se reduzindo apenas ao ato do empréstimo, visto por aquele grupo como uma prática de camaradagem, mas sim ao ato cortês que se estabelece no momento da troca, do cuidado com o que lhe foi emprestado.

Na maioria das vezes, portar esses acessórios não é apenas um aspecto constituidor de um *ethos* militar, mas também um diferencial social no meio de pessoas tidas como ‘iguais’, revelando as diferenças ‘abafadas’, tanto no aspecto referente ao capital escolar/cultural, quanto do capital econômico, uma vez que a maioria não dispõe de recursos financeiros para adquirir esses produtos. A presença dos carros e das motos que compõem esse cenário, em número bem menor que as bicicletas, a existência dos telefones móveis, símbolo de modernidade e *status* para quem os porta, são outros indicadores que concorrem ainda mais para a legitimação dessa desigualdade. Embora os atiradores evidenciem que a farda e o fato de estarem submetidos a uma mesma ordem tendem a eliminar as diferenças existentes, na realidade, e em situações diversas, isso não se concretiza.

Os uniformes/fardas trazem em si uma conotação simbólica que identifica sua singularidade, que o classifica hierarquicamente nas disposições sociais e o legitima. A busca pela uniformização e pela ‘boa aparência’ no TG vai ser alvo de constantes vigílias e inspeções por parte dos sargentos, o que parece justificar a frase então posta no espelho da sala de instrução: “*Do correto uso dos uniformes dependerá o conceito disciplinar de uma unidade, em público, o bom nome do Exército*”. O interessante aqui é o fato de a farda militar ser algo

passível de múltiplos significados, não só ela, mas o ambiente estudado, onde é a situação de interação desses sujeitos com seus pares e com a sociedade, que vai fazer o diferencial. Assim, a farda pode mandar, ‘igualar’ e ‘uniformizar’ num determinado ambiente, e em outro ela pode atuar como distinção, privilégio e *status*.

Do ponto de vista do atirador, o uso da farda contribui para proporcionar um outro sentido à vida dos sujeitos, além de representar o Exército. O TG possibilita um espaço de visibilidade e empoderamento desses jovens, uma possibilidade de ganhar *status* social, ainda que temporário. Uma posição que lhes confere reconhecimento e ‘respeito’ por onde se apresentam, momentos que, na maioria das vezes, não seriam vivenciados em situação da vida civil, por uma série de razões, entre elas o seu posicionamento de classe. De certa forma, estar fardado parece ser um dos meios viáveis para tal:

Estando de farda é diferente, o pessoal cumprimenta a gente, eles pedem informações, se estiver precisando, eles vão e pedem ajuda assim para qualquer coisa, eles próprios vêm com outros olhos quem faz TG. Acho que traz o nome do Exército, que já vem, não é de agora, tem o respeito maior, até dos civis com os militares, então não há por que desrespeitar mais, quando você está civil parece que fica tudo igual (Atirador M, branco, 19 anos, monitor, universitário).

Eu acho legal, diferente né... Porque na rua a gente tem mais respeito... Mais assim, as pessoas vêm a gente com mais respeito, com mais responsabilidade, assim, sei lá... Então você fica mais visto (Atirador Q, 19 anos, negro).

Diante das pessoas lá fora quando você sai fardado e tal, às vezes as pessoas já te olham, como esse olhar do que é o militar, a pessoa já ti ver assim com o olhar mais de respeito, às vezes você vê que você é mais respeitado, que a pessoa te olha e já teve assim com a moral assim mais de respeito, uma coisa assim, não que seja melhor do que ninguém não (Atirador N, CFC, negro, 19 anos).

Provavelmente a busca por uma visibilidade, e de certo modo aceitação social, passa por uma dimensão para além da satisfação pessoal do ego, mas reflete a própria condição da vivência dos sujeitos que, em sua maioria, não desfrutam de um ‘privilégio’ diante de um capital simbólico e financeiro. Convém ressaltar um aspecto muito peculiar à vivência social na cidade de Viçosa, que é a presença significativa da Universidade Federal de Viçosa (UFV),

intermediando e estabelecendo novos significados à vida dos sujeitos em suas redes de sociabilidade dentro e fora da instituição, promovendo e reproduzindo desigualdades⁵⁷ e contradições sociais.

Refletindo sobre possíveis vicissitudes dessa ‘ordem moral local’, vestir o uniforme/farda não se traduz apenas como uma tomada de consciência pelo sujeito diante de sua masculinidade, um estado viril, de potência, isto é, tornando-o ‘mais homem’; um discurso já um tanto naturalizado. Mas se caracteriza como uma busca por visibilidade e respeitabilidade, negadas socialmente, marcadores estruturantes dessa vivência particular do jovem. Uma oportunidade que lhe confira uma identidade social (atirador do TG), integrando-o a uma nova ordem social e moral, onde fotos em jornais, revistas da própria instituição, entrevistas, participação de cerimônias e eventos municipais e estaduais passam a fazer parte do seu cotidiano.

Entretanto, apesar do sacrifício mencionado e da disciplina que são submetidos, os atiradores ressignificam a realidade ao desfrutar da sensação de ser reconhecido e ‘respeitado’ por onde passam:

Representar o TG é bom né, cara? Você se sente, tipo assim, alguém importante mesmo, como lá em Muriaé, nas Olimpíadas, você se sente um atleta, você é um atleta do TG. Você não precisa roubar para sair no jornal não, né cara? (Atirador C, 19 anos, pardo, evangélico, membro da fanfarra).

Dessa forma, tornam-se múltiplos os significados que permeiam a vivência do jovem atirador, aspectos que ultrapassam o simples porte da roupa/uniforme/farda. Afinal, o que vai determinar esses significados é o lugar que eles ocupam e como vêem o mundo. Certamente, apesar dessa diversidade de significados, a roupa é predominantemente uma forma de classificação dos

⁵⁷ Essa desigualdade se apresenta sobre diversos fatores. Um deles revela-se nas escolhas dos bares, das festas que são promovidas cotidianamente pelos estudantes universitários, na escolha do espaço geográfico para formarem as ‘repúblicas’, até a própria demarcação do campus universitário com suas quatro pilastras assim nomeadas: ESTUDAR, SABER, AGIR E VENCER. Penso que o fato de ser atirador universitário ‘nativo’ seja também uma distinção importante no ambiente do Tiro-de-Guerra, mas num contexto mais amplo, na interação com seus ‘iguais’ na universidade. Esse aspecto parece ter uma ressonância mais significativa de que seu *status* de estudante universitário. Estudar o lugar das instituições, entre elas a UFV, e sua ressonância na vivência dos sujeitos que compartilham desse espaço, torna-se fundamental para buscar compreender e entender a dinâmica social, suas características e contradições no modo de o sujeito pertencer e estar no mundo.

sujeitos, um modo de enquadrá-los nas instâncias sociais, seja em relação à sua posição social, religiosa, de classe, ou até mesmo de origem, com atribuição de seus prestígios.

Enfim, hoje, com o mercado cada vez mais globalizado, os códigos se tornam mais valorizados e desejados, onde marcas e *logotipos* já ‘consagrados’ são sustentados e disputados por um público consumidor cada vez mais jovem, numa busca que oscila entre a demarcação da diferença econômica e a busca por aceitação social. Diante disso, a supervalorização de um uniforme que indica um vínculo de pertencimento a um grupo, aqui representado pela instância militar, proporcionando ‘acolhimento’ em contraposição às roupas civis, faz a diferença na vida de muitos sujeitos. Afinal, a vivência em um ‘estado militar’, marcada por tradições, disciplinas, hierarquias e outros imperativos, contribui para este processo de socialização. Portanto, sobre eles serão discutidos a seguir.

3.6 A ‘CONSTRUÇÃO’ DO JOVEM MILITAR: Um processo de aprendizagem e socialização

Em geral, o espaço militar representa uma instituição total que modela seus sujeitos, desejos e pensamentos e instrui um modo particular de ser homem, de se viver a masculinidade. Segundo Mendes (2004), no Exército é possível encontrar diversas vivências masculinas, tendo em vista que esta instituição elabora e constrói múltiplos modelos de masculinidades que se relacionam e se identificam hierarquicamente, principalmente a partir das patentes, dos postos e das graduações, sob os quais sujeitos são reconhecidos pelas insígnias e pelos uniformes. Desse modo, há sempre uma masculinidade hegemônica sustentada e, muitas vezes, ancorada por outras masculinidades em torno dela, proporcionando para além de uma visibilidade a vivência do sujeito, confere-lhe também uma identidade no grupo especificado.

A partir de dados construídos, o quadro normativo do TG reforça parâmetros tradicionais de masculinidade, ligados diretamente à figura hegemônica de homem. Na tentativa de compreender tal processo, problematiza-se em que medida um modelo de masculinidade vigente recorre a artefatos e ritualizações de práticas de sociabilidade que promovem um padrão hegemônico de ser homem. Em particular, discutindo o reflexo desses procedimentos na vida de seus membros, em suas redes de interação cotidiana, no cumprimento de suas ‘obrigações militares’ e no seu universo de expectativas dentro e fora da instituição.

Durante o processo de interação entre os sujeitos observados, foi possível identificar em suas conversas três assuntos que se apresentaram como significativos e corriqueiros para aquele grupo: *álcool, mulher e sexo*, diretamente remetidos aos ambientes externos contrastivos ao TG, os ‘afamados’ bares, ‘zonas’ e bailes, tão freqüentemente evocados nos discursos dos jovens. Dimensões fortemente referenciadas no padrão masculino heterossexual explicitando uma educação já naturalizada de ‘homens’. Independentemente do plano discursivo, a freqüência e a eloqüência dessa colocação revelam uma naturalização problemática em torno de práticas e representações sexuais, potencialmente vividas de forma ‘insegura’ e ‘desprotegida’.

Os discursos e enunciados enfocam e exaltam significados de âmbito heterossexual (‘discursos de macho’), porém isso não invalida a manifestação de práticas homoeróticas entre eles. Mesmo que de uma forma ‘não-consciente’, podemos apreendê-las nos momentos do TFM e na realização dos jogos esportivos: futebol, voleibol, cabo-de-guerra e outros. Nessas situações, percebe-se uma aproximação corporal, de toques e abraços, não comum na rotina diária militar.

A questão da conquista do sexo oposto, do controle ou ‘descontrole’ sobre o álcool e a prática sexual se traduz como um elo, possibilitando uma interação entre os diversos atores sociais dentro e fora do TG. Pode-se traduzir tal comportamento como uma tentativa de fugir à norma e à disciplina imposta diariamente. Conseqüentemente, ela está diretamente ligada à construção de uma

possível identidade de ser homem ali dentro; uma imagem associada ao “*fato de possuir, tomar, penetrar, determinar e se afirmar, se necessário pela força*” (BADINTER, 1993).

Nesse campo relacional, os sargentos e os próprios atiradores, ao submeter seus ‘iguais’ e a si a uma situação ‘incômoda’, ‘de ridicularização’ é a figura passiva da *bicha*, do viado, do *gay* e do boiola. Essas imagens acionadas revelam uma forma caricata de representação de um sujeito passivo, alvo de chacotas no convívio social (PARKER, 1991). Esses são momentos no qual as figuras masculinas ‘desviantes’ se apresentam como contraponto na constituição/reificação do padrão masculino hegemônico, um traço caracteristicamente presente numa concepção de masculinidade hegemônica. Neste espaço investigado, o verdadeiro homem é eleito devido à sua condição de sujeito ativo diante das demais e as circunstâncias que lhe são impostas. Conforme argumenta Bourdieu (1998), “*a ordem masculina está, portanto, inscrita tanto nas instituições quanto nos agentes, tanto nas posições quanto nas disposições, nas coisas (e palavras), por um lado, e nos corpos, por outro lado*”. Nota-se que este espaço militar é tão marcadamente masculino, que a presença feminina, mesmo numa estrutura relacional, é descartada, prevalecendo um modelo ‘homossexual’, e não feminino, numa ação relacional de ‘homens’.

De certa forma, nas representações dessa vivência de homens e seu processo de interação, é possível perceber possíveis ‘riscos’ e ‘perigos’ à constituição de uma identidade masculina modelar. Por ser um espaço de doutrina, controle e ‘vigília’, problematizar explicitamente questões em torno da sexualidade, especificamente práticas sexuais, tornou-se complicado em vários níveis: desde o próprio campo institucional, a interação entre pesquisador-pesquisado e o estatuto das análises propostas. Neste espaço o silenciamento em torno de questões relativas à sexualidade indica uma presença masculina ameaçada, que precisa ser ‘protegida’ e ‘resguardada’ de possíveis riscos. Por isso, numa investigação futura, talvez se torne mais pertinente investigar a sexualidade em espaços dessa ordem, e não menos em outros, num plano apenas representacional, e não no âmbito dos comportamentos e das práticas.

Compreender o TG como um lugar da ordem e da hierarquia na construção de novos homens ou como um rito de masculinidade que educa e delimita práticas e comportamentos do jovem em sua vida cotidiana é inquestionável. Porém, é importante ressaltar que o sujeito é um agente ativo que se configura e, ao mesmo tempo, reconfigura seu modo de ser e de ‘pertencer’ ao mundo, evidenciando uma perspectiva dinâmica e processual de dada realidade social; uma estrutura que busca a normatização da vida, dos afetos e dos prazeres de seus membros. Nesse contexto, apresenta-se também a normatização/adestramento dos corpos e seus desempenhos, aspectos abordados a seguir.

3.7 O TFM - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR: Adestramento e Escape

No cuidado com o corpo masculino está implícito o cuidado com a masculinidade. Embora o corpo não seja a única premissa para essa construção, ele é, sem dúvida, um fator importante na constituição dessa ‘identidade’. Segundo Connel, os corpos dos homens, embora não sejam determinantes de modelos de masculinidade, são efetivamente de grande importância na constituição desse processo (Robert Connel, Apud. em MENDES, 2004:117). Portanto, torna-se inevitável problematizar a relação e a proximidade que se estabelece entre o ‘cuidado’ com o corpo e as Forças Armadas, à luz do debate sobre masculinidade.

A junção entre a educação física e o Exército tem uma história, e uma história que importa. Pois, é através da ‘domesticação’ do corpo masculino e de sua possível ‘docilidade’ que se produziu a criação, sobretudo no século XIX, de um novo modelo de Estado-Nação, higienizado, ‘sadio’ e ‘forte’. Esse processo vai ser intensificado a partir de medidas oriundas dos ideais de nacionalização e de higienização ocorridos nessa mesma época. A exacerbação desses procedimentos vai produzir muitos excessos, como o audacioso processo de eugenia, propagado por regimes políticos autoritários, como o *Nazismo* e o

Facismo. O corpo e suas formas físicas são postos em evidência, e discursos médicos, manuais de boa forma e ginásticas vão estar em plena ascensão. Todos buscam ensinar o meio mais eficiente de atingir o ‘bem-estar’ do corpo perfeito⁵⁸.

Nesse contexto, a preocupação com o corpo estava dada a partir de um modelo higiênico ancorado na construção e reprodução de um ideal-tipo de nação, na qual os corpos ‘dóceis’ se caracterizam como sendo um dos indícios do processo civilizatório que se buscava atingir, distanciando da produção simbólica submetida ao corpo hoje. Conforme tentamos discutir no trabalho sobre a juventude e a busca frenética por academias de musculação, a produção do corpo, a busca pelo corpo ‘perfeito’ na atualidade, ultrapassa a simples questão narcísica, um discurso um tanto naturalizado, mas refere-se à capacidade dos sujeitos de construir relações. No citado artigo: “*malha-se para ‘agradar’ alguém, ser acolhido e dessa forma se ‘agradar’*. (...) *Um corpo malhado, inchado, sarado, manifesta uma busca por uma auto-realização, uma auto-aceitação por parte de seus ‘donos’*” (GOUVEIA et al., 2004:14).

No TG esta prática física se aproxima mais de um adestramento dos corpos do que da constituição de um *ethos* militar, ou um estilo propriamente dito. Os exercícios físicos a que os jovens são submetidos semanalmente se caracterizam como verdadeiros testes de masculinidade, referenciados num padrão hegemônico. Neles, virilidade, força, agilidade e mesmo obediência e disciplina tornam-se requisitos fundamentais.

As atividades são compostas por exercícios livres, uma vez que não existe uma sala específica de musculação para seu melhor aperfeiçoamento, os quais compreendem séries de alongamentos, flexões, exercícios com barra e abdominais, feitos no pátio externo da sede, geralmente comandados por um atirador CFC. Ele ocupa um lugar específico para condução da atividade,

⁵⁸ Para maior historicização dessa questão ver o texto de Maria Celeste Mira – PUC-SP: ‘Da higiene à musculação: esboço para um estudo das mudanças nas concepções e práticas corporais através da história da educação física’, ANPOCS/2004.

assumindo a posição de destaque⁵⁹; raramente essa atividade é conduzida pelos sargentos. Têm-se ainda o *cooper* pelas ruas da cidade ou em uma rodovia situada próximo ao TG, a prática do cabo-de-guerra e esportes propriamente ditos (futebol de salão, vôlei). Essas atividades físicas têm como finalidade contribuir para o bem-estar físico dos atiradores, de modo a fortalecer sua resistência física nas atividades propostas diariamente na realização do Serviço Militar.

Os jovens tentam superar seus limites, principalmente no que refere à prática da corrida. Normalmente, após ter completado todo o percurso solicitado e acompanhado pelo sargento, eles chegam a extrapolar tal atividade para além do que foi proposto como meta a ser cumprida, em muitos casos sem o acompanhamento do sargento. De volta à sede, completam a atividade com exercícios em barras fixas, que exigem força e resistência. No esforço presente, além da busca pela superação de si, está implícito um caráter exibicionista para as autoridades dirigentes e os seus colegas, mostrando-se fortes, destemidos e resistentes. Força, resistência e perseverança vão estar presentes no universo militar, influenciando a constituição da masculinidade desses jovens atiradores⁶⁰, atributos diretamente vinculados a uma idéia de masculinidade socialmente reconhecida e legitimada, portanto viril e heterossexual.

Embora essa atividade tenha o objetivo de trabalhar o corpo, ela serve também como um momento de exposição e conquistas, principalmente a prática do *cooper* pelas ruas da cidade. No primeiro momento, é a oportunidade de se mostrar, de buscar um reconhecimento na sociedade; além disto, é também um momento de realizar uma ‘prestação de contas’ públicas do que a instituição tem feito com seus jovens, mostrando-os disciplinados e sadios: corpos jovens, mentes saudáveis.

⁵⁹ Existe um minipalco de mais ou menos 1,5 m para que os movimentos feitos pelo sujeito que comanda a atividade possam ser visto por todos os demais colegas.

⁶⁰ A idéia de masculinidade é assumida aqui numa esfera mais ampla, portanto, embora haja uma produção em cima de um modelo hegemonicamente masculino dentro do TG, isso não significa a garantia de sua realização na vivência pessoal do sujeito, argumentos que compõe as premissas das discussões sobre configurações identitárias ligadas a marcadores de gênero e sexual.

No segundo momento, os jovens privilegiam a corrida como o lugar também de conquista e flerte. Com um uniforme próprio para esta atividade⁶¹, que expõe mais seu corpo, esses jovens, além de entoarem gritos de guerra, em sua maioria carregados de estereótipos, sobretudo machistas⁶², aproveitam para exercer a atividade ‘tipicamente masculina’ da conquista, da ‘caça’: “*Eu não gosto de fazer TFM aqui dentro não [sede], o bom é correr pela cidade, a gente se diverte pra caramba, mexe com as pessoas, com as meninas, e elas mexem com a gente*” (Atirador Q, 19 anos, negro).

A preparação para fazer o TFM é um dos raros momentos que todos se reúnem na sala de instruções para trocar de uniforme. Este momento permite uma maior ‘intimidade’ entre os atiradores naquele local, promovendo certa proximidade de seus corpos. Embora eles não se inibam de estar de cuecas entre os demais, há um forte silenciamento, não havendo comentários de conotação sexual diante do corpo alheio, o que comprometeria esse momento, mantendo entre si uma relativa distância física. Neste fato está embutido para além de um cuidado com o ‘outro’, com o olhar ‘invasor’, com o desejo, uma idéia de sujeito intermediário que transita entre dois pólos: um ser assexuado, à medida que tenta minimizar a sua própria presença e a do outro nessas relações, ‘evitando’ uma possível ameaça à sua masculinidade e o outro; um ser homofóbico, ao evitar qualquer tipo de proximidade com seu ‘igual’: “*Deixe eu perfumar isso aqui, tem muito fedor de homem, dá até alergia*”⁶³ (Atirador P, 19 anos, pardo).

A proximidade entre homens, como é o caso do TG, ao mesmo tempo em que elucida uma socialização masculina, um ‘*clube do Bolinha*’⁶⁴, evidencia também uma vigília dos mesmos, no seu modo de ser e agir coletivamente, uma

⁶¹ O uniforme é composto de uma camiseta branca regata com a identificação numérica do atirador, de um short verde, acima dos joelhos, meias brancas e tênis preto. Mas, às vezes, essa atividade também é feita com a parte inferior da farda (calça) e de coturno, sem camisa.

⁶² Um dos gritos de guerra diz assim: “Não convém, não convém, casar com mulher baixa, mulher baixa não convém, pois não quero tomar sopa na cabeça de ninguém...”. O significado disto varia enormemente dentro e fora daquele contexto.

⁶³ Esse episódio etnográfico se dá quando os atiradores voltam do TFM e começam a trocar de uniforme para pôr a farda. Então esse atirador pega seu desodorante e começa perfumar a sala. De certa forma, manifesta também uma repulsa de tudo aquilo que possa ameaçar sua condição de homem.

⁶⁴ Uma metáfora explicativa retirada do artigo ‘Em que espelho encontrei meu corpo?’

coesão imposta por uma gramática grupal e seu pertencimento (GOUVEIA et al., 2004). O maior contato entre os corpos desses jovens se dá nas comemorações das conquistas obtidas, durante as práticas esportivas. Nestes momentos, eles se abraçam, se tocam, até se beijam, sem se remeter a uma conotação homoerótica.

Esse aspecto parece ser bastante relevante e significativo no universo de homens, vários autores, como Badinter (1993), Carmem Rial (1998) e Gouveia et al.(2004), argumentam em torno dessa mesma característica. Uma determinada proteção a uma possível ‘intimidade’ masculina mediante o ‘perigo’ da homocorporalidade. Neste último trabalho, conforme citado, problematizamos o universo de homens numa academia de musculação, ambiente que evidencia uma espécie de proteção a tal proximidade dos corpos masculinos, possibilitando-os exercer determinadas atitudes, que fora daquele ambiente poderia levar a uma associação de ‘práticas’ homoafetivas. Afinal, “(...) *além de exercer um contato físico ‘perigoso’, onde homens se tocam, se olham, se apalpam sem receios, ‘protegidos’ por um ambiente e uma situação viril, essa possível prática homoerótica possibilita que não sejam avaliados em suas condutas afetivo-sexuais*” (GOUVEIA et al., 2004: 8).

Para além do jogo de movimentos corporais, as relações jocosas são um outro fator extremamente importante que permeia a socialização desses jovens, principalmente na interação esportiva. De certa forma, a prática esportiva diz ‘coisas’ que o campo institucional às vezes não explicita, permitindo e elucidando outras vivências e práticas masculinas, como a apresentação de práticas consideradas ‘mais’ ou menos ‘desviantes’. É nesse jogo simbólico que a presença de práticas homoeróticas são acentuadas e a figura do ‘viado’, *gay*, *bicha* é enfatizada. Esses aspectos se tornam visíveis nos discursos dos atiradores, como a seguir:

Pera aí, João, com esse chupão nas costas você comeu ou foi comido por traz? (risos!) (Atirador R, moreno, 20 anos).

E essa sua mão aí machucada, agora não vai poder bater punheta”; Tô doido para bater punheta, não quer bater uma para mim não?(Atirador R). O outro colega responde: “só se for fazendo fio-terra, enfiando o dedo no seu cu... (risos!) (Atirador E, 19 anos, branco).

Tá vendo aqueles caras lá? É tudo zoneiros, só anda na zona pegando as puta de lá, assim diz eles, mas eu nunca vi, não dá para acreditar⁶⁵ (Atirador, E, 19 anos, branco).

Diante de situações corriqueiras envolvendo esses contatos ‘perigosos’ entre homens e suas disposições na hierarquia do gênero, do sexo, cabem aqui alguns questionamentos: o jogo estaria atuando como uma válvula de escape, não necessariamente consciente, para amenizar a tensão de uma sociedade homofóbica, levando em consideração aqueles que possuem um maior número de participantes e, portanto, maior número de homens (futebol, vôlei, basquete, rúgbi e outros)? Seria essa uma das possíveis justificativas que faz a prática dos esportes tornar-se um aspecto essencial e naturalizado na socialização masculina, proporcionando sua maior adesão nesse universo, se comparado ao público feminino? Provavelmente, a sutil visibilidade do esporte entre as mulheres seja justificada pela perda da ‘função’ proporcionada pelo jogo, primordial na socialização masculina, de se construir um espaço para uma vivência negada socialmente. Pois, as mulheres não precisam desse artifício, uma vez que podem andar abraçadas, de mãos dadas, se beijar, sem que isto esteja imediatamente associado a práticas ‘desviantes’.

Outra questão relevante refere-se ao estatuto atual de espaços tradicionais de aprendizado do que venha a ser ‘homem’. Nesta perspectiva, a ‘zona’, o ‘puteiro’, o ‘brega’, seja qual for a denominação desses locais de sexo ‘fácil’, se consolidaria ainda hoje como um lugar de iniciação de ‘verdadeiros’ homens? Se levarmos em consideração os discursos dos atiradores diante de tal questão, tudo indica que sim.

Esses mecanismos, o jogo (sendo mais audacioso os esportes) e a ‘zona’, em certo plano, competem na legitimação de uma ordem sexual vigente, favorecendo a manutenção de um *status quo* que enquadre seus homens em funções e demarcações socialmente aceitas e esperadas. Para as mulheres ocorre justamente o contrário; por haver um rompimento diante de suas expectativas, a prática do esporte a conduziria a uma possível masculinização do corpo, dos

⁶⁵ Esses comentários foram feitos no momento que eles jogavam vôlei, num ritmo dinâmico de diálogos, o que dificultou a captação com maior precisão da conversa.

seus ‘modos’ de mulher, mas necessária para ser enquadrada pela norma vigente nesse processo. No caso da zona, é algo totalmente interdito. Não se encontra socialmente um homem ‘puto’, mas sim o ‘comedor’, sujeito que demonstra capacidade de conquista, potência e virilidade, símbolos de um ‘homem de verdade’.

Na tentativa de controle do comportamento, o TG recorre às punições com: ameaças de perdas de pontos, suspensão dos atiradores, desligamento da instituição, realização de tarefas domésticas na sede da instituição. Busca-se zelar pela ‘integridade’ de um espaço tido como um fabricante de homens para a sociedade, caracterizando como uma ‘razão de ser’ dentro de uma ordem maior na formação do jovem militar.

Enfim, é nesse espaço da domesticação e de disciplina do corpo e da mente que a ‘desordem’ e as ‘transgressões’ também se apresentam, se misturam e, conseqüentemente, se instauram, embora a vigília da conduta seja uma constante.

3.8 ENTRE O CIVIL E O MILITAR

A figura do homem presente nos discursos dos atiradores do Tiro-de-Guerra é fundamentada na dicotomia dos espaços civil e militar. A figura do homem civil é fortemente associada a uma vida de esbórnica, festas, bebidas e mulheres, o ‘pode tudo’. Neste sentido, manifesta-se uma vivência masculina sem limites, responsabilidades e obrigações, exceto consigo mesmo e com a busca de seus prazeres, existentes sobretudo na noite, própria de uma condição de ser jovem.

Segundo o atirador:

O civil, ele tem obrigação com ele mesmo, tem a liberdade para fazer outros certos tipos de coisas. Às vezes, colocar qualquer tipo de roupa, usar brinco, vamos supor muitos usam, certos tipos de coisas, tem mais liberdade... como alguns civis fazem, ir numa **feira** que quiser, fazer bagunça, **beber**, essas coisas assim, essas coisas de **embriaguez**, pegar

as **meninas**, tipo de coisa que o civil faz e tal (Atirador M, 19 anos, branco, CFC, universitário – grifos meu).

O homem civil e o homem militar, não que sejam diferentes, mas que podem ser diferentes. O civil pode seguir por um lado que quiser, ele tem livre espontânea vontade de fazer o que bem entende e às vezes o militar não tem, então militar tem um certo padrão, tem um certo tipo de disciplina a seguir (Atirador B, 19 anos, branco- grifos meu).

A vivência desses aspirantes homens, pelo menos em nível de discurso, está referendada por moldes tradicionais de masculinidade, conforme já evidenciado nas discussões anteriores. Esse é um aspecto que se apresenta de modo inquietante, ao pensarmos que muitos desses atributos/modelos acionados por eles foram ou estão sendo questionados e postos em xeque pelos próprios homens e por parte da sociedade civil organizada, reivindicando a diversidade social como um todo (seja ela de ordem social, sexual, étnica ou religiosa).

No confronto com essa realidade, tem-se a impressão que não houve avanços significativos nas conquistas dos direitos sexuais e, conseqüentemente, da socialização de homens e de mulheres. Assim, o que se torna evidente é que essas conquistas não foram assimiladas em âmbito nacional, mas por uma parte dela, principalmente os segmentos tidos como os mais ‘intelectualizados’ e ‘modernos’. Neste sentido, o recorte de classe, o caráter geográfico (cidade do interior) e uma cultura regionalizada e concebida como tradicional/religiosa, como é o caso da ‘cultura mineira’, são variáveis importantes e que precisam ser levadas em consideração no entendimento de tal vivência.

Quando se trata do homem militar, essa questão se acentua ainda mais. Seus atributos correspondem a adjetivos correlatos e afins, como: sérios, responsáveis, competentes, durões, destemidos e fortes. Portanto, a força e a postura corporal tornam-se elementos importantes na delimitação desse homem militar. Uma vivência que exige um sacrifício diário para o cumprimento de seu papel. Na narrativa dos atiradores, identifica-se uma perda anunciada de seus ‘privilégios’ de civil, associada à idéia de não ‘poder fazer tudo’ e apontada como um dos principais fatores para que não visualizassem para si a construção de uma carreira militar. A questão da conquista do ‘outro’, do sexo, torna-se

prioritária quando associada a um atributo pertencente tradicionalmente ao universo masculino.

A submissão masculina a uma ordem institucionalizada torna-se algo complexo, pois sujeitar-se a alguém, a uma hierarquia pode traduzir-se como um indício de enfraquecimento de masculinidade, uma perda de poder e supremacia. De forma simplificada: como lidar com a exigência e necessidade de ter homens na corporação, uma vez que ao serem submetidos a uma hierarquia ela os estaria enfraquecendo como homens, caçadores, guerreiros?

Em virtude desse paradoxo, é que a instituição casamento ocupa uma relativa importância nesse universo militar, traduzindo-se como sendo o coroamento diante de uma carreira bem-sucedida e a garantia de virilidade/masculinidade de seus homens, ‘protegendo-os’ de possíveis condutas desviantes e legitimando tal padrão de sujeito. No caso do homem civil, o casamento serviria para finalizar sua vida do ‘poder tudo’ e passar às responsabilidades. Nesse cenário, casar-se, constituir família e deixar descendência são aspectos referendados, presentes na vivência desses jovens atiradores, apresentando-se como o único momento que há uma similaridade/aproximação entre o homem militar e o civil.

A centralidade da família como eixo moral perpassa a vivência desses sujeitos, assinalando suas possibilidades e limites na sua condição de ser homem:

O homem militar tem obrigação com o Exército e algumas coisas da vida dele e ele tem que fazer... Tem que casar. Eu quero casar, quero ter o meu filho, quero construir minha família; faz parte da vida de um homem (Atirador M, 19 anos, branco, monitor, CFC).

Eu quero casar, é bom... Ter filhos também. Construir uma família, acho que é desejo de fazer isso de todo homem, sei lá... Muitas pessoas não querem, mas eu, por exemplo, quero, sei lá deixar alguém para cuidar de minhas terras das minhas coisas (Atirador C, 19 anos, pardo, evangélico).

No momento eu não pretendo casar, ter filhos não, mais é bom, ter tudo isso. Mas quero curtir minha vida primeiro, pretendo daqui uns dez anos construir minha família (Atirador Q, 19 anos, negro, membro da fanfarra).

A presença do casamento e da descendência como aspectos constitutivos da vivência masculina não é nenhuma novidade; a literatura que versa sobre essa temática já evidenciou isso. O contexto particular do TG traz como novidade a preferência pelo sexo da criança. Surpreendentemente, uma preferência não mais centrada na figura do menino, do macho; as meninas ganham importância e visibilidade. Porém, o que se almeja como ideal é ter um casal de filhos, uma típica idealização do modelo de família nuclear.

É instigante pensar o ‘peso’ dessa representação na vida dos sujeitos e na sua cristalização social. Apesar de a maioria dos entrevistados ser proveniente de famílias extensas, ou de outros arranjos não-convencionais, é este modelo que é referência ao se pensar em família e tê-la como projeto de vida e realização social.

Ao se reportarem à construção de uma representação de homem independentemente de sua condição de militar ou civil, a esfera moral é que é acionada, evidenciada pelo seu caráter, suas virtudes e suas atitudes.

Ele é uma pessoa responsável, sabe o que faz, tem consciência do amanhã. Ele sabe que pode fazer hoje e o que não pode fazer hoje, o que é essencial para ele hoje pode não ser essencial para ela amanhã, o amanhã que eu falo, pode ser daqui uns anos. **Tem muito homem, que diz que é homem, mas não é homem** cara. A pessoa que não é sincera consigo mesmo, uma Maria-vai-com-as-outras, isso não é homem, não tem atitudes próprias, não tem sua opinião própria. Saber conviver com todo mundo, casar, ter filhos, construir uma família (Atirador C, 19 anos, evangélico, membro da Fanfarra – grifos meu).

O cara tem que ter atitudes, ser honesto, cumprir com suas obrigações... Essas coisas, e, claro, gostar de mulher (risos!) (Atirador M, branco, monitor, 19 anos, universitário).

A racionalidade das atitudes e o controle do seu comportamento e de seus impulsos apresentam-se como um alvo que compete na configuração de um arquétipo de homem, no imaginário desses jovens. Neste sentido, a questão da orientação sexual e o desejo pelo sexo oposto mostraram-se como irrelevantes e pouco mencionado entre os fatores característicos para tal representação. A cerca disso, identificam-se duas hipóteses prováveis: a primeira delas seria uma sobreposição dos valores morais e das virtudes sobre a questão sexual, tornando-

a ‘irrelevante’ na socialização de homens. Vale lembrar que somos herdeiros de uma tradição moral cristã, conservadora e tradicional, em que a culpa tem sua centralidade diante das ações dos sujeitos, do sexo, das orientações sexuais, dentre outros.

Em segundo lugar, a não-recorrência explicita uma situação essencializada que não precisa ser reforçada na condição masculina, ou seja, o sujeito já nasceria submetido a uma equação: homem + mulher = filhos, não havendo possibilidade para contestação. Neste sentido, qualquer atitude tida como ‘desviante’ ao padrão hegemônico ‘borraria’ o conjunto de virtudes que o caracteriza e o propaga.

Enfim, pelo visto, o século XXI carrega consigo alguns dos pressupostos, das marcas e dos procedimentos que configuravam anteriormente a vivência de homens e mulheres e sua forma de estar no mundo em face da realidade apresentada, percebe-se que alguns desses indicadores ainda se mantêm cristalizados e passíveis de problematização, possibilitando a construção de novas diretrizes diante da vivência e das expectativas de homens e mulheres. Após a elucidação de toda uma trajetória imposta ao jovem numa vivência militar, é chegado o momento do capítulo final desta dissertação, no qual apresento os atiradores em quatro atos distintos e importantes no ambiente institucional, num compartilhar subjetivo na caserna.

CAPÍTULO 4

4. O JOVEM MILITAR EM QUATRO ATOS

4.1 O TABU DA AMIZADE: Uma masculinidade protegida

Uma sociedade que tem como princípios fundantes a estruturação e a consolidação de seus modelos hierárquicos e normativos de organização tende a proteger tudo aquilo que, por ventura, possa abalar os pilares que a sustenta. Nestes processos, produzem-se mecanismos mais ou menos sutis e coercitivos que atendam às suas expectativas de normatização.

Ao longo do tempo, inúmeros exemplos podem ser presenciados e, particularmente, encontrados na literatura. No plano das instituições destacam-se a família, as relações de parentesco, o casamento, as normas e os interditos sexuais e outros, como esferas que reforçam dada ordem social. Assim, manuais e normas de conduta foram e continuam sendo prescritos, demarcando o mundo masculino e o feminino e as formas como os sujeitos devem se posicionar frente a eles. Neste sentido, discussões contemporâneas têm contribuído em muito na revisão de categorias e campo institucionais, visto como dinâmicos, plurais e contextuais, promovendo uma nova ordem e um novo modo de conceber o masculino e o feminino e a elucidação de um novo paradigma.

No TG a preocupação com a norma e o controle das pulsões está presente de muitas formas. Os distanciamentos dos corpos e os modos ‘hierárquicos’ de se comportar ali dentro evidenciam tal premissa. Negar as emoções em favor de uma ‘razão’ é pertinente à experiência do jovem atirador,

conforme indica o Breviário de Conduta, adotado pela instituição, que diz: “colocar a razão acima dos instintos. Se o homem é um animal racional, **será tanto mais homem, quando mais for razão, e menos instinto**” (grifos meu).

Para além da construção de uma imagem de homem viril, esforçado e resignado, na interação dos jovens aparece presente um apelo à prática da camaradagem/amizade. Segundo o Decálogo do Soldado: “*O verdadeiro soldado: pratica a camaradagem, característica da vida na caserna*”. Neste sentido, a amizade transforma-se num elo que possibilita a esses jovens enfrentar os momentos de dificuldades e desânimos freqüentes no decorrer do Serviço Militar; um sentimento evocado diariamente por eles, como a mais valorosa de todas as conquistas obtidas ali:

No início eu estava vindo meio que obrigado... Depois eu passei a gostar, comecei a fazer amizade com o pessoal, aí passei a gostar (Atirador B, 19 anos, branco, CFC).

Olha, o que eu acho de melhor aqui, foi as amizades que eu acho que vou levar para a vida toda... Aprendi muita coisa assim, não me arrependo de ter feito, apesar de não ter sido voluntário (Atirador L, branco, 18 anos).

A amizade marca muito, todo mundo me conhece. Você conhece pessoas que você nunca viu assim, você passa a ter amizade, a gente aprende muita coisa também (Atirador K, branco, 18 anos).

Esse sentimento de camaradagem configura-se como um mote de socialização masculina nesse espaço. Mais ainda, evidencia uma necessidade elementar de construção de redes de pertencimento e laços sociais, uma vez que a trama dessas relações e sua intensidade estruturam-se de diversas formas. Dada a proximidade do lugar e das relações intensas vividas, os sujeitos constroem estratégias de aproximação, de entrosamento e de ‘contato’, interagindo em busca de sociabilidade e acolhimento, entre os outros; num encontro entre estranhos, mas entre ‘possíveis iguais’. Um campo relacional que exige enxergar, identificar, compreender e interpretar os outros, e a nós mesmos, numa situação cotidiana de convivência e, mesmo, de conflitos (GOUVEIA et al., 2004).

Essa extrema valorização da amizade concorre para uma possível harmonização dos conflitos, estabelecendo um clima de companheirismo e

confiança entre os jovens na caserna. Mas, ao questionar o grau de amizade e camaradagem compartilhado pelos jovens, este não se traduz numa consolidação imediata de confianças mútuas, capazes de proporcionar tal harmonia⁶⁶. Os conflitos continuam acontecendo, os estranhamentos recorrentes e as punições são inevitáveis. Afinal, o conflito se caracteriza como uma estratégia de identificação e de recusa, mas também de aproximação mútua.

É fato que o TG, a partir da amizade/camaradagem vivenciada, possibilita ao sujeito tecer redes de sociabilidade tanto interna quanto externamente. Entretanto, ainda que de maneira não-consciente, a manifestação desses sentimentos no universo militar formaliza-se como um protocolo institucional, sinalizado por um *ethos* peculiar compartilhado naquele espaço, promovendo um protótipo de amizade em que se busca normatizar as condutas e as vontades desses sujeitos confinados. Um ambiente que os ‘proteja’ e os ‘distancie’ de qualquer risco de conduta, principalmente se tratando de questões ligadas às vivências afetivo-sexuais.

Richard Miskolci (2004), em seu artigo denominado *A Vida como Obra de Arte*, retoma algumas reflexões de Foucault, argumentando sobre uma relação ‘íntima’ entre a amizade e a sexualidade. Uma relação que tem uma razão de ser e que fundamenta um ideal a ser perseguido e protegido socialmente.

O autor argumenta que:

Segundo Foucault, a questão da amizade é inextricavelmente ligada à homossexualidade, pois esta última emergiu como problema no século XIX porque a amizade havia desaparecido e surgira a espinhosa questão: **o que dois homens fazem quando estão juntos?** (cf. Foucault: 2004, p. 272-273). O temor era que praticassem sexo, algo que provavelmente ocorria anteriormente, mas que não era problematizado desde que os homens cumprissem a obrigação social de casar e procriar (2004:15 - grifos meu).

Para Miskolci, o ‘desaparecimento’ da amizade coincide com a emergência da homossexualidade, época em que também se dá o surgimento do esporte. “Assim, a questão sobre o que os homens fazem quando estão juntos não

⁶⁶ Ao compartilhar seus problemas, principalmente de foro mais íntimo, como anseios e sonhos, estes são divididos com seus amigos de maior convívio, geralmente aqueles consolidados na infância e, o que na sua maioria, não se faz presente no TG.

demorou a receber a resposta: praticam esporte, jogam futebol. É o fim da liberdade e da invenção, a normalização das relações masculinas e até mesmo de seus corpos” (MISKOLCI, 2004:16).

Nesse sentido, a ‘amizade’ e a intimidade entre homens têm sido evitadas e, em seu lugar, surgiram as atividades coletivas controladas, cujas condutas vão explicitar uma série de ‘riscos’ e ‘perigos’ resultantes dessa aproximação. Este aspecto lança algumas luzes sobre a questão da prática do TFM no TG, anteriormente problematizada. Provavelmente, a referida prática não funcione apenas como uma válvula de escape no que tange ao cumprimento do *script* masculino. Trata-se de um adestramento de corpos e, conseqüentemente, de desejos e de mentes. Em vista disso, Miskolci enfatiza que “*a sociedade normalizada extinguiu a amizade, a invenção individual reduziu as relações afetivas a formas institucionalizadas como o casamento*”(2004:16)⁶⁷. Certamente, essas formas de se conceber os sentimentos exercem constrangimentos à subjetividade das pessoas em suas redes de sociabilidade e interações mútuas.

Ao refletir o espaço do TG, partindo de uma exacerbação da amizade, nos deparamos também com a preocupação com a masculinidade desses jovens. Neste ambiente são estimuladas no sujeito e no grupo a produção e a reprodução de um modo determinado de se estabelecer o sentimento de amizade como um valor vital para a sua consolidação. Um sentimento institucionalizado que se aproxima de um valor ‘fraternal’, no qual as condutas e pulsões devem ser controladas por esse indicativo. Viver exclusivamente entre homens exige determinados ‘cuidados’, principalmente quanto à sua inclinação sexual, uma vez que o espaço militar é tido como formadores de ‘verdadeiros homens’.

⁶⁷ Centrada na questão da ‘institucionalização dos desejos’, podemos evidenciar outras formas de institucionalização além do esporte, como a proliferação da casas de swing, saunas, casa de massagem e outros espaços, que atendem a um público variado. Os freqüentadores(as), que mesmo adentrando num mundo clandestino dos desejos, não abandonam a ‘identidade’ que os legitima socialmente (seja como pai, mãe, filho(a), esposo(a), homem ou mulher), em grande parte devido ao anonimato cultivado neste ambiente. Penso que, apesar de serem espaços tidos como ‘liberais’, estes funcionem como sendo extremamente conservadores, justamente por permitir e determinar onde e quando estabelecer tais vivências e condutas sexuais. Além do mais, há a questão de ser financiado/pago.

O controle desses jovens está referendado num plano interno de suas emoções. Neste sentido a amizade, como valor, assumiria duas funções básicas: a primeira, um princípio agregador de sujeitos e de condutas e a segunda, como um interdito a esse compartilhamento, instaurando um determinado tipo de ‘tabu’ da amizade, tendo o intuito de proteger a masculinidade de supostos ‘perigos’ e ‘ameaças’ contínuas, representadas pelo outro, pelo olhar alheio, pelo toque, pelo despertar dos desejos. Aqui, mais do que uma ousadia, pensar algo que não seja dentro de uma esfera ‘moral’ legitimada se configuraria como sendo um ‘tabu’, um ‘pecado’.

Os limites da intimidade entre homens configuram-se como um processo extremamente complexo, pois os atributos impostos a eles os impossibilitam de um compartilhamento mais próximo/íntimo, como ocorre no plano feminino. Olhar, admirar, apalpar comporta muitos riscos à ‘consolidação’ da masculinidade e ao modo de se tornar homem. Na realidade etnográfica pesquisada, é possível visualizar tal episódio no exame médico⁶⁸, uma vez que a maioria dos jovens entrevistados relatou não lembrar direito como foi o procedimento, apenas enunciaram alguns testes físicos que realizaram. A grande maioria omitiu o fato de ficarem apenas de cuecas em grupo. Os poucos que revelaram esse acontecimento referiram-se de maneira breve, aparentemente sem atentar para aquela especificidade, um dado ‘sem’ importância. De forma curiosa, um dos momentos de aparente intimidade e aproximação dos corpos masculinos naquele espaço é entregue ao ‘esquecimento’, o que é muito significativo.

O processo de socialização masculina está positivado por demarcadores hegemônicos, ainda reféns de ‘velhos’ fantasmas; ao invés de contribuir para uma vivência plural, estimula-se um enquadramento de subjetividades, proliferando dificuldades e conflitos vivenciados pelos homens, em sua relação consigo, com seus ‘iguais’ e com as mulheres. Repensar os imperativos que indicam um modelo masculino torna-se fundamental e emergencial na

⁶⁸ Procedimento que são submetidos ainda no processo de seleção para entrada na corporação.

reelaboração de uma nova vivência de ser homem, livres de estereótipos, preconceitos e exclusão.

Enfim, de certo, os sentimentos foram regulados socialmente e a forma de vivenciá-los também. Resta ao sujeito ressignificá-los conforme seus interesses e projeções no mundo. Afinal, não existe apenas uma institucionalização dos corpos, mas das mentes e dos sentimentos, influenciando sua forma de ver e inserir no mundo. Contudo, o homem é mais do que um corpo e uma mente subjulgada, é um agente constituidor de relações.

4.2 OS GRANDES HERÓIS: ‘Velhos’ conhecidos

Segundo uma vasta literatura que discute a mídia, o consumo, a globalização e o desenvolvimento da imprensa e dos meios de comunicação de massa tem provocado uma verdadeira avalanche nas vidas dos sujeitos, estimulando e construindo desejos e sonhos, concorrendo para uma complexa fabricação de necessidades e subjetividades, promovidas, sobretudo, na e pela esfera do consumo. Neste bojo, muitos são os mitos criados, as ‘celebridades’ construídas e as propagadas. Esses ocupam a cena doméstica, facilitando a adesão de um grande público, tornando as crianças e os jovens seus maiores alvos.

Buscou-se investigar, a partir dos dados etnográficos, algumas referências que contribuíram ou contribuem na formação e vivência dos jovens que compõem esta pesquisa. Pessoas e, ou, personalidades que, de alguma forma, provocam sentimentos de admiração e espelhamento numa atitude louvável de um verdadeiro herói/heroína, com seus encantamentos, ensinamentos e vitórias. Enfim, personalidades que de algum modo representassem um exemplo de vida a ser seguido por eles.

Ao contrário do que tem sido veiculado na mídia em relação ao comportamento adolescente estereotipado (rebeldia, futilidade, desligado,

consumidor e outros), aqueles que compõem a turma de instrução/2004 do TG assumem características distintas. As vidas desses jovens estão fortemente referendadas pelo valor-família, centrado nas figuras dos pais, sobretudo nas figuras femininas, como das mães e das avós. Segundo Sarti, em seu trabalho com a população pobre de São Paulo: *“a família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de uma identidade social”* (SARTI, 2003: 52-53). Portanto, referir-se a ela é incidir sobre o modo como esses sujeitos vivenciam suas relações tanto no âmbito doméstico quanto do público. Esse reconhecimento aproxima-se dos diversos relatos, muitos deles emocionados, dos atiradores ao se referirem a seu grupo familiar e às figuras emblemáticas que referendam de alguma forma a sua vida, na sua maioria, de mulheres, mães solteiras ou viúvas e as avós.

Em relação à centralidade das avós, Gouveia (1997) argumenta que a figura da avó reúne de forma paradigmática dois marcadores sociais, gênero e geração. Por um lado, ela detém a memória do grupo familiar, um atributo fundamental no processo de transmissão e reprodução de dado *ethos* de classe, e por outro, atua como um reduto de moralidade, estruturador do mundo doméstico e da subjetividade de seus membros. Segundo a autora, ambas as características apresentam-se como comuns num universo relacional regido pela noção de hierarquia.

Ao perguntar aos atiradores sobre suas referências de vida, eles responderam:

Minha mãe. Porque, tipo assim, eu fui criado sem pai, sabe, e minha **mãe solteira** assim, eu não fui registrado em nome dele, nunca me ajudou em nada, e minha mãe, graças a Deus, tratou de mim, eu tenho uma outra irmã também, **sem depender de ninguém**, ela trabalha até hoje, eu, graças a Deus, trabalho e ajudo ela também, aí eu acho que ela é uma referência (Atirador Q, negro, 19 anos, membro da fanfarra – grifos meu).

Minha **avó**... Meu vô serviu a 2ª Guerra e tal, antes de acabar a guerra ele veio embora para cá. Passou uns três meses ele morreu de acidente. Minha avó teve 11 filhos, eu acho ela um exemplo, porque ela criou sozinha os 11 filhos, tipo assim, ela perdeu o marido cedo, nova, né!?

Não procurou arrumar um outro marido, arrumar uma outra pessoa, para ajudar a criar os filhos dela, ela sozinha dedicou a vida dela para os filhos, os onze filhos, criou eles todinho, até casarem todo mundo e tal, **dedicou à religião**, então minha avó é uma pessoa muito pura mesmo, um exemplo de vida. Ela seria a minha heroína. (Atirador B, 19 anos, branco, CFC – grifos meu).

Diante desses e de outros relatos, pode-se dizer que essas figuras tornam-se ‘visíveis’ e importantes num contexto e numa situação familiar particular, cujo foco foi por muito tempo centrado na figura do provedor familiar, do homem, do pai. Para tornar-se uma figura feminina notória num reduto de poder masculino, essas mulheres tiveram que superar a si mesmo, em uma época e realidade nada favoráveis a tais conquistas. Elas extrapolaram para além das funções e expectativas que eram esperadas, como a de mãe, esposa e avó; e cumpriram no seu limite.

Viver e experimentar os limites da vivência de suas funções implicaram também, e por isso são admiradas, a reclusão de sua sexualidade. São mulheres que trouxeram para si, para suas vidas, atributos e, conseqüentemente, representações do universo masculino, potencializando suas vivências como mulher e mãe, mais ou menos dependentes de um sistema simbólico de parentesco/família. Aqui, aspectos simbólicos se justapõem a outros de ordem pragmática, transcendendo ao plano dos negócios, do sustento de sua prole. Não se ousa falar que se trata de ‘mulheres feministas’. Ao contrário de uma denúncia da desigualdade e do reconhecimento de uma opressão de gênero, estava travando uma luta pela sobrevivência material e pela garantia da valorização familiar e de seus descendentes, ou melhor, ‘dos seus’, daquilo que lhes pertence, que lhes dá motivo de orgulho, alegria, naqueles em que pode e deve apostar por uma vida melhor (GOUVEIA, 1997).

A presença dessas mulheres de ‘fibra’ e o significado atribuído a elas também foram objetos de análise de Oliveira e Silva (1985), ao investigarem o estilo de vida de um grupo de mulheres ligadas a prendas domésticas, numa cidade do interior de Minas Gerais. Para além dessa questão, problematizam-se mulheres excepcionais, fortes socialmente, personagens históricas, assumindo uma perspectiva distanciada de suas biografias, entre eles está: Xica da Silva, D.

Joaquina do Pompeu , D. Beja e D. Tiburtina de Montes Claros, desconstruindo-se o mito em torno de uma pretensa ‘doçura feminina’ e uma inabilidade para gerenciar os negócios; estes vistos sempre como sendo pertencentes à capacidade masculina.

De acordo com Sarti, *“nos casos que as mulheres assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade e, efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de ‘chefe’ (de autoridade) e definir-se como tal”* (2003:67). Trata-se de mulheres que zelam pela integridade das famílias, mas também pelo seu patrimônio, gerenciando propriedades e negócios. Deste modo, não estamos nos referindo a qualquer mulher, mas aquelas que há muito tempo ficaram ocultadas atrás de seus homens e também da própria história brasileira, mulheres potencialmente ‘viris’.

Apesar do heroísmo exacerbado por essas mulheres de fibra, devem ser levados em consideração outros fatores extremamente relevantes e recorrentes nessas biografias femininas: a sua dramaticidade da experiência social e o preço que têm que pagar por serem diferentes e fugirem à norma vigente. Em muitas delas assiste-se a uma verdadeira sublimação em torno da sua vida afetiva e sexual. Na maioria das vezes, são mulheres que abdicam de uma vivência sexual, amorosa, afetiva e mesmo da juventude, em prol do cuidado e da atenção ao seu grupo familiar, secundarizando a experiência conjugal. Faz parte da socialização feminina, e é um dos seus objetivos primordiais a doação, uma educação voltada para o outro, sedimentada pelo argumento da maternidade. Nesse cenário que se desenha, a religião torna-se um instrumento fundamental de consolidação dessas identidades, podendo alimentar e reforçar tal opção. Provavelmente, estruturada numa suposta idéia de recompensa em um plano superior e divino pelos ‘sacrifícios’ que passaram na terra; sacrifícios que são transformados em virtudes (GOUVEIA, 2004).

Em uma outra vertente, para muitos atiradores a referência é o pai. Ainda que previsível, tem-se aqui algo muito curioso. Esses ‘pais heróis’ destacam-se para além de uma figura de provedor, exaltada e bem vista aos olhos dos filhos,

sinônimo de responsabilidade e bravura (aspecto pouco representativo nesse grupo), pois o que se apresentou mais enfático foi a presença de uma sentimentalidade representada pelo afeto e carinho à sua prole. O ‘chefe’ para além de garantir os recursos materiais, a proteção da família obtendo um determinado poder e respeito, passa também a incorporar uma experiência afetiva, por muito tempo tão caro à vivência da paternidade masculina. É interessante pensarmos que, se por um lado a mulher precisa se ‘masculinizar’ para assumir uma posição de destaque na família, o homem, por sua vez, faz o caminho inverso, seguindo os ‘preceitos’ femininos para obtenção para além do respeito, a admiração e o afeto dos seus filhos.

Ao se referir a seus heróis, os atiradores argumentam:

Meu pai. Porque meu pai é um cara **batalhador**, morava na roça e vinha estudar aqui na UFV, não chegou a concluir devido à própria dificuldade, mas sempre teve força de vontade e coragem... Venceu na vida, quero ser assim como ele, tô até fazendo agronomia também. Ele é um cara nobre (Atirador M, 19 anos, branco, universitário – grifos meu).

Ah! cara, meu pai. Porque ele é um **paizão** sabe? Sabe aquele tipo que brinca com você, conversa, um amigo mesmo? Então, meu pai é assim, a gente sai na rua, eu, ele e meu irmão, e o povo fala que ele é nosso irmão mais velho...(risos!) Ele sempre foi assim, **carinhoso com a agente**, talvez seja o fato de morar fora, essas coisas... Mas sem dúvida, meu pai é um **barato, temos uma relação prazerosa, ele nem parece que é meu pai, coisa que não é comum de se ver né?! (Atirador Y, moreno, 18 anos, universitário – grifos meu).**

Meu pai. Eu moro com meu pai, ele é separado de minha mãe, e a gente tem uma relação muito boa, de **companheiro** mesmo, se dá muito bem. Meu pai é um **amigo**, me dá **atenção** e **carinho**. Ele é muito preocupado comigo, às vezes enche até o saco (Atirador K, branco, 18 anos – grifos meu).

Nesse contexto, há um deslocamento das figuras masculinas e femininas de suas atribuições tradicionais, contribuindo na explicitação de novos modos de ‘experimental’ a vivência familiar e, conseqüentemente, a maternidade e paternidade. Problematizar possíveis mudanças e implicações dos marcos de gênero, não só na vivência de homens e mulheres, mas na sua própria condição de ser pai e mãe, torna-se imprescindível a partir do momento que põe em

evidência outros modos de se viver tais experiências e de estabelecer vínculos afetivos, contrapondo-se a um modelo instituído.

Segundo Sarti, *“entre as relações familiares, é sem dúvida a relação entre pais e filhos que estabelece o vínculo mais forte, onde as obrigações morais atuam de forma mais significativa”* (SARTI, 2003:72). Tendo a família como esse eixo moral e normativo, sentimentos como honra, moral, respeito e outros vão ser supervalorizados e, possivelmente, potencializados no comportamento e nas condutas desses sujeitos.

Enfim, os heróis e as heroínas que se fazem presentes na vivência dos jovens atiradores são antigos conhecidos e estão cada vez mais revigorados. Devido a essa proximidade, os heróis da ‘moda’, da mídia, foram aqui subsumidos por aqueles que experimentam uma vivência mais singular refletidas nas figuras das mães, dos pais e dos avós. A vivência desses jovens traz à cena personagens que até então pareciam não estar mais em evidência, devido ao intenso processo de produção de subjetividades que se vive hoje. Para eles a família constitui um bem moral, e seus heróis são detentores desse processo.

4.3 A FORMATURA: O dever cumprido

Passado o período correspondente aos 12 meses de ‘serviço prestado à Pátria’, chega então o dia tão esperado por todos: a formatura final. Momento em que pela última vez os jovens vão estar obrigatoriamente juntos, uniformizados, reproduzindo as posturas militares, para receber as honras de seus feitos de ‘homem’. Momento de deixar a breve vida militar e se incorporar novamente à vida civil, a seus afazeres, seus planos e sonhos, enfim, ao seu cotidiano cheio de exigências e deveres para quem ‘atingiu’ a maioridade. Neste trabalho, tal ato representa um ritual de passagem, apoiando-se nas reflexões de Arnold Van Gennep (1978); aqui o rito caracteriza-se não apenas uma passagem para vida adulta, um chamado às responsabilidades, mas a construção e consolidação de

verdadeiros arquétipos de homens, futuros provedores e sustentadores de um *status quo*, promovendo e legitimando determinado modelo hegemônico de forma de ser homem.

A esse respeito, Maria de Fátima Lopes destaca que “as sociedades/culturas utilizam-se de rituais para atualizar estruturas de poder, marcar fases da vida coletiva ou individual, transformando-os em mecanismos de análise do mundo social” (1995:275). Isso se evidencia ao pensarmos a relação Serviço Militar e Tiro-de-Guerra e, conseqüentemente, em torno de seus procedimentos institucionais e interacionais. Para os jovens e seus familiares a formatura expressa, além do dever cumprido, sua capacidade de persistência e de superação de desafios, caracterizando a emersão de um homem em lugar do ‘garoto’ que adentrou os portões do TG ao iniciar o ano.

A pontualidade é uma característica militar, e às 8 horas da manhã dá-se início à formatura. O TG estava movimentado, fugindo à sua rotina: carros, autoridades, pais e mães, amigos, anônimos e a imprensa fazem-se presentes na cerimônia. Fardas intactas, limpas, engomadas, coturnos brilhando, cara limpa, postura ereta; os soldados entram marchando com seus fuzis ao ombro, nos respectivos pelotões. Numa mesma ordem e seqüência, posiciona-se diante do palco⁶⁹ de cerimônia. Dada a posição de um ritual marcadamente exibicionista, o lugar escolhido para a realização da formatura não poderia ser outro, a não ser no centro da própria sede da instituição. Assim, a fanfarra⁷⁰ abre alas para o Batalhão.

Na manhã de formatura, o sol ainda está fraco, os atiradores permanecem em posição de sentido diante do palco. As famílias e os demais convidados posicionam-se da melhor forma, para registrar os atos da cerimônia, munidos com suas máquinas fotográficas: algumas são ainda de filmes convencionais, outras, em menor número, são máquinas digitais.

⁶⁹ Localizado ao centro do pátio um palanque permanente, coberto por ‘eternit’ e com um tablado ao fundo, na cor branca, traz imponentemente o brasão do TG.

⁷⁰ Os seus membros da fanfarra possuem detalhes diferenciados no fardamento: cadarço do coturno é branco, usam luvas e uma espécie de cachecol. também branco, envolto do pescoço.

O tocar da corneta anuncia que a formatura vai começar. Os atiradores posicionam-se em forma de sentido e o orador dá início à formatura. As autoridades presentes são convidadas a subir ao palco e assim a presidir, junto com os Sargentos, a comemoração, compondo a comissão de honra. Entre as autoridades está o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Viçosa, cujo valor simbólico rentabiliza o evento e, de certa forma, indica um sinal de pertencimento do próprio TG à Universidade, uma vez que sua área faz parte da UFV. Além do representante do prefeito municipal (diretor chefe do TG), uma vez que ele não pôde comparecer ao evento, o 1º Tenente Delegado do Serviço Militar de Viçosa, o Capitão e ex-chefe de instrução do TG, o 1º Tenente e o 2º Sargento da 97ª Companhia da Polícia Militar, bem como os indicados como amigos do TG, um total de três pessoas. Personalidades que de alguma forma competem a legitimação desse ritual.

O som da corneta indica, mais um procedimento a ser seguido. A tropa fica em posição de sentido; suas mãos batem fortes sobre suas pernas, produzindo um som visceral. A mando do 1º Sargento, o seu auxiliar (2º Sargento) posiciona-se na frente do Batalhão para apresentar a turma. Ao dar voz de comando, os atiradores ecoam alto e uníssono o seu grito de guerra, caracterizando o modo particular da vivência jovem naquela instituição:

Tiro-de-Guerra: ataca, massacra, impõe seu valor. Não tem medo da guerra, ao inimigo toca horror. Somos atiradores, nosso lema é vibração. Estamos sempre prontos, para cumprir qualquer missão. Brasil acima de tudo!

Um grito que traz em si um exacerbado amor à Pátria, vivido ao limite, superando o valor da própria vida e uma valorização de atributos imprescindíveis à vivência militar, como a coragem, a força e a subordinação, elementos que constituem e estrutura um *ethos* militar. Neste contexto, essas virtudes são dignas de verdadeiros homens/guerreiros, registradas em suas fichas individuais e exaltadas publicamente.

Ao som de marchas marciais, os atiradores porta-bandeiras conduzem suas respectivas bandeiras na frente da tropa, do Brasil ao meio, tendo ao lado direito a do Estado de Minas Gerais e à esquerda a do município. Os três jovens,

marchando a passos lentos, sincrônicos e contínuos, sendo resguardados por mais três atiradores, que também fazem parte do ritual (a retaguarda). Trazem em seus uniformes cintos brancos, luvas e um lenço ao pescoço, também da mesma cor, aspectos que os diferenciam dos demais. O som da corneta mistura-se aos cantos dos pássaros daquela manhã e ecoa mais uma voz de comando; momento em que as bandeiras são retiradas da cintura, onde são carregadas, e são abertas literalmente na frente do Batalhão. Nesse momento, em ordem de sentido e em uma só voz, fazem o juramento à Bandeira Nacional:

Incorporamos ao Exército Brasileiro nos seguintes termos: prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com atenção os irmãos de arma e com bondade e subordinados. E dedicar inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra e a integridade e as instituições defenderei, com o sacrifício da própria vida” (1º Sargento de instrução).

Para além de um sentimento de submissão, o juramento manifesta um legado moral de defesa de uma honra e de uma moralidade diretamente vinculado ao dever cívico e ao espírito de patriotismo. Uma idéia muito próxima de um modelo de masculinidade, no qual o sujeito, o tempo todo, é instigado a superar seus limites, a competir, a derrotar, a possuir, se preciso pela força. Sabe-se que jurar é uma forma de estabelecer contratos/acordos, empregar palavra. Teoricamente, ao empenhar a palavra o sujeito não poderá voltar atrás. De certa forma, isto manifesta um modo de estabelecer confiança e garantia de realização do que foi proposto. Dessa maneira, os atiradores estão se comprometendo perante o público, dispondo a sua vida em defesa da Pátria, quando assim ela o precisar. Uma verdadeira prova de masculinidade a ser encarada e assumida. Assim, com seus braços erguidos em posição de juramento, realiza-se o juramento.

Na vida civil também nos dispomos de juramentos diante de nossos relacionamentos pessoais e afetivos, principalmente quando se trata de questões delicadas e imprecisas. Esta é uma forma encontrada de lidarmos com o ‘outro’ e com suas expectativas e projeções. Quando se eleva o juramento ao universo militar, talvez a maior diferença esteja em impor ao sujeito uma situação extrema

de ‘empenhar’ sua própria vida diante da causa patriótica, o que não deixa de ser um controle sobre a subjetividade e a dinâmica da vida social.

Ao som do Hino Nacional, os atiradores, as autoridades, os pais, as mães e os demais convidados o entoam em voz alta. Em seguida, ao toque da corneta e da música instrumental, os atiradores, em fila indiana, vão marchando até o portão principal, dão meia-volta e saúdam as bandeiras posicionadas na sua frente, ‘batendo continência’. Aos poucos vão retornando à sua posição inicial, até que todo o Batalhão esteja completo outra vez⁷¹.

Pautado no regulamento do Tiro-de-Guerra, o orador da cerimônia convoca seus colegas promovidos a Graduação de Cabos da Reserva⁷² para serem condecorados com as medalhas de honra, entregues pelas autoridades presentes ao ritual. Esse é o momento que o TG apresenta seus melhores atiradores, como resultado do trabalho realizado durante toda instrução militar, uma recompensa pelo dever cumprido, uma referência, um modelo de verdadeiros homens, obedientes a uma hierarquia, presente não apenas nas disposições de poder dentro da instituição, mas também expressa no modo de agir consigo mesmo e com o outro.

Passado esse momento, os pais, as mães, os amigos e os padrinhos de formatura dos atiradores são convocados para entregar aos atiradores seus Certificados de Conclusão de Aproveitamento da Instrução Individual Básica de Formação de Combatentes da Força Territorial. Abraços, beijos, sorrisos e *flashes* se perdem e se misturam no meio da multidão. Aqueles condecorados com as medalhas mostram para seus amigos e familiares a recompensa pelo seu feito, por sua conquista. Portanto, não basta só ganhar, conquistar, é preciso também compartilhar publicamente a vitória com seus pares, investindo certa autoridade.

⁷¹ Aspecto significativo a ser mencionado é a presença do filho do 1º Sargento, ainda uma criança, devidamente fardada, participando dos procedimentos militares. De certa forma, exposto a uma dada realidade particular, que futuramente pode ter alguma ressonância em suas escolhas, de modo particular de vivência masculina e exemplo de vida.

⁷² Numa turma composta por 28 atiradores, pré-selecionados, os 12 primeiros são elevados a categoria de cabo por terem sido aprovados e classificados no curso preparatório de formação para esta formação específica.

Os atiradores cujas famílias e amigos não se fazem presentes ficam a ‘caçar’ de seus colegas no meio da multidão, quiçá buscando algum abraço anônimo, ou na esperança de que algum conhecido esteja ali. Quando não fazem tal movimento, agrupam-se e compartilham entre si o momento da confraternização do fim de um ciclo do Serviço Militar, ou mesmo o sentimento de não ter com quem compartilhar. É na solidariedade nos momentos mais difíceis que se descobrem os amigos e é nessa hora, tomados pela emoção, que eles exacerbam um dos preceitos da vida na caserna: a camaradagem.

A corneta anuncia o prosseguimento da cerimônia, e os atiradores com seus certificados, medalhas e boinas retornam aos seus devidos lugares no quadro da cerimônia. Em seguida, inicia-se o procedimento de exoneração do 1º Sargento, devido ao término do prazo de permanência do TG, um período de três anos. O referido Sargento, subindo num tablado quadricular de madeira, faz seu pronunciamento em voz alta e em bom tom, diante do Batalhão, empossando o 2º Sargento, que passa a ser promovido a 1º Sargento de Instrução do Tiro-de-Guerra de Viçosa. Feito os devidos procedimentos, o ex- 1º Sargento faz seu discurso de despedida da instituição.

Seu discurso é ético, agradecendo as parcerias que o ajudaram a administrar e consolidar a proposta do TG. Entre as palavras bem articuladas e elegantes destacam-se:

Gostaria de me dirigir aos monitores e atiradores da Turma de 2004 para lembrar que foram 40 semanas de convivência desde o início em 1º de março, quando os senhores adentravam os portões do nosso Tiro-de-Guerra, **receosos, amedrontados e bisonhos**, cheios de incertezas frente ao desconhecido, naquele momento em que iniciavam uma nova etapa em suas vidas. Durante o ano de instrução, muitas dificuldades foram sendo superadas. Aos poucos, uns foram se adaptando aos outros, devido às exigências da caserna. O horário rígido, as instruções de ordem unida, o treinamento físico militar, o tiro, nada foi obstáculo suficiente para impedir o progresso de cada um. As incertezas, o **receio**, o **medo** e a **bisonhice** do início foram dando lugar a um soldado **determinado, corajoso e conhecedor das lides da caserna**. Os **obstáculos** foram transpostos, um a um, com muita **fibra, garra e determinação** (1º Sargento de Instrução- grifos meu).

O discurso apresentado narra uma experiência atropelada por percalços e dificuldades, cuja ‘vitória’ está alicerçada em sentimentos que trazem em si

numa conotação de poder e expressividade: fibra, garra, determinação. Palavras que são corriqueiras na gramática social masculina. Há sempre uma conquista a ser alcançada, mesmo que ela esteja atrelada à dor e à superação, seja ela moral ou física; impressa no corpo ou na mente, o importante é a vitória obtida.

Para além dos sentimentos de superação, o discurso traz à cena um personagem emblemático na vivência da caserna, o *bisonho*. Para além desse, também há a figura do *mocorongo*, de mesma natureza. Essas duas figuras assumem diferentes configurações no espaço militar. Aqui o *bisonho* está representado pelo Sargento como uma imagem inferior do que seja o bom atirador, mas na interação dos atiradores também assumem outras representações:

Existe os mocorongos, aqueles caras que estão sempre fazendo as coisas erradas... (risos!!). Às vezes o sargento vai lá ensina alguma coisa um monte de vez, aí chega na hora de fazer lá, o cara faz errado, não aprende de jeito nenhum (Atirador M, 19 anos, branco, monitor, CFC, universitário).

Mocorongo, bisonho, é o lerdinho da turma né?! é aquele que não cumpre as ordens. O sargento manda, o cara não faz, qual a primeira palavra que vem à cabeça? Você é um mocorongo!!! Sacou? Então o sargento pede, e ele não consegue fazer, você é uma mocorongo rapaz!!! Entendeu? Ele já me chamou muitas vezes. Porque, como eu faço parte do grêmio⁷³ né, tô aqui para isso... Então no final do mês todo mundo tem que lá prestar conta, como o restante dos mocorongos não pagam, quem leva a culpa na hora do acerto de contas sou eu né! (Atirador C, 19 anos, pardo, evangélico, membro da fanfarra).

Ser *bisonho* ou *mocorongo* é posicionar-se numa situação desconfortável e de menor prestígio dentro do Batalhão. Ao primeiro compete uma representação de um sujeito não dotado de habilidades, inexperiente na vida militar. O segundo, o *mocorongo*, geralmente é determinado como sendo aquele sujeito ‘caipira’, que não domina os códigos urbanos. A essas duas figuras atribui-se um baixo *status*, e por essa razão os atiradores não querem ser identificados como tal, embora isso nem sempre dependa exclusivamente de sua vontade. Estes são exemplos do que os atiradores não devem ser, figuras que de

⁷³ Os atiradores que participam do grêmio têm de pagar uma mensalidade de R\$ 5,00. Esse dinheiro é revestido para as atividades realizadas no próprio TG, como a formatura.

certa forma desempenham uma função coercitiva e normativa para o estabelecimento e a reificação de um padrão único a ser seguido. É nesse momento também que o TG evidencia sua doutrina e o efeito de sua doutrinação, convertendo esses personagens em atiradores ‘nobres’ e de ‘prestígios’.

Ao término do discurso, o Sargento ecoa o grito de guerra, sendo seguido pelos atiradores que atendem prontamente ao comando. Em seguida é lido o *curriculum* do novo Sargento empossado, uma tentativa de evidenciar publicamente sua competência, que a partir da presente data assume o posto de 1º Sargento; os dois batem continência e a cerimônia prossegue. Dando continuidade ao ritual, o orador da formatura é convocado fazer a homenagem em nome dos seus colegas atiradores. Eis as palavras do orador⁷⁴:

No dia 1º de março de 2004, demos entrada nesta Instituição Militar. Éramos 100 jovens temerosos por entrar em um ambiente desconhecido, mas, ainda assim, dispostos e orgulhosos por estarmos nos tornando representantes de uma Instituição que conta com a **admiração de todos**. No princípio, pensávamos que o ano seria longo.

No entanto, graças ao **apoio dos instrutores, familiares e amigos**, o tempo passou muito mais rápido do que pensávamos. Temos de reconhecer, agora, que foi muito mais fácil do que pensávamos inicialmente. A **tarefa aparentemente pesada, do início, foi se tornando cada vez mais leve e prazerosa**.

Com o passar do tempo e após as várias instruções recebidas, fomos adquirindo **autocontrole, confiança e responsabilidade**, dentre outros atributos. Nesta **escola de cidadania e civismo**, nos deparamos com situações jamais vividas antes. Aqui, tivemos a oportunidade de **aprender uma série de coisas importantes**. Tivemos uma boa noção sobre primeiros-socorros, combate a incêndios e Ordem Unida. Porém, o mais importante foi termos **tornados cidadãos mais bem preparados, não somente para a vida militar, mas para a vida em geral**. Aprendemos sobre **a importância do nosso país e que devemos trabalhar juntos para torná-lo cada vez melhor, respeitando e defendendo os direitos da população**.

Com o término do ano de instrução, a turma de atiradores de 2004 encerra as suas atividades no TG, mas esse fato não representa apenas o final de uma jornada, **mas representa, também, o início de uma história de grandes amizades**, pois hoje temos a certeza de que, após as várias experiências compartilhadas juntos, nos tornamos eternos amigos, pois teremos, em comum, sempre a lembrança dos momentos

⁷⁴ A escolha do orador da turma foi do 1º Sargento. Convém ressaltar que o atirador escolhido desenvolvia atividades administrativas na sede do TG, fato que pode ter influenciado os critérios de indicação dessa função.

felizes passados, momentos esses que, sabemos, jamais voltarão. A partir de agora, podemos dizer orgulhosos, fizemos parte do TG 04-027, **fizemos parte do Exército Brasileiro e mais orgulhosos ainda fizemos a nossa parte e finalmente, missão cumprida.** Obrigado! (Atirador F, 19 anos, branco, monitor – grifos meu).

Como visto, o atirador relembra os momentos vividos pela turma desde a entrada na caserna, e suas expectativas e inseguranças. Ressalta o patriotismo ali encontrado e vivido, além dos feitos e das amizades construídas. Enfim, despediram-se de uma fase de suas vidas, que consideram importantes e significativas, marcando a mudança de estatuto social, o início de um novo tempo a ser vivido, novas conquistas e responsabilidades encaradas e experimentadas. O jovem rapaz cresceu e cedeu lugar ao jovem homem, um homem honrado e cidadão.

Os discursos do Sargento e do orador da formatura têm em comum a imparcialidade das emoções. Embora as palavras expressem sentimentos emotivos, suas expressões são sérias, elucidando um possível controle de suas emoções; afinal, nesse ambiente ‘fragilidades’ não são bem vistas.

Chegando ao fim do ritual, o orador da cerimônia agradece a participação de todos que contribuíram para a realização de mais um ano de trabalho e dedicação à causa militar, e dá-se como encerrada a formatura. Logo em seguida, o 1º Sargento agradece mais uma vez a presença de todos e faz a distribuição do primeiro exemplar da revista do TG. Momento que os atiradores ficam ansiosos para se verem nas fotos estampadas nas páginas da mesma. Ao som do último grito de guerra, o céu se encobre de boinas verdes jogadas ao alto, como fruto da euforia dos atiradores. Estes assim o fazem na sua despedida do Serviço Militar e correm para os braços de seus pais, parentes e amigos, recebendo os aplausos de todos pelo dever cumprido de modo geral. Terminado esse ato formal, tem-se a preparação do último ato - o baile – apresentado a seguir.

4.4. O BAILE: Uma comemoração para ‘gente grande’

A cerimônia de formatura chega a seu ápice com a realização de um baile⁷⁵. As mesas cobertas por toalhas brancas e azuis turquesa, repletas de taças e pratos, estão à espera dos convidados, dando um certo *glamour* à festa. O baile foi realizado na Associação de ex-alunos da UFV, fora do Tiro-de-Guerra. Sua finalidade era celebrar tanto a transferência de um dos sargentos quanto a própria formatura dos atiradores.

A maioria dos atiradores apresentava-se com roupas estilo ‘social-esporte’⁷⁶, mas alguns ainda traziam consigo, de algum modo, símbolos de pertencimento à instituição TG⁷⁷. A presença dos familiares não foi algo tão enfática, quanto do primeiro momento do ritual. Nesse momento, as namoradas, os colegas e os amigos tiveram maior participação.

O baile se traduz como um momento de trocas simbólicas, tanto de reconhecimento e congratulações pelos esforços empenhados pelos atiradores e pelos sargentos no desempenhar de suas atividades, quanto no compartilhar de afetividade, num clima de despedida e confraternização proporcionada pelo encerramento do Serviço Militar. Uma situação que representa o fechamento de um ciclo para que um outro possa iniciar-se, tanto na vida dos próprios jovens, quanto dos sargentos.

A partir desse ritual de saída, convém ressaltar três aspectos extremamente relevantes: no primeiro momento, ele se apresenta como um ritual de caráter mais ‘conservador’ (a formatura), ligado a uma imagem de preceito moral, honra e civismo, tendo o espaço do TG como palco para sua ritualização e delimitação do universo militar e do civil. No segundo, corresponde ao baile (um momento de ‘desordem’, dos ‘excessos’, da ‘liberação’), assumindo um caráter mais ‘liberal’, distanciando de uma esfera formal e institucionalizada da vida na

⁷⁵ É característico no Estado de Minas Gerais a maioria das festas receber a denominação de baile.

⁷⁶ Geralmente, calça de brim, jeans e camisa de botões. Uma vestimenta mais descontraída e informal.

⁷⁷ Principalmente, os blusões que faziam parte do uniforme de frio.

caserna. Desse modo, explicita-se uma demarcação de dois espaços num mesmo ciclo, mas com estatutos diferenciados.

O terceiro aspecto salientado é que a festa constitui-se como um feito para gente ‘grande’. O primeiro sinal é o consumo de bebida alcoólica (cerveja), fazendo parte pela primeira vez das comemorações daquele universo, antes apenas refrigerantes faziam parte do cardápio, além da presença da música e da dança. Aspectos que se traduzem como uma evidência de que os atiradores agora já são capazes de controlar seus desejos e suas atitudes, indicando também o momento em que eles já ‘viraram homens’. Reforçando essa idéia tem-se a presença feminina, como símbolo de suas conquistas e virilidade. Esta presença implica uma auto-afirmação de si e de sua masculinidade e frente ao outro.

A festa teve como orador principal o 1º Sargento, que além da mensagem final condecorou algumas autoridades com o certificado de Amigo do Tiro-de-Guerra. Entre eles o pastor da Igreja Presbiteriana, que fez a celebração do culto na igreja local, comemorando o encerramento das atividades do TG. Após essa sessão mais solene foi passado no telão, colocado na frente das mesas no salão, um filme contendo imagens das atividades e dos eventos desenvolvidos durante o Serviço Militar. Momentos de grande euforia e de risos por parte dos atiradores, ao verem seus feitos e os de seus colegas no telão; uma completa auto-representação de si, perante ele mesmo e seus companheiros, de força, competitividade e conquistas. Finalmente, foi feito o sorteio de brindes entre os atiradores, pelo dever cumprido.

O ‘banquete’ foi servido, os alimentos e as bebidas degustados, restando a dança para animar a festa. Agora, as pessoas tomam seus pares e adentram no salão. Tudo é devidamente registrado pelas câmeras fotográficas, cujas fotos vão contar um tempo e um momento da vida que serão apropriados e ressignificados por esses jovens de diferentes modos, a partir de suas convicções e expectativas diversas, mas acima de tudo trarão à memória uma história de socialização de ‘homens’.

Desse modo, o rito de passagem chega ao fim, refletindo não apenas uma socialização de homens, mas também a garantia de uma legitimidade de normas e

instituições que tendem a reforçar, valorizar, reproduzir e dar estatuto a modelos, em sua maioria hegemônicos, na construção do processo de sociabilidade de homens e mulheres em relações consigo mesmo, com o outro, com sociedade e vice-versa.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, esta pesquisa reflete sobre o processo de construção de uma masculinidade sob dois prismas principais: o primeiro a partir de um padrão definido e referendado pelo modelo militar, com suas normas e hierarquias. O segundo, interpretando a experiência do Serviço Militar obrigatório como um ritual de passagem para entrada na vida adulta pelos jovens (um momento de aquisição de ‘certas’ condutas de homem). Conhecer esse processo foi imprescindível e rentável, do ponto de vista da reflexão, por evidenciar a complexidade de um campo ainda emergente na questão de gênero.

Conforme se procurou enfatizar ao longo deste trabalho, refletir sobre a masculinidade(s) consiste em desnaturalizar um conjunto de processos de socialização de homens (e, em termos comparativos e relacionais com as mulheres). É adentrar num universo de construções simbólicas, de histórias de vida, das relações sociais como um todo. Um fenômeno sutil e complexo não se restringe a aspectos essencialistas. Trata-se de um processo que incorpora um corpo de premissas importantes que fazem parte da vivência de cada sujeito. “*O masculino, enquanto verdade e modelo, vem sofrendo sucessivas relativizações, chegando a ser um recurso de linguagem utilizado no cotidiano para sinalizar algum tipo de jogo estabelecido entre iguais. Como categoria universalizante e totalizadora, está sem sentido*” (NOLASCO, 1995:27).

Enveredando nesta questão, sabe-se que o significado de ser homem ultrapassa a idéia de um sujeito ‘autônomo’, senhor de si. Neste sentido sua subjetividade e, conseqüentemente, seu modo de estar e se sentir no mundo vão ser ‘negociados’ em suas redes de sociabilidade e grupo de referência. Portanto, alguns aspectos tornam-se, de igual forma, relevantes para o entendimento dessa

experiência masculina, como posição de classe, de crença, cor e, principalmente, de geração.

Em se tratando desde último aspecto, quanto mais o sujeito avançar na escala etária, possivelmente mais complexa tornará sua vivência como homem. E é nessa investigação que futuros esforços serão empenhados, buscando novas possibilidades de análise inscritas no modo de conceber socialmente a masculinidade, principalmente partindo de uma vivência homoafetiva. Embora esta pesquisa não tenha contemplado plenamente todas os marcadores sociais anteriormente apontados, investiu-se numa reflexão a partir de uma perspectiva de gênero, devido à necessidade de estudos sobre o universo militar que contemple tal abordagem teórica.

Em se tratando da especificidade do Exército, Norbert Elias (1997) argumenta que esta instituição é responsável pela formação dos ‘homens’ em nossa sociedade. É muito provável que o TG consolida-se como um destes espaços da ordem e da hierarquia para a construção de futuros homens/cidadãos, um lugar de aquisição de capacidades para assegurar a entrada do jovem no ‘mundo dos homens’, ditando e delimitando práticas e comportamentos na vida cotidiana. Junta-se a isto um aspecto curioso, particular à realidade etnográfica investigada; o TG apresentou para os atiradores a possibilidade de se obter visibilidade, adquirir *status* ainda que por um período temporário, de torná-los ‘importantes’ e ‘reconhecidos’ socialmente, um modo de ter aceitação/acolhimento social, um lugar de pertencimento e de ‘possíveis’ equilíbrios das suas diferenças. Um espaço que lhes garantiu a aquisição de uma ‘identidade’ que os qualifica e os legitimam como homens e ‘cidadãos’, uma imagem positiva ‘de si’ e ‘para si’ (GOUVEIA, 2003), articulando aspectos geracionais e posição de classe.

As premissas constituidoras de uma ‘identidade’ do jovem homem submetido a uma experiência militar estavam fortemente ancoradas em valores como: do respeito à família, de princípios morais, de honra e de camaradagem, aspectos estruturantes daquele universo. De certa forma, o reduto da sexualidade continua sendo tabu, submetido a um silenciamento, manifestado tanto em nível

coletivo quanto individual. Mas um ‘silêncio que fala’, expresso nas ‘brincadeiras’ jocosas, nas atividades físicas, no contato ou distanciamento mútuo que ali se estabelece. Percebe-se que muitos dos valores nativos apresentados pelos atiradores trazem consigo uma carga moral muito forte, provavelmente, herdada de sua socialização primária, muitos deles transmutados e revestidos de novos significados, adquiridos no espaço militar. Mesmo que tenham havido significativos avanços e transformações no modo como hoje concebemos as relações sociais, seja entre sujeitos e sujeitos e, ou, os sujeitos e a sociedade, muitos aspectos ainda permanecem cristalizados na socialização de homens e, possivelmente, de mulheres, principalmente os ligados ao reduto moral e afetivo-sexual.

No contexto brasileiro, recai historicamente uma carga pejorativa sobre a instituição militar, o que não é novidade. Muitas vezes essa prerrogativa incita discursos naturalizados e preconceituosos, um exemplo disso são as questões relacionadas ao controle e à vigília da sexualidade, punição às ‘más’ condutas e outras. Não se desconsidera tal pressuposto, mas trata-se também de potencializar outros aspectos compartilhados no espaço militar, passível de múltiplos olhares e inquietações que precisam ser atentados e problematizados, inclusive a própria idéia de ‘vigiar’ e ‘punir’ (FOUCAULT, 1984) que caracteristicamente lhe é atribuído. Certamente, o exercício reflexivo, dentro e fora da academia, é uma constante, onde sentidos e representações são dinamicamente revitalizados, pelo momento histórico, político e socioeconômico e pelos próprios sujeitos. Assim, repensar o lugar das instituições como um todo nesse novo contexto possibilita repensar a própria vivência do sujeito, como modelador e construtor de relações. Por isso mesmo, refletir em torno de um ambiente, neste caso o TG, que evoca e exalta sentimentos como honestidade, responsabilidade, reciprocidade, honra, numa época de crise de valores, merece particular atenção.

Se por um lado, ao construir/socializar ‘verdadeiros homens’ e ‘cidadãos’, o TG contribui para a manutenção de um *status quo* de um modelo sexual hegemônico, eminentemente promotor de hierarquias, dicotomias e

desigualdades tanto do plano da experiência quanto representacional na condição de gênero, por outro, favorece a construção de um corpo de valores/sentimentos tidos como fundamentais e nobres no contrato social que organiza a vida em sociedade e, conseqüentemente, promove a harmonia social.

Problematizar esse espaço é desnudar novas possibilidades de se pensar a masculinidade(s) em seus múltiplos sentidos e instituições. Sem dúvida, uma das maiores dificuldades encontradas nesta pesquisa refere-se à dinâmica relacional própria àquele ambiente, onde o controle e a disciplina, que o definem e o caracterizam, tendem a alcançar as disposições do pesquisador em campo e a explicitar a sua condição de estrangeiro na caserna, elucidando um *ethos* militar. O que se transformou num dado significativo para entender aquela realidade particular.

Enfim, problematizar uma determinada construção de masculinidade é rever ‘velhos’ pressupostos essencialistas de conduta que regulamentam a vivência de homens e, relacionalmente, a de mulheres. Tanto na esfera acadêmica quanto na esfera político-social, tal problematização promove novos indicadores na construção e garantia por livre expressão de direitos e a tentativa de buscar encontrar novas correlações entre estruturas e dispositivos de poder que determinam a vivência de homens e mulheres.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 1ª reimpressão. Campinas: PAPIRUS, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *As forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In. BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio; CAMPOS, Moacy; FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização – III: O Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930)**. 2 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Difusão Editorial S. A., 1978.

_____. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In. **Coleção Temas Brasileiros - Seminário Internacional: A Revolução de 30**. V. 54. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1980.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortes, 1995.

CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no Séc. XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CONNEL, Robert W. *Políticas da Masculinidade*. In: **Educação e Realidade**. 20(2): 185-206, julho/dezembro, 1995.

COSTA, Rosely Gomes. *De clonagens e de paternidades: As encruzilhadas do gênero*. In. **Trajetória do Gênero-masculinidades**. BESSA, Karla Adriana Martins (org), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Campinas - SP: Cadernos Pagu (11) 1998.

DAMATTA, Roberto. *O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological Blues”*. In. **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

DUARTE, Luiz Fernando. **Da vida nervosa nas classes populares urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRY, Peter. Para Inglês Ver: **Identidade e Política na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1991.

GOUVEIA, Patrícia Fernanda. *‘Mulheres – comunitárias, personae- viajantes. Classe, gênero, identidade e participação popular’*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2003. Tese de doutorado.

_____. **‘Grupos Populares e ‘Valor-família’**: classe, gênero e subjetividade. *No prelo*.

_____ & LOPES, Maria de Fátima. **‘Revisitando o Método: categorias e dinâmicas no trabalho de campo’**. Artigo no prelo junto à revista OIKOS/março 2005.

_____, LOPES, Maria de Fátima & BATISTA, Alexandro Borges. **‘Em que espelho encontrei meu corpo?’**: um estilo de ser jovem. Artigo no prelo junto à revista OIKOS/março 2005.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, São Paulo: 2004. (original inglês).

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é Par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza & BRANDÃO, Elaine Reis. **Sexualidade** – o olhar das Ciências Sociais. Organizado por: M. L. Heilborn, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas-** a evolução do traje moderno. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 1996 Gênero Plural.

KIMMEL, Michael. *A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.* In. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 4, outubro de 1998.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo** – corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, Maria de Fátima. **O sorriso da Paineira:** construção de gênero em universidade rural. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 1995. Tese de doutoramento.

LURIE, Alison. **A Linguagem das Roupas.** Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, Sônia Missagia de. *Visão Antropológica: Repensando Gênero.* In. **Mulher cinco séculos de desenvolvimento da América.** Auad, Sivin Sylvia N. Von Atzingen – Venturoli. Capt. Brasil – Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREA/MG – Centro Universitário Milton Paiva, IA/MG, 1999.

MENDES, Juliana Cavilha. **História de Quartel:** Um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa. Florianópolis: UFSC, 2004. Dissertação de Mestrado.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.* In. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MISKOLCI, Richard. **A Vida como Obra de Arte.** São Paulo: Mimeo, 2004.

MONTEIRO, Gilson. **A Metalinguagem das Roupas.** Disponível: www.Bocc.ubi.pt acessado em 08 de fevereiro de 2005.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando gênero.* In. **Estudos Feministas,** vol. 8, n. 2, CFH/CCE/UFSC. Florianópolis: 2000.

NOLASCO, Sócrates. **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOTÍCIAS DO EMFA. **Tiro-de-Guerra: Escolas de Civismo**. Nº 126. Brasília: Maio/1998.

OLIVEIRA E SILVA, Alice Inês de. **Rendas, Babados, Bilros e Crochês: A construção Social da Mulher de Prendas Domésticas**. São Paulo: UNICAMP, 1985. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

_____. **Discursos sobre a masculinidade**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 6, nº 01, 1998 (Dossiê Masculinidade).

PARKER, Richard G. **Corpos, Prazeres e Paixões- a cultura sexual no Brasil contemporâneo**; trad. Maria Terezinha M. Cavallari. 2 ed. São Paulo: Best Seller, 1991.

PISCITELLI, Adriana. *Reflexões em torno do gênero e feminismo*. In: COSTA, Cláudia L. e Simone P. Schmidt (orgs). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

RIAL, Carmem Sílvia Moraes. *Rúgbi e Judô: esporte e masculinidade*. In. **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinariedade**. Org. Joana Maria Pedro e Míriam Pillar Grossi. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: Um Estudo sobre a Moral dos Pobres**. 2 ed Revista. São Paulo: Cortez, 2003.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós**. Pesquisa de campo: uma criança no mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SENA, Davis Ribeiro. **Exército Brasileiro: ontem, hoje e sempre**. Brasília: [s.n.], 2000.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise histórica*: In. **Revista Educação e Realidade**, n. 2, vol. 15. Porto Alegre: 1995.

VALE DE ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VAN GENEPP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. **O Nativo Relativo**. *Mana*. [online]. Abril, 2002, vol. 8, no. 1 [citado 15 Fevereiro 2005], p.113-148. <Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo>>

WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a Sexualidade*. In. LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado – Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica,1999.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA

Viçosa, 18 de Junho de 2004

Ao Sargento Jorge Augusto Guterres de Castro
DD Comandante do Tiro-de-Guerra
Viçosa - MG

Prezado Sr^o

Desejamos desenvolver um trabalho de pesquisa acadêmica sobre juventude masculina em ambiente militar, ambiente onde é construída uma vivência plena de cidadania. Para isso, esperamos estabelecer uma parceria junto ao Tiro-de-Guerra dessa cidade para sua realização.

Esse trabalho toma como referência uma tradição consagrada em pesquisa qualitativa de observação direta dos sujeitos pesquisados. Os procedimentos metodológicos de coleta e construção de dados serão realizados a partir do acompanhamento das atividades diárias, entrevistas e questionário, visando apreender seu modo de se ver, estar e se sentir no mundo.

A condução dos procedimentos de pesquisa ficará à cargo do estudante de Pós-graduação/UFV Alexandre Borges Batista, sob orientação de um comitê de pesquisa composto por doutores da Universidade e presidido por mim.

Contamos com atenção e a receptividade à nossa proposta, já que também faz parte da agenda institucional do Tiro-de-Guerra, participar de ações/parcerias comunitárias que visem o bem comum. Creio que todos tenham a ganhar com essa parceria, pois formalizam-se novos caminhos numa tentativa, cada vez maior, de aproximação entre a sociedade civil e o saber institucionalizado, aqui representado pela UFV.

Com os nossos agradecimentos.

Atenciosamente

Maria de Fátima Lopes
Prof^a Dr^a da Universidade Federal de Viçosa

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1)- Trajetória dos atores sociais antes de entrar para o TG:

- * Como era sua vida antes de entrar no TG?
- * Você pode me falar um pouco sobre sua vida em família?
- * Como é você com seus amigos?
- * O que gosta de fazer diariamente?

2)- Lugar do TG na trajetória dos atiradores:

- * Você pode me contar como foi o seu processo de admissão no Tiro de Guerra?
- * Como você vê o TG?
- * Como você se sente servindo o Tiro de Guerra?
- * Tem alguma coisa que mudaria no TG?

3)-Posição do Tiro-de-Guerra para o atirador:

- * Qual a função que desempenha aqui?
- * O que você tem a dizer sobre a disciplina a que são submetidos no TG?

4)- Expectativa ao tempo vivido nesta instituição:

- * Como é viver aqui?
- * Tem alguma dificuldade?

5)- Representação do universo militar para os jovens:

- * O que você acha necessário para ser um atirador?
- * Existe “bom” e “mal” atirador?
- * Na sua opinião o TG é só lugar de homem?
- * Como você vê o homem militar?

6)- Possibilidades de construção da Honra no espaço militar:

- * Tem alguma coisa que te ofende aqui no TG?
- * Como é sua relação com seus colegas atiradores?
- * Você tem alguma situação engraçada e/ou embaraçosa daqui que quer me contar?
- * O que ‘mancharia’, ‘estragaria’ as relações aqui dentro do TG?
- * Em relação aos sentimentos, os valores, o que você pode dizer que aprendeu aqui?
- * Já cometeu alguma falta no TG? Já foi punido?
- * Em quem você conta aqui no TG? E fora daqui?

7)- Possibilidades futuras na vida dos atiradores:

- * Você pretende seguir carreira militar?
- * Já fez algum curso, concurso militar?

8)- Perspectivas pessoais dos atiradores?

- * Existe algo que queria muito realizar em sua vida?
- * Qual a maior prioridade de sua vida?
- * Você tem algum herói?

QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO – NOME- APELIDO:

2. IDADE:

3. SEXO:

4. AUTOCLASSIFICAÇÃO: () Branco () Negro () Pardo ()
Outro_____

5. ESCOLARIDADE:

() Ensino Fundamental COMPLETO (1^a a 4^a série)

() Ensino Fundamental INCOMPLETO

() Ensino Fundamental COMPLETO (5^a a 8^a série)

() Ensino Fundamental INCOMPLETO

() Ensino Médio COMPLETO (1^a a 3^a ano)

() Ensino Médio INCOMPLETO

() Ensino Superior COMPLETO-

Qual?_____

() Ensino Superior INCOMPLETO-

Qual/_____

() Nenhum

6. PAIS: ESCOLARIDADE:

6.1. MÃE:

() Ensino Fundamental COMPLETO (1^a a 4^a série)

() Ensino Fundamental INCOMPLETO

() Ensino Fundamental COMPLETO (5^a a 8^a série)

() Ensino Fundamental INCOMPLETO

() Ensino Médio COMPLETO (1^a a 3^a ano)

() Ensino Médio INCOMPLETO

() Ensino Superior COMPLETO-

Qual?_____

() Ensino Superior INCOMPLETO-

Qual?_____

() Nenhum

6.2. PAI:

() Ensino Fundamental COMPLETO (1^a a 4^a série)

() Ensino Fundamental INCOMPLETO

() Ensino Fundamental COMPLETO (5^a a 8^a série)

() Ensino Fundamental INCOMPLETO

() Ensino Médio COMPLETO (1^a a 3^a ano)

() Ensino Médio INCOMPLETO

() Ensino Superior COMPLETO -

Qual?_____

Ensino Superior INCOMPLETO –
Qual? _____
 Nenhum

7. ESCOLA: Escola Pública Escola Particular Escola Filantrópica
 Faculdade Pública Faculdade Particular

8. ESTADO CIVIL: Solteiro Casado Viúvo Outros.
Qual/_____

9. FILHOS: Sim Não Em gestação

10. PROFISSÃO: Sim Não Se sim,
Qual?_____

11. TRABALHO:

- Estudante
- Não trabalho
- Trabalho eventual
- Trabalho formal (com carteira assinada)
- Trabalho informal (sem carteira assinada)
- Trabalha com a família, ex: feira, comércio, agricultura)
- Outros _____

12. RENDA FAMILIAR:

- Menos de um salário mínimo
- De um a dois salários mínimos
- De dois a cinco salários mínimos
- De cinco a dez salários mínimos
- De dez a quinze salários mínimos
- De quinze a vinte salários mínimos
- Acima de vinte salários mínimos
- Não tem uma renda fixa

13. OCUPAÇÃO:

MÃE: _____

PAI: _____

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Paga aluguel; Casa própria; Possui carro; Possui moto;
Plano de saúde Celular Computador TV
Vídeo DVD Associado a clubes

15. GOSTARIA DE FALAR MAIS ALGUMA COISA SOBRE VOCÊ?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, a
baixo qualificado, DECLARO para fins de participação em pesquisa, na
condição de sujeito objeto da pesquisa, que fui devidamente esclarecido do
Projeto de Pesquisa intitulado: _____
_____ desenvolvido pelo pesquisador
_____ do Curso _____ da
Universidade Federal de Viçosa/MG, quanto aos seguintes aspectos:

- a)- Justificativa, objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
- b)- Desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;
- c)- Métodos alternativos existentes;
- d)- Forma de acompanhamento e assistência com seus devidos responsáveis;
- e)- Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia.
- f)- Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g)- Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando-lhe absoluta privacidade;
- h)- Formas de indenização diante dos eventuais danos decorrentes da pesquisa;
- i)- Participação voluntária na pesquisa, sem ressarcimento das despesas da participação na mesma.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto ser voluntário desta pesquisa.



Viçosa, _____ de _____ 200__

Assinatura do Declarante

Assinatura do Pesquisador

ANEXOS

ANEXO I

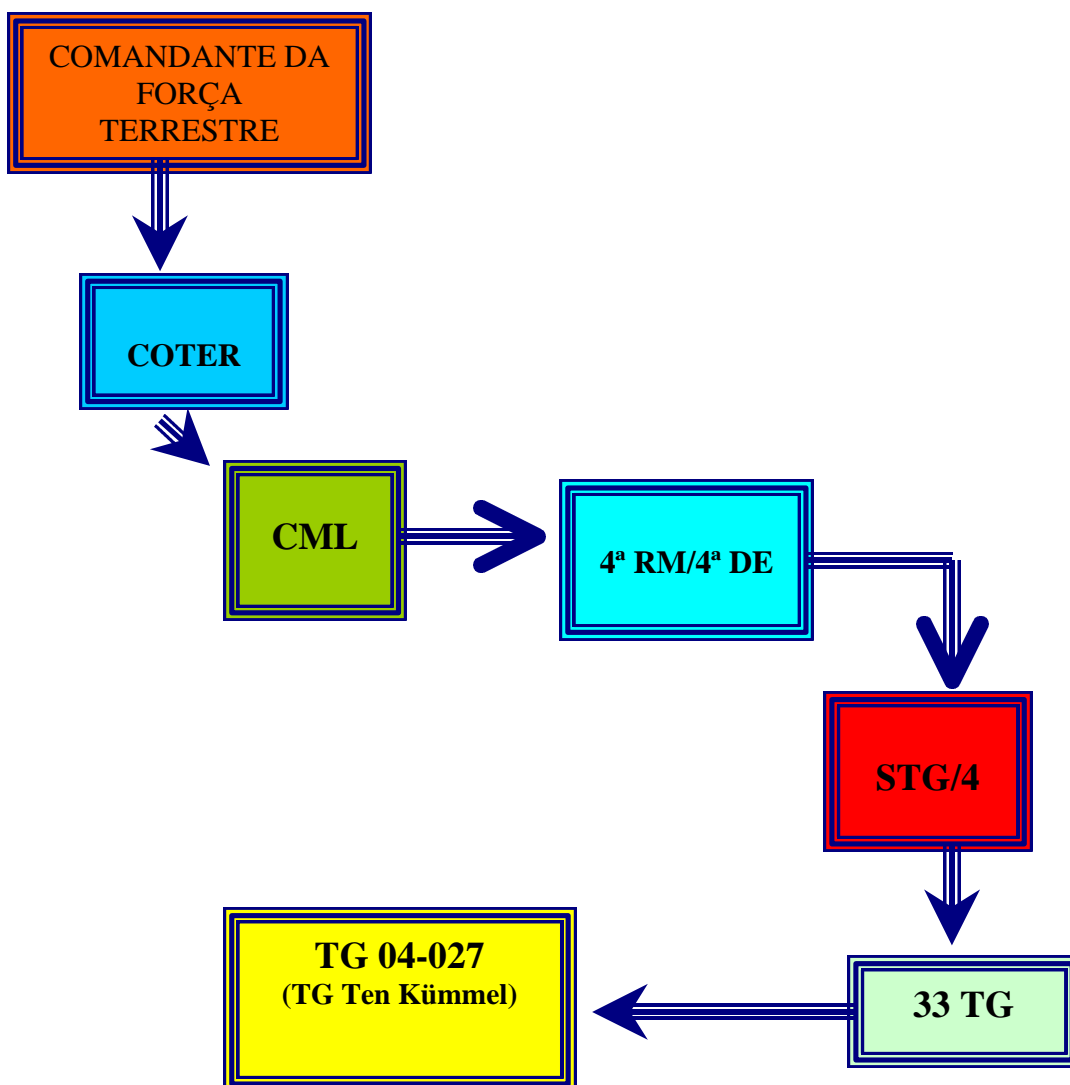
	CAPÍTULO 1 NGA/TG 04-027-VIÇOSA-MG SUBORDINAÇÃO DO TG 04-027	 TG 04-027
---	---	---

1. GENERALIDADES



A finalidade deste capítulo é enquadrar o TG, de uma forma global, dentro da Força Terrestre.

2. SUBORDINAÇÃO

Está organizada conforme organograma:



ANEXO II

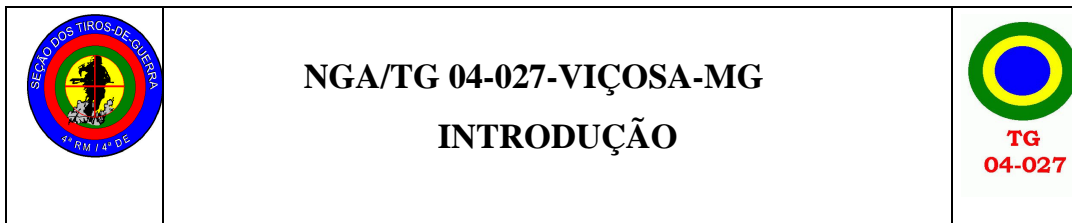
	NGA/TG 04-027-VIÇOSA-MG DÉCALOGO DO SOLDADO	 TG 04-027
---	--	---

O verdadeiro soldado:

1. Ama a Pátria, fiel a seus juramentos solenes;
2. É agressivamente honesto, irrepreensivelmente e arraigado à verdade;
3. Respeita a hierarquia e é ferrenho defensor da disciplina;
4. Cultua a coragem moral e física;
5. Comanda pelo exemplo: é justo no julgamento e firme na decisão;
6. Pratica a camaradagem, característica da vida na caserna;
7. Tem sua vocação identificada pelo entusiasmo e determinação com que se dedica às lides castrenses;
8. Conhece o ofício das armas com profundidade: é apto para duras adversidades do combate;
9. É impecável na apresentação individual e conselheiro nas atitudes;
10. Orgulha-se do Exército e serve ao Brasil com fé inabalável em seu futuro;

Ser soldado é mais que profissão: é missão de grandeza

ANEXO III



NORMAS GERAIS DE AÇÃO DO TG 04-027

A finalidade da presente Norma Geral de Ação (NGA) é estabelecer normas para as atividades rotineiras e os serviços de escala do Tiro-de-Guerra 04-027. Pretendendo assim enquadrar o TG, com suas peculiaridades, a perfeita execução do Regulamento dos Serviços Internos e Gerais (RISG) e orientar os atiradores quanto o desempenho das atividades junto ao Tiro-de-Guerra.

Esta NGA deverá ser de conhecimento de todos os integrantes do TG 04-027.

Entra em vigor a partir desta data, substituirá quaisquer documentos anteriores expedidos pelo TG 04-027 que com ela confrontam.

ANEXO IV

Quadro 1. Quadro classificatório dos atores da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO	AUTO DEFINIÇÃO	OCUPAÇÃO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO DO PAI	ESCOLARIDADE DO PAI	PROFISSÃO DA MÃE	ESCOLARIDADE DA MÃE	RENDA FAMILIAR/MENSAL	TRABALHA
1. Atirador B	Pardo	Estudante	Ensino Médio	Engenheiro	Ensino Superior	Dona de casa	E.M. Incompleto	De 05 a 10 salários	Formalmente
2. Atirador C	Pardo	Estudante	E.M. Incompleto	Nada a informar	Nada a informar	Vendedora (loja 1,99)	E.M. Incompleto	De 02 a 05 salários	Informalmente
3. Atirador D	Moreno	Estudante	Ensino Médio	Aposentado	E. Fundamental	Dona de casa	E. Fundamental	De 05 a 10 salários	NÃO
4. Atirador E	Branco	Estudante	E. F. Incompleto	Comerciante (bar)	E. Fundamental	Dona de casa	E. Fundamental	De 02 a 05 salários	NÃO
5. Atirador F	Branco	Estudante	Ensino Médio	Aposentado (motorista)	E. Fundamental	Dona de casa	E. Fundamental	De 02 a 05 salários	NÃO
6. Atirador K	Branco	Estudante	E. M. Incompleto	Aposentado (metalúrgico)	E Fundamental	Dona de casa	E. Fundamental	De 02 a 05 salários	Informalmente
7. Atirador L	Branco	Estudante	E.M. Incompleto	Professor (E. F. e E. M.)	Ensino Superior	Professora (E. Fundamental)	E. S. Incompleto	De 02 a 05 salários	NÃO
8. Atirador M	Branco	Estudante	E. S. Incompleto	Agricultor (pequeno p. rural)	E. S. Incompleto	Agricultora (pequeno p. rural)	Ensino Médio	De 10 a 15 salários	Informalmente
9. Atirador N	Negro	Estudante	E. M. Incompleto	Escritório (contínuo)	Ensino Fundamental	Instrutora Escolar	E. F. Incompleto	De 05 a 10 salários	NÃO
10. Atirador P.	Pardo	Estudante	Ensino Médio	Aposentado (Ferroviário)	E. Fundamental	Diarista	E. F. Incompleto	De 02 a 05 salários	Formalmente
11. Atirador Q	Pardo	Estudante	E. F. Incompleto	Nada a declarar	Nada a declarar	Servente	E. F. Incompleto	De 02 a 05 salários	Informalmente
12. Atirador R	Moreno	Estudante	E. M. Incompleto	Motorista	Ensino Fundamental	Dona de casa	Ensino Médio	De 02 a 05 salários	Formalmente
13. Atirador X	Branco	Estudante	Ensino Médio	Desempregado	E. F. Incompleto	Dona de casa	E. F. Incompleto	De 02 a 05 salários	Informalmente
14. Atirador Y	Moreno	Estudante	Ensino Superior Incompleto	Engenheiro Florestal	Ensino Superior	Dona de casa	Ensino Fundamental	De 05 a 10 salários	NÃO
15. Atirador Z	Branco	Estudante	Ensino Médio	Aposentado (motorista)	Ensino Médio	Dona de casa	E. Superior Incompleto	De 10 a 15 salários	NÃO

ANEXO V



Figura 1. Atividade de Ordem Unida: Marcha de Pelotão.



Figura 2. Atividade de Ordem Unida: Apresentação das armas.



Figura 3. Pelotões que compõe a Turma de Instrução do Tiro-de-Guerra/2004.



Figura 4. Prática do TFM: Treinamento Físico Militar.



Figura 5. Pelotão em forma para inspeção.



Figura 6. Formatura Final do Tiro-de-Guerra – 2004.